

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 812, DE 2017** **(Do Poder Executivo)**

**MENSAGEM Nº 586/17**  
**AVISO Nº 683/17 – C. Civil**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 2, 3, 10, 13, 14, 19, 22, 24, 27, 28 e 31 a 35, na forma do Projeto de Lei de conversão nº 10, de 2018, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 4 a 9, 11, 12, 15 a 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30 (Relatora DEP. SIMONE MORGADO e Relatora-Revisora SEN. LÚCIA VÂNIA).

**DESPACHO:**  
**AO PLENÁRIO, PARA LEITURA. PUBLIQUE-SE.**

## SUMÁRIO

I – Medida inicial

II – Na Comissão Mista:

- Emendas apresentadas (35)
  - Parecer da relatora
  - 1º Projeto de Lei de Conversão oferecido pela relatora
  - Errata
  - 1ª Complementação de voto
  - 2º Projeto de Lei de Conversão oferecido pela relatora
  - 2ª Complementação de voto
  - 3º Projeto de Lei de Conversão oferecido pela relatora
  - Decisão da Comissão
  - Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2018, adotado
-

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

.....” (NR)

“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I - o Fator de Atualização Monetária - FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo;

II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo - TLP, apurada nos termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III - o CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator um, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões);

b) fator um inteiro e três décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e oito décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

e) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

f) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

g) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

V - bônus de adimplência, com fator de:

a) oitenta e cinco centésimos, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento; e

b) um inteiro, nos demais casos.

§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o **caput**, será aplicada a seguinte fórmula:

Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC = (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis - DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.

§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação, de que trata a alínea “f” do inciso IV do **caput**, será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, adicionado, a cada ano e para cada fundo, do seu orçamento não contratado dos exercícios anteriores.

§ 4º Os FP, nos termos do inciso IV do **caput**, e o limite a que se refere o § 3º estarão vigentes até 31 de dezembro de 2021, a partir de quando passarão a ser revisados, a cada quatro anos, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério da Integração Nacional, e as alterações estarão limitadas a vinte por cento dos valores vigentes.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos fundos constitucionais por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

§ 7º O disposto neste artigo não se aplica às operações de financiamento estudantil a que se refere o 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 8º Ato conjunto do Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput**.” (NR)

“Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.” (NR)

“Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a até três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.” (NR)

“Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os art. 1º e art. 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Parágrafo único. Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.” (NR)

alterações:  
Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 9º-A. ....  
.....

§ 4º .....  
I - serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 2001; e  
.....” (NR)

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

- I - três inteiros por cento ao ano, no exercício de 2018;
- II - dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;
- III - dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

- IV - dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;
- V - um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022;
- VI - um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I - os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II - os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A;

III - os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional;

IV - os saldos das operações contratadas na forma do art. 15-D da Lei nº 10.260, de 2001, com recursos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 1995.

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** e o percentual de que trata o § 2º ficam limitados, em cada exercício, a vinte por cento do valor das transferências de que trata a alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO.” (NR)

Art. 3º Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º Ficam revogados:

I - o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II - o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os § 5º e § 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, no que se refere às operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.
2. Os Fundos Constitucionais são instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo seus recursos utilizados na implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
3. Para que cumpram sua missão, esses fundos precisam oferecer taxas de juros adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas. Mas essas taxas não podem estar totalmente dissociadas das tendências dos juros praticados no restante da economia. Nesse sentido, esta proposta de Medida Provisória sugere que os encargos financeiros nas operações não rurais dos Fundos Constitucionais, à exceção do financiamento estudantil, tenham regra de formação referenciada à Taxa de Longo Prazo (TLP), disciplinada pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, eliminando a discricionariedade na definição de suas taxas, aumentando a potência da política monetária e fortalecendo a aderência desses encargos ao custo de oportunidade do financiamento da dívida pública.
4. Para garantir que os encargos estejam alinhados com as necessidades de cada região, propõe-se a aplicação de um fator sobre os encargos calculados com base na TLP, limitado ao máximo de 1, referente ao chamado Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), conforme a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, bem como o desconto de bônus de adimplência, fixado em 15%.
5. Ademais, propõe-se para os Fundos Constitucionais que os juros reais sejam diferenciados conforme o tipo e finalidade da operação, aplicando-se um redutor adicional para aquelas que se pretende incentivar (por exemplo, financiamento de saneamento básico e projetos de logística), ou um fator de elevação da taxa para, por exemplo, empresas de maior porte. Em consequência da adoção da TLP acrescida destes fatores, os financiamentos para investimento em regiões menos desenvolvidas teriam encargos financeiros inferiores aos concedidos ao financiamento de capital de giro em regiões mais desenvolvidas.
6. Importante ressaltar que a medida afeta tão somente os financiamentos não rurais concedidos pelos Fundos Constitucionais, excluídos os financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, pertencentes ao Programa de Financiamento Estudantil estabelecido pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Isto porque os encargos financeiros e a remuneração dos bancos administradores, bem como das instituições financeiras

operadoras de repasses para o Programa de Financiamento Estudantil devem ser definidos em conjunto com suas demais fontes de financiamento. Adicionalmente, os financiamentos rurais que fazem parte do Plano Safra também deverão ser objeto de tratamento em separado, para vigorar no próximo Plano Safra. Não seria recomendável alterar metodologia de cálculo de taxas de uma das fontes do Plano Safra sem uma análise detalhada de todas as suas fontes de financiamento.

7. Assim, no que tange à Lei nº 10.177, de 2001, a alteração proposta por esta Medida Provisória permite a distinção entre a disciplina dada às operações rurais e não rurais, realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais. Enquanto para as operações rurais mantém-se a regulação anterior, com o Conselho Monetário Nacional (CMN) responsável por definir encargos financeiros e bônus de adimplência destas operações; para as operações não rurais valem as novas regras vinculando a TLP às taxas praticadas junto ao tomador final.

8. Outro benefício da alteração proposta diz respeito à manutenção, pelo prazo de quatro anos, dos fatores e critérios nela definidos, quando devem ser reavaliados por proposta do Ministério da Integração Nacional. Desta forma, as taxas estabelecidas nessa nova metodologia se beneficiarão de maior previsibilidade, mantendo em foco a perspectiva do custo dos recursos públicos de longo prazo. Assim, os possíveis beneficiários dos financiamentos com recursos dos fundos se favorecem pela redução da incerteza com relação aos critérios e sua atualização futura. Não obstante, a proposta permite a possibilidade de alterações dentro deste prazo, em casos de risco de inviabilidade dos financiamentos em função de fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, assim reconhecido pelos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda.

9. A adoção de metodologia referenciada na TLP permite que o novo referencial de juros dos fundos, embora com aplicação de fator redutor, seja aderente aos custos de oportunidade para o financiamento da dívida pública interna, bem como seja influenciado pela política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil.

10. O financiamento desta nova política tem, entretanto, custos para o Governo Central que se traduzem em impacto deficitário sobre o resultado primário do Governo Central. Por isso, é necessário equilibrar o custo decorrente das reduções de taxas de juros ao tomador final com uma redução dos custos operacionais dos Fundos Constitucionais.

11. Cabe destacar que, ao longo da década passada, os Fundos Constitucionais apresentaram impactos deficitários crescentes, passando de R\$ 2,2 bilhões em 2007 para R\$ 7,5 bilhões em 2016. Projeções do Ministério da Fazenda demonstram que, considerando as regras atuais dos Fundos Constitucionais, seu déficit pode chegar a valores superiores a R\$ 15 bilhões nos próximos dez anos. Nesse sentido, é fundamental que as propostas aqui apresentadas sejam fiscalmente equilibradas, sob pena de comprimir ainda mais outras despesas importantes, como as sociais e de investimento. Importante mencionar que o resultado primário dos Fundos Constitucionais está incluído no limite de despesas estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016 (Novo Regime Fiscal).

12. Para tal, a presente Medida Provisória propõe a revogação do art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e inclusão de artigo na Lei nº 7.827, de 1989, visando mudar a regra de fixação da taxa de administração cobrada pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais. A redução gradual da taxa de administração dos atuais 3% a.a. para 1,5% a.a. a partir de janeiro de 2023, além de dar prazo suficiente para que os bancos administradores se ajustem, irá trazer economia para os Fundos Constitucionais, equilibrando fiscalmente as medidas anteriormente mencionadas, de modo a não comprometer o seu resultado primário e, principalmente, não reduzir o tamanho da carteira de crédito destes fundos.

13. Importante mencionar que atualmente os fundos constitucionais não recebem a taxa de

administração de 3% acima mencionada, pela existência de um redutor, previsto em lei, que faz com que o percentual final fique pouco acima de 2% do patrimônio dos Fundos. Estimativas do Ministério da Fazenda demonstram que este percentual deverá se estabilizar entre 1,6% e 1,7% a partir de 2023, o que significa que a redução gradual da taxa de administração estabelecida nesta proposta segue trajetória já esperada, conforme determinação legal.

14. Adicionalmente, propõe-se a aplicação de fator de adimplência que pode aumentar a taxa de administração recebida pelos bancos administradores em até 20%. Esse fator estimularia os bancos administradores dos recursos dos Fundos Constitucionais a elevarem sua governança para controlar as taxas de inadimplência apresentadas nos financiamentos destes fundos, com vistas a receber maior remuneração. Conforme estimativas do Ministério da Fazenda, a totalidade dos montantes que podem ser auferidos pelos bancos administradores permitirão mais que compensar possíveis reduções de remuneração pelos ajustes nas taxas de administração.

15. Além disso, a mudança proposta faz uma correção na base de cálculo de incidência da taxa de administração. Conforme alteração proposta, os bancos administradores fariam jus a uma remuneração de 0,35% a.a. sobre os recursos não aplicados, contudo, estes recursos seriam descontados da base de cálculo da taxa de administração. Esta correção gera incentivos importantes aos bancos administradores para concederem financiamentos ao desenvolvimento regional, dado que os recursos efetivamente aplicados terão remuneração superior àqueles não aplicados.

16. Calcula-se que o impacto primário da medida proposta seja próximo da neutralidade, com os custos decorrentes dos redutores de taxas ao tomador final sendo compensados pelas reduções nas taxas de administração dos fundos, dentre outros ajustes. Nesse sentido, o conjunto das medidas acima apresentadas, que alteram os encargos financeiros das operações não rurais, à exceção do financiamento estudantil, e a taxa de administração recebida pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais, deve gerar superávit de R\$ 16 milhões em 2018, R\$ 54 milhões em 2019 e R\$ 106 milhões em 2020.

17. Em resumo, entendemos que a nova legislação possui os seguintes méritos: i) atende os requerimentos de amparo nos parâmetros da norma legal; ii) preserva a regra vigente para os financiamentos já concedidos, reduzindo o risco de futura contestação; iii) baliza o referencial de juros das operações não rurais financiadas com recursos dos Fundos Constitucionais ao custo de captação do Tesouro Nacional, respeitando os diferenciais regionais, na medida de suas necessidades; iv) aperfeiçoa o modelo, de modo a incentivar a redução das despesas primárias do Governo Central, com impacto positivo sobre o patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento e a margem de expansão das demais despesas primárias e; v) aumenta a previsibilidade dos encargos financeiros nas operações de financiamento não rurais com recursos destes fundos.

18. Por fim, esta Medida Provisória pretende a revogação: i) do art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, pois tal artigo não é mais aplicável, visto que faz menção ao **caput** do art. 1º da referida Lei, que foi revogado pela Lei nº 10.177, de 2001; e ii) dos parágrafos 5º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001, com o objetivo de aperfeiçoar a redação da referida Lei, dadas as alterações propostas nesta Medida Provisória.

19. A relevância da medida demonstra-se pelo interesse no aprimoramento da sistemática de remuneração dos recursos dos Fundos Constitucionais, de modo que as taxas de juros de suas operações mostrem-se simultaneamente adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas e alinhadas às tendências dos juros praticados no restante da economia. A seu turno, a urgência da medida decorre, por um lado, do processo de consolidação fiscal pelo qual o País passa, que busca a reversão do déficit primário de mais de 2,5% do PIB para um superávit primário suficiente para estabilizar a dívida pública, tendo em vista que a mudança proposta tem impactos diretos nessa consolidação. Por outro lado, a possibilidade de taxas mais alinhadas com as necessidades do

tomador final de recursos dos fundos constitucionais permitirá a retomada do crédito e do investimento, contribuindo para o crescimento econômico nas regiões de menor renda do País.

22. São essas, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, as razões que justificam a presente proposta que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Helder Barbalho**

Ministro de Estado da Integração Nacional

**Henrique de Campos Meirelles**

Ministro de Estado da Fazenda

**Ilan Godfajn**

Presidente do Banco Central do Brasil

Mensagem nº 586

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, que “Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste”.

Brasília, 26 de dezembro de 2017.

**CONSTITUIÇÃO**  
**DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

.....

**Seção VI**  
**Da Repartição das Receitas Tributárias**

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: [\("Caput" do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014, publicada no DOU de 3/12/2014, em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente\)](#)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando

assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)](#)

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014, publicada no DOU de 3/12/2014, em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente\)](#)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004\)](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

.....  
.....

## LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

I – (*Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

II - (*Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

III - (*Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

IV - (*Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 432, de 27/5/2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17/9/2008*) (*Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 1º (*VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 2º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência de que trata o *caput* poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 3º Os encargos financeiros poderão ser reduzidos no caso de operações de crédito destinadas a:

I - financiamento de projetos para conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis;

II - financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação;

III - (VETADO);

IV - (VETADO); e

V - (VETADO). (*Parágrafo com redação pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 4º (*VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 5º Em caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013*)

§ 6º Em caso de estabelecimento de encargos financeiros ou bônus de adimplência que resulte na redução de custo financeiro para o tomador, a resolução do Conselho Monetário Nacional deverá definir se os novos encargos e bônus estabelecidos incidirão, a

partir da data de vigência da redução, sobre os financiamentos já contratados. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 7º O *del credere* do banco administrador, limitado a até 3% (três por cento) ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 432, de 27/5/2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17/9/2008 e com nova redação pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 8º Os encargos financeiros e bônus de adimplência já estabelecidos continuarão em vigor até a data anterior à vigência dos novos encargos financeiros e bônus de adimplência que forem definidos pelo Conselho Monetário Nacional. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 9º Na proposta de que trata o *caput* será aplicado redutor sobre os encargos financeiros, a ser fixado tomando por base o Coeficiente de Desequilíbrio Regional - CDR, resultante da razão entre o rendimento domiciliar *per capita* da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar *per capita* do País. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 733, de 14/6/2016, convertida na Lei nº 13.340, de 28/9/2016\)](#)

Art. 1º-A. [\(VETADO na Lei nº 13.295, de 14/6/2016\)](#)

Art. 2º Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, desembolsados pelos bancos administradores, serão remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente.

.....

Art. 6º-A Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semiárido e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. [\(Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

Art. 6º-B Nas operações formalizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, realizadas com beneficiários de qualquer grupo, modalidade e linha de crédito, com risco operacional assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional ou risco operacional compartilhado entre os respectivos bancos administradores e Fundo Constitucional, os bancos farão jus a uma remuneração a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa. [\(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

.....

.....

## LEI Nº 13.483, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 10.849, de 23 de março de 2004; e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 3º A taxa de juros prefixada a que se refere o § 1º do art. 2º desta Lei terá vigência mensal, com início no primeiro dia útil de cada mês-calendário, e corresponderá à média aritmética simples das taxas para o prazo de cinco anos da estrutura a termo da taxa de juros das Notas do Tesouro Nacional Série B - NTN-B, apuradas diariamente, dos três meses que antecedem a sua definição.

§ 1º À taxa de juros mencionada no *caput* deste artigo será aplicado um fator de ajuste que convergirá linearmente para um, em ajustes anuais, no prazo de cinco anos, contado a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 2º O primeiro fator de ajuste de que trata o § 1º deste artigo será tal que, quando aplicado à taxa de juros prefixada referida no *caput* deste artigo, a TLP resultante para 1º de janeiro de 2018 será igual à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente para a mesma data.

§ 3º Para o cálculo do primeiro fator de ajuste, definido no § 2º deste artigo, a variação do IPCA a ser considerada será a expectativa de inflação para os doze meses subsequentes à sua fixação.

Art. 4º A TLP será calculada de acordo com metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto nesta Lei.

*Parágrafo único.* A taxa de juros a que se refere o art. 3º desta Lei e o seu fator de ajuste serão apurados de acordo com metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e divulgados pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao de sua vigência.

.....

.....

## LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

### III - Dos Recursos e Aplicações

Art. 6º Constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste:

I - 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea *c* da Constituição Federal;

II - os retornos e resultados de suas aplicações;

III - o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;

IV - contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

V - dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. Nos casos dos recursos previstos no inciso I deste artigo, será observada a seguinte distribuição:

I - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;

II - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; e

III - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Art. 7º A Secretaria do Tesouro Nacional liberará ao Ministério da Integração Nacional, nas mesmas datas e, no que couber, segundo a mesma sistemática adotada na transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os valores destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, observada essa mesma sistemática, repassar os recursos diretamente em favor das instituições federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A. ([“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001](#))

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda informará, mensalmente, ao Ministério da Integração Nacional, às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento e aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento a soma da arrecadação

do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, o valor das liberações efetuadas para cada Fundo, bem como a previsão de datas e valores das 3 (três) liberações imediatamente subsequentes. [\(Parágrafo único com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3/1/2007\)](#)

Art. 8º Os Fundos gozarão de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo ou contribuição, inclusive o imposto sobre operações de crédito, imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e as contribuições do PIS, PASEP e FINSOCIAL.

Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade. [\(Artigo com redação dada pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)](#)

§ 1º [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 2º [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 3º [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 4º [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

Art. 9º-A Os recursos dos Fundos Constitucionais poderão ser repassados aos próprios bancos administradores, para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realizem as operações de crédito autorizadas por esta Lei e pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

§ 1º O montante dos repasses a que se referem o *caput* estará limitado a proporção do patrimônio líquido da instituição financeira, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais se subordina à manutenção da proporção a que se refere o § 3º e independe do adimplemento, pelos mutuários, das obrigações contratadas pelas instituições financeiras com tais recursos.

§ 3º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais, em decorrência de redução do patrimônio líquido das instituições financeiras, será regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Nas operações realizadas nos termos deste artigo:

I - observar-se-ão os encargos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001; e  
II - o "*del credere*" das instituições financeiras:

a) [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

b) está contido nos encargos a que se refere o inciso I; e

c) será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 5º Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos nos termos do *caput* serão remunerados pelas instituições financeiras com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 6º Os recursos transferidos e utilizados em operações de crédito serão remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o "*del credere*" a que se refere o § 4º, inciso II;

§ 7º Os bancos administradores deverão manter sistema que permita consolidar as disponibilidades e aplicações dos recursos, independentemente de estarem em nome do Fundo Constitucional ou da instituição financeira.

§ 8º As instituições financeiras, nas operações de financiamento realizadas nos termos deste artigo, gozam da isenção tributária a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 9º Poderão ser considerados, para os efeitos deste artigo, os valores que já tenham sido repassados às instituições financeiras e as operações de crédito respectivas.

§ 10. Na hipótese do § 9º:

I - não haverá risco de crédito para as instituições financeiras nas operações contratadas até 30 de novembro de 1998;

II - nas operações contratadas de 1º de dezembro de 1998 a 30 de junho de 2001, o risco de crédito das instituições financeiras fica limitado a cinquenta por cento; e

III - o del credere das instituições financeiras, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários:

a) fica reduzido a zero para as operações a que se refere o inciso I; e

b) fica limitado a três por cento para as operações a que se refere o inciso II.

§ 11. Para efeito do cálculo da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais os valores repassados às instituições financeiras, nos termos deste artigo. [\(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/8/2001\)](#)

#### IV - Dos Encargos Financeiros

Art. 10. [\(Revogado pela Lei nº 9.126, de 10/11/1995\)](#)

.....

#### V - Da Administração

.....

Art. 17. As instituições financeiras gestoras dos referidos Fundos farão jus à taxa de administração de três por cento ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo respectivo e apropriada mensalmente. [\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.126, de 10/11/1995\)](#) [\(Vide art. 15 da Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)](#)

#### VI - Do Controle e Prestação de Contas

Art. 18. Cada Fundo terá contabilidade própria, registrando todos os atos e fatos a ele referentes, valendo-se, para tal, do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal de caráter regional, no qual deverão ser criados e mantidos subtítulos específicos para esta finalidade, com apuração de resultados à parte

.....

.....

### **LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001**

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO III-B  
DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL  
*(Capítulo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

Art. 15-D. É instituído, nos termos desta Lei, o Programa de Financiamento Estudantil, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

§ 1º Aplica-se à modalidade do Fies prevista no *caput* deste artigo o disposto no art. 1º, no art. 3º, exceto quanto ao § 3º, e no art. 5º-B desta Lei.

§ 2º A concessão da modalidade do Fies prevista no *caput* deste artigo, em complementaridade à modalidade prevista no Capítulo I desta Lei, será aplicável somente ao rol de cursos definido pelo CG-Fies.

§ 3º O valor máximo de financiamento na hipótese de dilação da duração regular do curso de que trata o § 3º do art. 5º desta Lei poderá ser ampliado na modalidade do Fies prevista no *caput* deste artigo, desde que sejam utilizados recursos próprios das instituições financeiras. *(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

Art. 15-E. São passíveis de financiamento pela modalidade do Fies prevista no art. 15-D desta Lei até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, em contraprestação aos cursos referidos no art. 1º desta Lei em que estejam regularmente matriculados, vedada a cobrança de qualquer valor ou taxa adicional sobre o valor total do curso originalmente financiado, fixado no momento da contratação do financiamento pelo estudante com as instituições de ensino. *(“Caput” do artigo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

§ 1º O valor total do curso originalmente financiado será discriminado no contrato de financiamento estudantil da modalidade do Fies prevista no art. 15-D desta Lei, o qual especificará, no mínimo, o valor da mensalidade no momento da contratação e o índice de reajuste ao longo do tempo, na forma a ser estabelecida em regulamento. *(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

§ 2º Para os efeitos do disposto nesta Lei, os encargos educacionais referidos no *caput* deste artigo considerarão todos os descontos aplicados pela instituição, regulares ou temporários, de caráter coletivo ou decorrentes de convênios com instituições públicas ou privadas, incluídos os descontos concedidos devido ao seu pagamento pontual, respeitada a proporcionalidade da carga horária. *(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

.....

.....

## LEI Nº 9.126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 4º Os saldos diários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do FINOR, do FINAM e do FUNRES, bem como dos recursos depositados na forma do art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquanto não desembolsados pelos bancos administradores e operadores, serão remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil. [\*\(Artigo com redação pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)\*](#)

Art. 5º [\*\(Revogado pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)\*](#)

Art. 6º [\*\(Revogado pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)\*](#)

Art. 7º Os bancos administradores aplicarão 10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

§ 1º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a que se refere o caput deste artigo, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos contratos de financiamento de projetos de estruturação complementar daqueles assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária já contemplados com crédito da espécie, cujo valor financiável se limita ao diferencial entre o saldo devedor atual da operação e o teto vigente para essas operações de crédito, conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Para efeito do cumprimento do percentual de que trata o caput deste artigo, poderão ser computados os recursos destinados a financiamentos de investimento para

agricultores familiares enquadrados nos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme programação anual proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que os financiamentos contemplem as seguintes finalidades:

I - regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade;

II - implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semi-árido;

III - pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades constantes dos incisos I e II deste parágrafo; e

IV - outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Os financiamentos concedidos na forma deste artigo terão os encargos financeiros ajustados para não exceder o limite de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e redutores de até 50% (cinquenta por cento) sobre as parcelas da amortização do principal e sobre os encargos financeiros, durante todo o prazo de vigência da operação, conforme condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 5º Os agentes financeiros apresentarão ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, demonstrativos dos valores que vierem a ser imputados aos Fundos Constitucionais em função do disposto neste artigo. [\*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.249, de 11/6/2010\)\*](#)

Art. 8º. Os bancos administradores poderão aplicar até vinte por cento dos recursos dos Fundos mencionados no caput do art. 1º para o financiamento de investimentos em projetos do setor produtivo, para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação.

§ 1º Os recursos referidos no caput deste artigo, bem como os saldos devedores dos financiamentos a que se destinem, serão referenciados pelo contravalor, em moeda nacional, pela cotação para compra do dia anterior do dólar dos Estados Unidos da América, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os recursos dos Fundos mencionados no caput do art. 1º, aplicados na forma deste artigo, terão como remuneração a Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (LIBOR), informada pelo Banco Central do Brasil, reajustável na mesma periodicidade da exigibilidade dos encargos e estabelecidas em cada operação de financiamento, acrescida de del credere definido pelos bancos administradores dos referidos Fundos, em função do risco de crédito.

§ 3º [\*\(Revogado pela Lei nº 10.177, de 12/1/2001\)\*](#)

Art. 9º. Os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderão ser contratados com associações e cooperativas de produtores rurais, podendo estas repassarem a seus associados e cooperativados, bens, produtos e serviços.

.....  
.....

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.199-14, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso do da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....

Art. 13. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento farão jus, a partir de 1º de janeiro de 2001, à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente.

Parágrafo único. A taxa de administração de que trata o *caput* fica limitada, em cada exercício, a vinte por cento do valor das transferências de que trata a alínea "c", inciso I, do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pelo Tesouro Nacional a cada um dos bancos administradores.

Art. 14. Fica estendido até:

I - 30 de setembro de 2001, o prazo de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para manifestação dos mutuários;

II - 28 de dezembro de 2001, o prazo de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 2001, para encerramento das negociações, prorrogações e composições de dívidas ali referenciadas.

.....  
.....

Ofício nº 244 (CN)

Brasília, em 26 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Rodrigo Maia  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

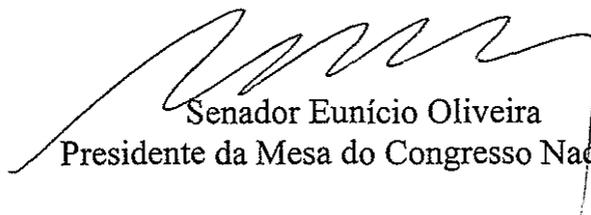
Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 812, de 2017, que “Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea ‘c’, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste”.

À Medida foram oferecidas 35 (trinta e cinco) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 812, de 2017), que conclui pelo PLV nº 10, de 2018.

Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.

Atenciosamente,

  
Senador Eunício Oliveira  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Secretaria-Geral da Mesa SENEX 26/abr/2018 17:44  
Ponto: 727 Ass.:  
Dissem: CN

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste..

**EMENDA N.º**

Inclua-se onde couber:

Art .... Suprimam-se os artigos 20-B, 20-C, 20-D e 20-E, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

**JUSTIFICAÇÃO**

A publicação da Lei nº 13.606/2018 trouxe entre seus artigos uma medida polêmica que permitirá o bloqueio pela União de bens de devedores, sem a necessidade de autorização judicial.

Dessa forma, o objetivo da emenda é revogar a nova atribuição dada à Fazenda Nacional tendo em vista que o bloqueio afeta de forma desproporcional os direitos dos contribuintes, além de desrespeitar o devido processo legal uma vez que permite à Fazenda declarar indisponível um bem sem a autorização judicial.

Sala da Comissão, em            de fevereiro de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA





EMENDA Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA  
\_\_\_/\_\_\_/2018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017

TIPO  
1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [ X ] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES	PARTIDO PT	UF CE	PÁGINA 01/02
----------------------------------	---------------	----------	-----------------

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se a alínea “h” ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

“Art. 1º-A. ....

IV - .....

h) fator cinco décimos, para operação de investimento no semiárido do Nordeste.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP. Financiamentos em saneamento básico e logística terão FP mais baixo, por exemplo, enquanto capital de giro para empresas de maior porte terão um bônus menor.

Ocorre que, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz dada pelo parágrafo 2º do art. 2º da Lei n. 7.827, de 1989, de que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste tem o dever de financiar as atividades econômicas do semiárido, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, não foi contemplada.



CD/18115.19214-97

Apesar de haver destinação certa de metade dos recursos do Fundo da Região Nordeste ao semiárido, deve-se garantir que haja condições satisfatórias de financiamento dos empreendimentos a serem localizados nessa área, a fim de que se observe verdadeiramente um incentivo para que as empresas se instalem nessa área.

Dessa forma, apresentamos a presente emenda, que se destina a criar um redutor da taxa de juros para investimentos no semiárido.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA



CD/18115.19214-97



EMENDA Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA  
\_\_\_/\_\_\_/2018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017

TIPO				
1 [ ] SUPRESSIVA	2 [ ] AGLUTINATIVA	3 [ ] SUBSTITUTIVA	4 [ ] MODIFICATIVA	
5 [ X ] ADITIVA				

AUTOR DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES	PARTIDO PT	UF CE	PÁGINA 01/02
----------------------------------	---------------	----------	-----------------

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se a alínea “h” ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

“Art. 1º-A. ....

.....

IV - .....

.....

h) fator cinco décimos, para financiamento de atividades produtivas de micro e pequenas empresas, de uso intensivo de matérias-primas e de mão-de-obra locais.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP. Financiamentos em saneamento básico e logística terão FP mais baixo, por exemplo, enquanto capital de giro para empresas de maior porte terão um bônus menor.

Ocorre que, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz de formulação dos programas de financiamento dos Fundos, prevista no inciso III do art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, qual



CD/18914.94979-91

seja, de privilegiar as micro e pequenas empresas e as de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, não foi contemplada.

Tampouco, foi respeitado o princípio da ordem econômica, previsto no art. 170, IX, da Constituição Federal, de conferir tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

A diferenciação dada às empresas com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) não atende tal princípio, uma vez que esse valor extrapola e muito o limite de faturamento anual aplicável às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Dessa forma, a presente emenda visa a adequar a MP aos comandos legais e constitucionais citados, colaborando para a expansão do pequeno negócio no país.

____/____/____ DATA	_____ ASSINATURA
------------------------	---------------------





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 812  
00004

## MEDIDA PROVISÓRIA N.º 812/2017

EMENDA MODIFICATIVA n.º , de 2018.

(Do Sr. ANDRÉ FIGUEIREDO)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Suprima-se o §2º do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterado pela pelo art. 1º da MP nº 812/2017.

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende suprimir do texto apresentado pelo Poder Executivo dispositivo que estabelece um teto de R\$ 100.000.000,00 como volume máximo de recursos a serem alocados para financiamentos de projetos na área de inovação nas regiões abrangidas pelos Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO).

Trata-se de uma limitação de recursos que seriam destinados ao setor que mais se beneficia dos Fundos Constitucionais, e que possuem o maior fator de redução das taxas de juros para financiamento. Considerando que esses fundos foram criados exatamente para destinar recursos federais em áreas que historicamente são desprovidas de estruturas básicas de desenvolvimento regional, estabelecer esse limite vai de encontro à principal concepção dos Fundos Constitucionais.

O total de recursos disponíveis para investimento em 2018 para os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é de R\$ 38,4 bilhões. O limite de cem milhões de reais representa apenas 0,2% do volume total, o que significa uma clara tendência de o governo federal inibir o investimento no setor que mais necessita



CD/18622.49279-91

de incentivos financeiros para se estabelecer e contribuir para o desenvolvimento das regiões mais carentes do Brasil.

Considerando a importância dessa medida, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

**André Figueiredo**  
Deputado Federal - PDT/CE





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 812  
00005

## MEDIDA PROVISÓRIA N.º 812/2017

EMENDA MODIFICATIVA n.º , de 2018.

(Do Sr. ANDRÉ FIGUEIREDO)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Suprimam-se as alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterado pela pelo art. 1º da MP nº 812/2017.

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende suprimir do texto apresentado pelo Poder Executivo dispositivos que aumentam o custo de financiamento em projetos não-rurais nas regiões abrangidas pelos Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO).

A Medida Provisória estabelece diversos critérios que impactam diretamente no valor dos juros utilizados nos financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais. Por opção do Governo Federal, a receita bruta da empresa e o tipo de aplicação dos recursos são critérios que aumentam o valor final da taxa de juros, o que representa um contrassenso aos objetivos gerais que são de facilitar o crédito a empresas dispostas a investir nas áreas que possuem os menores índices de desenvolvimento no Brasil.

Com a supressão destes dispositivos, restariam apenas as condicionantes que, de fato, contribuem para uma melhor distribuição de recursos a um custo relativamente abaixo àqueles praticados pelo mercado. A alteração proposta, além de simplificar os critérios estabelecidos pelo governo, mantém a previsibilidade das



CD/18075:30053-09

regras de financiamento mencionada na exposição de motivos, e ainda garante que o dinheiro destinado às regiões mais desfavorecidas socialmente possa, de fato, ser aplicado pela iniciativa privada.

Considerando a importância dessa medida, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

**André Figueiredo**  
Deputado Federal - PDT/CE



**EMENDA Nº**  
(a MPV nº 812, de 2017)

Dê-se a seguinte redação à alínea e) do inciso IV do art. 1º-A da Medida Provisória nº 812, de 2017:

**Art. 1º-A.** .....

**IV.**.....

e) fator seis décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda que ora apresentamos tem por objetivo reduzir o Fator de Programa, parâmetro integrante do cálculo da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, definida no texto da Medida Provisória nº 812, de 2017, para investimentos nos setores de saneamento e logística.

Apesar de o referido parâmetro estabelecido na Medida Provisória nº 812, de 2017, ser relativamente mais baixo do que para a maioria dos projetos, entendemos que as carências verificadas nessas áreas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste justificam um tratamento ainda mais favorável no cálculo das taxas de juros associadas a essas linhas de financiamento com recursos dos fundos constitucionais.

O saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura no Brasil. Economias emergentes com nível de renda semelhante têm atendimento em saneamento superior ao do Brasil. Esse atraso traz consequências muito negativas para a saúde, para o meio ambiente e para o desenvolvimento do Brasil.

A situação atual é especialmente crítica nos indicadores de esgotamento sanitário. Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, evidenciam uma situação ainda pior nas regiões mais pobres do país.



SF/18506.82545-98

De acordo com o levantamento do SNIS, em 2016, na Região Norte, somente 18,3% do esgoto era tratado, enquanto o índice de coleta era de 10,45%. Trata-se da pior situação entre todas as regiões brasileiras. No Nordeste, o índice de coleta em 2016 foi de 26,79%.

A melhora nos indicadores de saneamento básico é fundamental para a população brasileira, em várias dimensões. Esse setor ilustra de forma clara aquilo que na literatura econômica é conhecido como externalidade positiva. Os benefícios gerados por cada real investido no saneamento acarretam efeitos positivos que vão muito além do próprio segmento.

Estando convictos de que a presente emenda pode ajudar a impulsionar ainda mais os investimentos na infraestrutura de saneamento e logística no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contamos com o seu acolhimento pelo relator da matéria.

Senadora LÚCIA VÂNIA



SF/18506.82545-98



**MPV 812  
00007**

**CONGRESSO NACIONAL**

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812/2017**

*Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.*

### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o inciso I do art.5º da MP nº 812/2017

### **JUSTIFICAÇÃO**

A revogação do limite de 20% dos recursos do fundo para o financiamento de investimentos em projetos para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação, introduzido pelo art. 8º da lei nº 9.126/1995, possibilita a concentração excessiva das operações do fundo neste tipo específico de empreendimento, reduzindo os recursos disponíveis para aplicações com efeitos eventualmente superiores sobre o desenvolvimento regional. Sugere-se assim emenda ao art.5º da MP **suprimindo a revogação.**

Sala das Comissões, em 8 de fevereiro de 2017.

**Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)**



SF/18960.77245-38

**EMENDA Nº - CMMPV**  
(à MPV nº 812, de 2017)

Acrescente-se ao art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, conforme a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória (MPV) nº 812, de 26 de dezembro de 2017, o seguinte § 2º, renumerando-se o § 2º atual e os subsequentes.

“**Art. 1º-A**.....

.....

§ 2º A TFC vigente no mês da contratação da operação de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento se manterá fixa, para cada operação individual, durante todo o período do contrato de crédito, ressalvada a incidência ou não do bônus de adimplência de que trata o inciso V do *caput*.

.....” (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os Fundos Constitucionais de Financiamento constituem um importante instrumento das políticas de desenvolvimento regional adotadas no Brasil. Recursos desses fundos são empregados para financiar projetos de investimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e contribuem para a redução das desigualdades regionais que marcam o País.

O principal objetivo da MPV nº 812, de 2017, é fazer com que as taxas de juros das operações em que se usam recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento tenham regra de formação referenciada à Taxa de Longo Prazo (TLP) instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Essa taxa vem sendo usada, desde o ano passado, na definição dos encargos das operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ao associar a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) à TLP, a MPV nº 812, de 2017, contribui para dar maior previsibilidade aos encargos financeiros que serão aplicados em operações em que se empregam recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do



Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Porém, é preciso garantir que, uma vez contratados, os encargos financeiros não sofram variações decorrentes de flutuações conjunturais. De fato, não se pode expor o empresário a variações mensais nas taxas de juros, especialmente em um contexto de incerteza econômica.

Por essa razão, nós estamos propondo que a TFC vigente no mês da contratação da operação de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento se mantenha fixa, para cada operação individual, durante todo o período do contrato de crédito, ressalvada a incidência ou não do bônus de adimplência.

Com isso, reduzem-se as incertezas associadas à contratação de financiamentos com recursos do FNO, do FNE e do FCO, uma vez que os empresários podem calcular com antecedência os valores a serem pagos durante a amortização do financiamento.

A nosso ver, a Emenda proposta aperfeiçoa a MPV nº 812, de 2017, porque amplia a propensão dos empresários a investirem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e contribui, dessa forma, para o desenvolvimento das regiões mais carentes de País.

Sala da Comissão,

Senador CIDINHO SANTOS



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



**EMENDA Nº**

Dê-se aos art. 7º; art.13; art. 15; art. 16 da Lei 7.827 de 1989, a seguinte redação:

“Art. 7º A Secretaria do Tesouro Nacional liberará ao Ministério da Integração Nacional, nas mesmas datas e, no que couber, segundo a mesma sistemática adotada na transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os valores destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, observada essa mesma sistemática, repassar os recursos diretamente em favor das instituições federais de caráter regional, do Banco do Brasil S.A e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

.....  
.....

Art. 13. A administração dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste será distinta e autônoma e, observadas as atribuições previstas em lei, exercida pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste;

II – Ministério da Integração Nacional; e

III – instituição financeira de caráter regional, Banco do Brasil S.A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

.....

.....

Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional, do Banco do Brasil S.A. (BB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nos termos da lei:

.....

.....

Art. 16. O Banco da Amazônia S.A. (Basa), o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), o Banco do Brasil S.A. (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são os administradores do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, respectivamente.

§ 1º O Banco do Brasil S.A. e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) transferirão a administração, patrimônio, operações e recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, após sua instalação e entrada em funcionamento, conforme estabelece o art. 34, § 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

.....

.....” (NR)

### JUSTIFICATIVA

Os fundos constitucionais, previstos na Constituição Federal, são importantes instrumentos para financiar o setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e municípios na área de ação da Sudene, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Seu objetivo é abranger o financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo utilizados para implantação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Segundo a Lei 7.827/1989, que regulamentou a instituição dos fundos constitucionais, o papel de administração destes recursos ficou a cargo do Banco da Amazônia; do Banco do Nordeste; do Banco do Brasil (BB). As limitações estabelecidas pela Lei 7.827/1989 dificulta o acesso aos recursos por aqueles que realmente necessitam dos repasses.

Visto a grande limitação dos agentes operacionais estabelecida pela Lei, sugerimos a inclusão do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*, garantido assim, um maior dinamismo e acesso aos recursos destinados a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Com larga experiência em investimentos a longo prazo, o BNDES é hoje o responsável pelo crescimento de uma importante fatia do setor produtivo. Sua experiência em financiar de forma micro e macro setores como indústria, comércio, agricultura e infraestrutura, demonstra sua capacidade de gerar resultados positivos para o crescimento do país.

Acreditamos que a inclusão do BNDES deverá ampliar a rede de acesso de forma equilibrada, justa e segura, viabilizando o atendimento aos que realmente necessitam do recurso para propiciar o crescimento das regiões atendidas.

Sala da Comissão, em 7 de fevereiro de 2018.

---

Deputado



**MEDIDA PROVISÓRIA 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**EMENDA Nº**

Dê-se aos art. 9º, 14 e 15 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a seguinte redação:

“Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores repassarão recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade:

§ 1º Respeitado o disposto no *caput* desse artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo conselho deliberativo do desenvolvimento de cada região, os valores relativos às prestações vencidas, independente do pagamento pelo tomador final.

§ 3º Aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, de conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no seu conjunto, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de 10% (dez por cento) dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.



§ 4º O montante de repasse de que trata este artigo terá como teto o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse junto ao banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias.

.....

Art. 14. ....

§ 1º .....

§ 2º Na mesma data do parágrafo anterior, deverão as instituições financeiras administradoras informar àquelas previstas no art. 9º os limites disponíveis para repasse a cada uma, cujos valores deverão ser apurados segundo critérios de avaliação fornecidos previamente pelas instituições administradoras às instituições tomadoras dos recursos. (NR)

Art. 15. ....

IV – formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º, respeitados os limites previstos em seu § 3º” (NR)

#### JUSTIFICATIVA

Com o intuito de dar maior dinâmica e eficácia ao repasse dos fundos constitucionais aos programas de desenvolvimento regional, o art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, permitiu o repasse das administradoras dos fundos para a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), desde que comprovem capacidade técnica e estrutura operacional aptas a executar os programas de crédito criados com essa finalidade.

Contudo, apesar de o cenário normativo incentivar o repasse dos recursos do FCO, FNO e FNE para as instituições financeiras operadoras, a partir da devida análise do seu risco e de seus limites operacionais, inclusive por meio da Portaria nº 23/2017 do Ministério da Integração, o montante acessado pelos bancos regionais e pelo cooperativismo de crédito tem sido bastante inferior aos valores demandados por estes.

Outro ponto que tem dificultado a utilização de recursos pelas instituições financeiras operadoras dos fundos constitucionais diz respeito à pouca transparência e publicidade sobre a programação dos repasses que serão realizados pelas instituições administradoras. Enquanto os bancos administradores discutem as programações dos

recursos para o ano seguinte no mês de dezembro, as instituições operadoras, dentre elas, os bancos cooperativos e confederações de cooperativas de crédito, não possuem conhecimento sobre os valores e nem sobre as datas em que receberão os recursos dos fundos constitucionais.

Como não há garantias de repasse, as instituições financeiras operadoras dos fundos constitucionais também não possuem condições de atuar efetivamente na divulgação destas linhas de crédito, sob risco de prejudicar sua imagem e credibilidade junto aos seus clientes caso não tenham acesso aos recursos. Para o cooperativismo de crédito, essa preocupação é ainda maior, pois os usuários das cooperativas de crédito não são senão os próprios cooperados, donos do negócio.

Neste sentido, o objetivo central desta proposta é assegurar o repasse de recursos dos bancos administradores dos fundos constitucionais para os bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, no seu conjunto, de 10% (dez por cento) dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

Assim, a intenção da proposta é capilarizar o crédito para produtores rurais, micro e pequenas empresas, associações e cooperativas da região Centro-Oeste, Norte e Nordeste, potencializando o alcance dos fundos constitucionais de desenvolvimento por meio do cooperativismo de crédito. Quando se trata de aplicar seus esforços no fortalecimento da economia local de suas comunidades e nichos, o cooperativismo possui grande destaque, pois tem em um dos seus principais alicerces o interesse pela comunidade.

Sala da Comissão, em 7 de fevereiro de 2018.

---

Deputado

**MP Nº 812/2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812/2017**

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_ 2018.**

**(Do Sr. Deputado IZALCI)**

O parágrafo 7º do art. 3º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2011, proposto pela Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017 passa a vigorar com o seguinte redação:

“ Art. 3º.....

§7º As decisões que apresentem impacto fiscal serão tomadas por unanimidade entre os representantes no CG-Fies.

**JUSTIFICAÇÃO**

As discussões em torno das políticas públicas voltadas para promoção da educação precisam ter como norte essencial as metas traçadas no Plano Nacional de Educação, sendo importante ainda assegurar a sustentabilidade e repercussões fiscais.

O impacto fiscal não é uma preocupação exclusiva da União, mas de toda comunidade acadêmica envolvida no FIES.

Sendo assim, assegurada uma participação plural e heterogenia no Comitê Gestor do FIES, é importante que as decisões mais relevantes sejam tomadas em conjunto por todos os integrantes do Comitê.

Sala da Comissão, 9 de Fevereiro de 2018.

---

**Deputado Izalci**





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017

<b>Autor</b> <b>SENADOR ROBERTO ROCHA</b>
--

<b>Partido</b> <b>PSDB</b>
-------------------------------

1. ___ Supressiva	2. ___ Substitutiva	3. ___ Modificativa	4. <u>X</u> Aditiva
-------------------	---------------------	---------------------	---------------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA Nº - CMMPV  
(à MPV nº 812, de 2017)**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, o seguinte artigo:

“Art. \_\_. Os recursos de que tratam os arts. 1º, à exceção do Fundo da Marinha Mercante (FMM), e 11 da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, quando aplicados no financiamento de projetos de investimento para água e esgoto, energia e logística das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, poderão ser remunerados na forma do art. 1º- A e art.1º- B da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, hipótese em que as instituições financeiras, nas respectivas operações de financiamento, gozarão da isenção tributária a que se refere o art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Apesar de inúmeras iniciativas, verifica-se ainda um relativo atraso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em importantes aspectos sociais e de infraestrutura. O saneamento é uma das áreas de maior atraso relativo das regiões Norte e Nordeste. Pelos números do Instituto Trata Brasil, o Nordeste tem a segunda pior taxa de tratamento de esgoto: apenas 32%. Já na região Norte, apenas 16,42% do esgoto é tratado, a pior situação entre todas as regiões. Em outro dado da pesquisa, apenas 71% das pessoas possuíam acesso à água tratada e 21% tinham coleta de esgotos na região



SF/18638.02295-76

Nordeste. Desta maneira, percebe-se que as regiões enfrentam um quadro mais adverso do que o restante do país, abrindo espaço para o desenho de políticas públicas que tenham como objetivo o enfrentamento de tais condições.

A região Centro-Oeste, apesar dos números relativamente mais promissores de crescimento econômico, não possui todo o potencial de produtividade aproveitado, sobretudo em virtude das condições de logística. A mais recente safra demonstrou, mais uma vez, a necessidade de ampliação e melhoria da oferta de infraestrutura logística para a região.

Não obstante, no processo de recuperação econômica que se iniciou em 2017 para a economia brasileira, essas regiões carregam relativo atraso em relação às demais. A evolução do indicador mensal de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) mostra que a região Nordeste, por exemplo, é a de pior desempenho ao longo do ano passado. Além dos problemas conjunturais, sabe-se que essas regiões apresentam, em muitas dimensões econômicas e sociais, os piores índices estruturais do país. Para setembro de 2017, a taxa de desemprego do Brasil era de 12,4%, enquanto o Nordeste apresentou uma taxa de 14,8%.

Esses dados reforçam a necessidade de maior ampliação do crédito nessas regiões, objetivando a retomada mais célere da geração de emprego e renda, evitando, assim, o aumento das desigualdades regionais.

Diante do quadro descrito nos parágrafos anteriores, é forçoso verificar a oportunidade de alavancar os recursos destinados para as regiões menos desenvolvidas do país. Nesse sentido, a emenda proposta vem a ampliar as fontes de recursos para tal finalidade.

Portanto, apresenta-se aqui a proposta de reforçar a atuação do governo federal na redução das desigualdades regionais, fazendo uso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

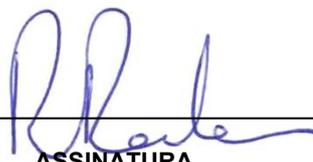
Entendemos que a proposta possui os seguintes méritos:

- a) os financiamentos para investimento nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste teriam encargos financeiros mais alinhados com as necessidades do tomador final de recursos;
- b) será permitida a retomada do crédito e do investimento, contribuindo para o crescimento econômico nas regiões de menor renda do país;
- c) as taxas de juros praticadas mostrar-se-iam simultaneamente adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas e alinhadas às tendências dos juros praticados no restante da economia;
- d) os possíveis beneficiários dos financiamentos se favorecem pela redução da incerteza com relação aos critérios e sua atualização futura;
- e) ampliação das fontes de recursos disponíveis para as políticas de redução das desigualdades regionais, e conseqüente aceleração acelera o ritmo de redução de desigualdade entre as diversas regiões do Brasil; e
- f) permite que essas regiões tenham uma redução mais acelerada do seu déficit de infraestrutura.



SF/18638.02295-76

Sala da Comissão,



ASSINATURA



SF/18638.02295-76

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812/2017

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



CD/18546.54549-35

### EMENDA Nº \_\_\_\_\_ 2018.

( Do Sr. Deputado IZALCI)

Art. 1º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“(…)

*Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, pro rata die, considerados os seguintes componentes:*

(…)

*IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:*

(…)

*h) fator um inteiro e quatro décimos, para financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.*

(…)

§ 7º (revogar)

(...)

*Art. 6º-C. Nas operações dos Fundos Constitucionais para financiamento estudantil, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei.*

*Parágrafo único. Cabe aos bancos administradores fazer a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.*

Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“[Art. 17-A.](#) Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:*

(...)

*§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o caput, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:*

(...)

*IV – (Revogar)*

## JUSTIFICAÇÃO

As propostas da Emenda têm por objetivo incluir as operações do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais na sistemática da taxa de juros que se aplica às demais operações não-rurais dos Fundos Constitucionais. Além disso, têm o condão de eliminar a discricionariedade na definição das taxas de juros do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais, referenciando estas à TLP de forma compatível às necessidades de cada região. Objetivando, assim, garantir que as taxas não estejam dissociadas das tendências dos juros praticados no restante da economia e imprimindo segurança jurídica para os estudantes beneficiários dos Fundos.

Além disso, a revogação do § 7º do Art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, tem por fim eliminar a discricionariedade na definição das taxas de juros do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais, referenciando estas à TLP de forma compatível às necessidades de cada região, possibilitando, assim, a garantia de que as taxas não estejam dissociadas das tendências dos juros praticados no restante da economia e imprimindo segurança jurídica para os estudantes beneficiários dos Fundos.

Por outro lado, a inclusão do Art. 6º-C, na Lei nº 10.177, de 2001, com a revogação do inciso IV do § 1º do Art. 17-A da Lei nº 7.827, de 1989 por intermédio da MP 812/2017, pretendem, equiparar as operações de financiamento estudantil dos Fundos Constitucionais com as demais financiadas.

Sala da Comissão, 09 de fevereiro de 2018.

---

**Deputado IZALCI LUCAS**  
**PSDB/DF**



CD/18546.54549-35

MP Nº 812/2017

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812/2017

### EMENDA Nº \_\_\_\_\_ 2017.

(Do Sr. Deputado MOSES RODRIGUES)

Art. 1º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“(…)

*Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, pro rata die, considerados os seguintes componentes:*

(…)

*IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:*

(…)

*h) fator um inteiro e quatro décimos, para financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.*

(…)

*§ 7º (revogar)*

(…)

*Art. 6º-C. Nas operações dos Fundos Constitucionais para financiamento estudantil, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei.*

*Parágrafo único. Cabe aos bancos administradores fazer a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989*



CD/18888.73647-70

Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:*

*(...)*

*§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o caput, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:*

*(...)*

*IV – (Revogar)*

## JUSTIFICAÇÃO

As propostas da Emenda têm por objetivo Incluir as operações do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais na sistemática da taxa de juros que se aplica às demais operações não-rurais dos Fundos Constitucionais. Além disso, têm o condão de eliminar a discricionariedade na definição das taxas de juros do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais, referenciando estas à TLP de forma compatível às necessidades de cada região. Objetivando, assim, garantir que as taxas não estejam dissociadas das tendências dos juros praticados no restante da economia e imprimindo segurança jurídica para os estudantes beneficiários dos Fundos.

Além disso, a revogação do § 7º do Art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, tem por fim eliminar a discricionariedade na definição das taxas de juros do FIES com recursos dos Fundos Constitucionais, referenciando estas à TLP de forma compatível às necessidades de cada região, possibilitando, assim, a garantia de que as taxas não estejam dissociadas das tendências dos juros praticados no restante da economia e imprimindo segurança jurídica para os estudantes beneficiários dos Fundos.

Por outro lado, a inclusão do Art. 6º-C, na Lei nº 10.177, de 2001, com a revogação do inciso IV do § 1º do Art. 17-A da Lei nº 7.827, de 1989 por intermédio da MP 812/2017, pretendem, equiparar as operações de financiamento estudantil dos Fundos Constitucionais com as demais financiadas.

Sala da Comissão, 09 de fevereiro de 2018.





---

**Deputado Moses Rodrigues**



CD/18888.73647-70



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017
------	----------------

Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>	Nº do Prontuário
-------------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigos	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	---------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na MP nº 812/2017, onde couber, o seguinte artigo.

**Art. X** O art.2º da Lei de n.º 13.483, de 21 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 8º.

“Art. 2º .....

§ 8º A taxa de juros prefixada a que se refere o caput deste artigo está limitada à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) para o prazo de 6 (seis) meses e para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América vigente no último dia útil do mês precedente, acrescida de 1 (um) ponto percentual.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores inconvenientes da substituição da TJLP pela TLP, instituída pela lei nº 13.483/2017, como taxa referencial para novos financiamentos de longo prazo, inclusive, como proposto pela MP 812/2017, para aqueles não-rurais operados pelos fundos constitucionais, é a possibilidade de que em momentos de instabilidade financeira e, em particular, instabilidade cambial, a taxa real de juros que compõe a TLP possa aumentar forte e repentinamente, mesmo que a economia se encontre estagnada ou em recessão, elevando assim o custo dos financiamentos justamente quando mais a economia requer estímulos. De modo a manter a relação entre a taxa referencial citada e a taxa básica real de juros praticada na economia, mas, evitando o risco de disparada das taxas que inviabilizaria o investimento produtivo, propõe-se aqui a inclusão de dispositivo que **limita** a taxa de juros prefixada que compõe, juntamente à variação do IPCA, a TLP, a uma taxa básica de referência amplamente usada em financiamentos internacionais, acrescida de um ponto percentual para considerar a especificidade do Brasil. Com esse dispositivo, mesmo em situações de stress financeiro que levem a uma repentina elevação da taxa básica de juros, a TLP, mantendo-se alinhada com a taxa usada pelos concorrentes das

CD/18438.84137-39

empresas brasileiras, se manteria como instrumento relevante de indução da economia.

**PARLAMENTAR**

**Deputado Paulo Pimenta  
PT/RS**





CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017			
Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>			Nº do Prontuário	
1. Supressiva    2. Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. Aditiva    5. Substitutivo Global				
Página	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao **art.1º** da MP nº 812/2017 a seguinte redação:

Art. 1º .....

“Art. 1º-A. ....  
.....

II – a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo – TLP, apurada nos termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, **limitada à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) para o prazo de 6 (seis) meses e para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América vigente no último dia útil do mês precedente, acrescida de 1 (um) ponto percentual.**  
.....

V – bônus de adimplência – **BA**, com fator de:  
.....

§ 4º Os FP, nos termos do inciso IV do caput, e o limite a que se refere o § 3º estarão vigentes até 31 de dezembro de **2019**, a partir de quando passarão a ser revisados, a cada quatro anos, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério da Integração Nacional, e as alterações estarão limitadas a vinte por cento dos valores vigentes.  
.....

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o caput serão apurados **mensalmente** pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.  
.....

.....” (NR)

CD/18257.85506-28

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe alterar o inciso II e três parágrafos do art.1º-A da lei nº 10.177/2001 introduzido pelo art.1º da MP.

Em primeiro lugar, considerando que em momentos de instabilidade financeira e, em particular, instabilidade cambial, a taxa real de juros aferida pela TLP pode aumentar muito, mesmo com a economia estagnada ou em recessão, elevando o custo dos financiamentos dos fundos constitucionais, fazendo com que justamente quando mais a economia requer estímulos, mais altas são as taxas praticadas pelos fundos e menos capazes são eles de ajudar, **propõe-se alterar o inciso II** do referido artigo **de modo a limitar o valor da TLP**, para efeito de cálculo dos encargos, a uma taxa de juros usada internacionalmente mais um adicional que considere a especificidade do Brasil.

Em segundo, propõe-se esclarecer que “BA” na fórmula inscrita no § 1º do art.1º-A da lei nº 10.177/2001 introduzido pelo art.1º da MP, que disciplina o cálculo dos encargos incidentes sobre financiamentos não-rurais com recursos dos fundos constitucionais, significa “bônus de assinatura”. Para isso, **propõe-se alterar o inciso V** do referido artigo associando explicitamente a descrição ao termo.

Em terceiro, ao fixar a política de crédito operacionalizada por esses fundos para um período de quatro anos, a MP o faz, ao iniciar com 2018-2021, para períodos incompatíveis com a duração dos mandatos presidenciais. Com isso, o CMN indicado por cada presidente eleito pode definir essa política para apenas um dos quatro anos do respectivo mandato, e para três anos do mandato do presidente seguinte, o que não é indicado. De modo a que os períodos nos quais a política de crédito dos fundos é revisada sejam defasados em apenas um ano em relação aos mandatos presidenciais, **propõe-se alterar o § 4º, definindo que o primeiro desses períodos seja mais curto e se encerre ao final do primeiro ano do mandato do próximo presidente** (2019), em lugar do terceiro (2021).

Finalmente, **propõe-se alterar a redação do § 6º** de modo a esclarecer que a apuração dos encargos financeiros será feita **mensalmente** pelo CMN.

## PARLAMENTAR

**Deputado Paulo Pimenta**  
**PT/RS**



CD/18257.85506-28



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017			
Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>			Nº do Prontuário	
1. Supressiva    2. Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. Aditiva    5. Substitutivo Global				
Página	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao **art.1º** da MP nº 812/2017 a seguinte redação:

Art. 1º .....

“Art. 1º-A. ....

.....

V – bônus de adimplência – **BA**, com fator de:

.....

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o caput serão apurados **mensalmente** pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se esclarecer que “BA” na fórmula inscrita no § 1º do art.1º-A da lei nº 10.177/2001 introduzido pelo art.1º da MP, que disciplina o cálculo dos encargos incidentes sobre financiamentos não-rurais com recursos dos fundos constitucionais, significa “bônus de assinatura”. Para isso, **propõe-se alterar o inciso V** do referido artigo associando explicitamente a descrição ao termo.

Ainda, **propõe-se alterar a redação do § 6º** do referido artigo de modo a esclarecer que a apuração dos encargos financeiros será feita **mensalmente** pelo CMN.

CD/18404.27713-27

PARLAMENTAR

**Deputado Paulo Pimenta**  
**PT/RS**



CD/18404.27713-27



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017
------	----------------

Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>	Nº do Prontuário
-------------------------------------	------------------

1. X Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
-----------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigos 5º	Parágrafo	Inciso I	Alínea
--------	---------------	-----------	-------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**Revogue-se o inciso I do art.5º da MP nº 812/2017**

JUSTIFICAÇÃO

A revogação do limite de 20% dos recursos do fundo para o financiamento de investimentos em projetos para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação, introduzido pelo art. 8º da lei nº 9.126/1995, possibilita a concentração excessiva das operações do fundo neste tipo específico de empreendimento, reduzindo os recursos disponíveis para aplicações com efeitos eventualmente superiores sobre o desenvolvimento regional. Sugere-se assim emenda ao art.5º da MP **suprimindo a revogação.**

PARLAMENTAR

<p><b>Deputado Paulo Pimenta PT/RS</b></p>
--

CD/18326.88896-50



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017
------	----------------

Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>	Nº do Prontuário
-------------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	---------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao **art.1º** da MP nº 812/2017 a seguinte redação:

Art. 1º .....

“Art. 1º-A. ....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Os FP, nos termos do inciso IV do caput, e o limite a que se refere o § 3º estarão vigentes até 31 de dezembro de **2019**, a partir de quando passarão a ser revisados, a cada quatro anos, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério da Integração Nacional, e as alterações estarão limitadas a vinte por cento dos valores vigentes.

§ 5º .....

§ 6º .....

§ 7º .....

§ 8º .....” (NR)

“Art. 1º-B .....” (NR)

“Art. 1º-C .....” (NR)

“Art. 1º-D .....

Parágrafo único .....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Ao fixar a política de crédito operacionalizada pelos fundos constitucionais para um período de quatro anos, a MP o faz, ao iniciar com 2018-2021, para períodos incompatíveis com a duração dos mandatos presidenciais. Com isso, o CMN indicado por cada presidente eleito pode definir essa política para apenas um dos quatro anos do respectivo mandato, e para três anos do mandato do presidente seguinte, o que não é indicado. De modo a que os períodos nos quais a política de crédito dos fundos é revisada

CD/18472.01428-16

sejam defasados em apenas um ano em relação aos mandatos presidenciais, **propõe-se alterar o § 4º** do art.1º-A da lei nº 10.177/2001 introduzido pelo art.1º da MP, **definindo que o primeiro desses períodos seja mais curto e se encerre ao final do primeiro ano do mandato do próximo presidente (2019), em lugar do terceiro (2021).**

**PARLAMENTAR**

**Deputado Paulo Pimenta  
PT/RS**





CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	MP nº 812/2017
------	----------------

Autor <b>Paulo Pimenta PT/RS</b>	Nº do Prontuário
-------------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	---------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao **art.1º** da MP nº 812/2017 a seguinte redação:

Art. 1º .....

“Art. 1º-A. ....  
.....

II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo - TLP, apurada nos termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, **limitada à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) para o prazo de 6 (seis) meses e para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América vigente no último dia útil do mês precedente, acrescida de 1 (um) ponto percentual.**

.....  
§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º .....

§ 5º .....

§ 6º .....

§ 7º .....

§ 8º .....” (NR)

“Art. 1º-B .....” (NR)

“Art. 1º-C .....” (NR)

“Art. 1º-D .....

Parágrafo único .....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em momentos de instabilidade financeira e, em particular, instabilidade cambial, a taxa real de juros

CD/18917.43036-66

aferida pela TLP pode aumentar muito, mesmo com a economia estagnada ou em recessão, elevando o custo dos financiamentos dos fundos constitucionais e fazendo com que justamente quando mais a economia requer estímulos, mais altas são as taxas por eles praticadas e menos capazes são eles de ajudar. Por isso, **propõe-se alterar o inciso II** do art.1º-A da lei nº 10.177/2001 introduzido pelo art.1º da MP **de modo a limitar o valor da TLP**, para efeito de cálculo dos encargos, a uma taxa de juros usada internacionalmente mais um adicional que considere a especificidade do Brasil.

**PARLAMENTAR**

**Deputado Paulo Pimenta  
PT/RS**



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER À MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



CD/18105.99355-06

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 812, de 2017:

Art. XX. A Lei nº 7.827, de 29 de setembro de 1989, passa vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

I - .....

.....

III - tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, às atividades produtivas ligadas à economia criativa tais como cultura, consumo, mídias e tecnologia, às que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;

.....

“Art. 4º .....

.....

§ 4º Os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para beneficiários que explorem atividades produtivas ligadas à economia criativa, se:

I – estiverem organizados como microempreendedores individuais, associações, cooperativas, sociedades empresariais, fundações de direito privado e empresas individuais de responsabilidade limitada;

II – comprovarem junto à instituição financeira capacidade técnica e financeira para aplicarem os recursos e viabilizarem o pagamento dos encargos com o financiamento; e

III – apresentarem junto com a solicitação do financiamento projeto executivo com cronograma físico financeiro para a sua execução.

§ 5º Podem ainda ser enquadrados como beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais a que se refere esta Lei as pessoas físicas que exercem algum tipo de atividade relacionada à economia criativa ou profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, desde que comprovem junto às instituições financeiras gestoras dos Fundos condições técnicas e financeiras para se candidatarem aos financiamentos, nos termos dos incisos II e III do § 4º deste artigo.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo permitir que as atividades produtivas ligadas à economia criativa tenham tratamento preferencial na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, como sói ocorrer com as atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas.

Tal inclusão tem tido boa acolhida entre nossos Pares na Câmara dos Deputados, em especial entre os representantes das regiões beneficiadas com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Todos reconhecem a necessidade de se atualizar a Lei nº 7.827, de 1989, para acompanhar as mudanças que o mundo vem assistindo com repercussões, inclusive, na matriz econômica de cada país. Não se pode, pois, ignorar a importância crescente da prestação de serviços que não se resume às



grandes empresas, mas se estende para os segmentos produtivos de micro e pequeno porte, configurando uma realidade impensada antes do advento da *internet* e da sua revolução tecnológica. Os serviços digitais prosperam em áreas como turismo, artesanato, moda, arquitetura, entre tantos outros.

Esses setores refletem a evolução de uma sociedade que não busca mais somente a satisfação das suas necessidades básicas, mas também almeja a elevação do padrão cultural e do bem-estar da população. Com a pujança desses mercados, aumenta também a sua importância na geração de emprego e renda, o que mais que justifica a atualização da lei que se pretende alterar para permitir o financiamento dessas atividades produtivas.

Mas nossa emenda tem o cuidado de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos, ao estabelecer exigências para a liberação dos financiamentos em relação aos beneficiários que exploram atividades produtivas ligadas à economia criativa. Para se candidatarem aos financiamentos, os mutuários a que se refere a emenda são obrigados a:

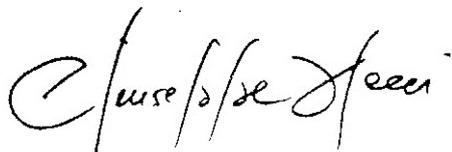
(i) se organizarem como microempreendedores individuais, associações, cooperativas, sociedades empresariais, fundações de direito privado e empresas individuais de responsabilidade limitada;

(ii) comprovarem junto à instituição financeira oficial gestora de cada Fundo capacidade técnica e financeira para aplicarem os recursos e viabilizarem o pagamento dos encargos com o financiamento; e,

(iii) apresentarem junto com a solicitação do financiamento projeto executivo com cronograma físico financeiro para a sua execução.

São estas as razões que temos certeza deverão sensibilizar o ilustre relator da presente matéria, como de resto os demais membros deste seletor e representativo colegiado, para o acolhimento da emenda que ora estamos submetendo ao seu exame.

Sala da Comissão, em            de            de 2018.



**Deputado GIUSEPPE VECCHI**



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER À MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória nº 812, de 2017, para dar as seguintes redações aos arts. 1º-A e 1º-D por ele acrescentados à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001:

*“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados **semestralmente**, pro rata die, considerados os seguintes componentes:*

*I - .....*;

*II - .....*;

*III – o **Coefficiente de Desenvolvimento da Unidade da Federação (CDUF)**, definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da **Unidade da Federação** e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de um inteiro;*



IV - o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) **Fator 0,8 (oito décimos)**, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil);

b) **Fator 0,9 (nove décimos)**, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil) até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) **Fator 1,0 (um inteiro)**, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais)

d) **Fator 1,5 (um inteiro e cinco décimos)**, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

e) **Fator 1,8 (um inteiro e oito décimos)**, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

f) **Fator 0,8 (oito décimos)**, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

g) **Fator 0,5 (cinco décimos)**, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

h) **Fator 0,9 (nove décimos)**, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

V - bônus de adimplência (BA), com:

a) **Fator 0,85 (oitenta e cinco centésimos)**, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento; e

b) **Fator 1,0 (um inteiro)**, nos demais casos.



§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o caput, será aplicada a seguinte fórmula:

**Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) = (FAM) x [1 + (BA x CDUF x FP x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.**

§ 2º .....

§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação, de que trata a **alínea “g”** do inciso IV do caput, será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, adicionado, a cada ano e para cada fundo, do seu orçamento não contratado dos exercícios anteriores.

§ 4º .....

§ 5º .....

§ 6º .....

§ 7º .....

§ 8º .....” (NR)

“Art. 1º-D. O **CDUF** referente às unidades da federação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os art. 1º e art. 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar per capita e da população residente apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Parágrafo único. Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do **CDUF**.” (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO



Estamos submetendo à avaliação do nobre relator e dos ilustres membros da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, a presente emenda com o objetivo de alterar parcialmente a redação dos arts. 1º-A e 1º-D acrescidos pelo art. 1º da MP à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

A primeira alteração no *caput* do citado art. 1º-A pretende substituir o período de apuração dos encargos financeiros referentes aos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de mensal para semestral, visando ao melhor planejamento pela classe empresarial, pois o próprio processo de acesso a linha de crédito junto às instituições financeiras, gira-se em torno de 90 dias para aprovação do crédito.

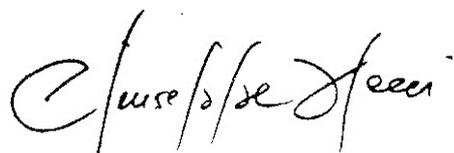
Estamos sugerindo uma alteração no inciso III do mesmo art. 1º-A para que não se tenha como referência a renda domiciliar *per capita da região e sim a* renda domiciliar *per capita* de cada unidade da federação em relação à renda domiciliar *per capita* do País. Deve-se levar em consideração a realidade econômica e social de cada unidade da federação em cada uma das regiões. Esta mudança faz sentido especialmente no caso do cálculo do Coeficiente de Desenvolvimento Regional da Região Centro-Oeste, devido à distorção provocada pelo rendimento domiciliar *per capita* de Brasília, bem acima do rendimento domiciliar *per capita* dos demais Estados da Região, entre outros fatores, pela concentração de funcionários públicos de alta renda. Assim, tal situação acaba provocando distorção no índice **CDR**, prejudicando o enquadramento no referido índice dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onerando, por consequência, o custo final do FCO para as empresas dos referidos Estados do Centro-Oeste.

As mudanças sugeridas no inciso III do mesmo art. 1º-A têm como objetivo: **a)** oferecer tratamento mais vantajoso para as pequenas e médias empresas em todas as regiões contempladas com recursos dos Fundos Constitucionais; **b)** aumentar o incentivo para as grandes empresas investirem nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a adoção de encargos financeiros com recursos dos Fundos Constitucionais mais atrativos que os encargos financeiros cobrados pelo BNDES nas demais regiões.

As demais alterações sugeridas têm como objetivo apenas ajustar o texto dos demais dispositivos alterados às mudanças destacadas acima.

Diante do exposto, estamos certos de que contaremos com o apoio de todos à nossa proposição, que, a nosso juízo, aperfeiçoa a redação da Medida Provisória, ao reforçar um de seus principais objetivos: oferecer tratamento diferenciado para as diversas regiões do País com vistas a reduzir as disparidades de renda entre elas.

Sala da Comissão, em            de            de 2018.



**Deputado GIUSEPPE VECCI**



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do CentroOeste.



**EMENDA Nº**

Art 1ºA .....

§ 9º Os encargos financeiros previstos neste artigo se aplicam aos recursos do Fundo de Participação PIS PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, quando destinados pelas instituições financeiras oficiais federais para programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 10º Fica a União autorizada, quando da repactuação das condições contratuais dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES estabelecida no artigo 11º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, a utilizar a remuneração prevista neste artigo quando os recursos estejam

aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, desde que operações tenham sido contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda permite que os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com realizados recursos do FNO, do FNE e do FCO, que de acordo com a Medida Provisória, passarão a ser apurados mensalmente, pro rata die, também deverão ser aplicados aos recursos do Fundo de Participação PIS PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, quando destinados pelas instituições financeiras oficiais federais para programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Por todas essas, contamos com o apoio dos colegas parlamentares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em            de            de 2018.

Deputado **DANILO CABRAL**  
PSB/PE



**EMENDA Nº - CM**  
(à MPV nº 812, de 2017)

Adicione-se as alíneas “h” e “i” ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

“Art. 1º-A. ....

.....

IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

h) fator 7 décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

i) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste

(FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.



A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP.

No entanto, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz de formulação dos programas de financiamento dos Fundos, prevista no inciso III do art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, qual seja, de privilegiar as micro e pequenas empresas e as de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, não foi contemplada.

Tampouco, foi respeitado o princípio da ordem econômica, previsto no art. 170, IX, da Constituição Federal, de conferir tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. A diferenciação dada às empresas com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) não atende tal princípio, uma vez que esse valor extrapola e muito o limite de faturamento anual aplicável às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Dessa forma, a presente emenda visa a adequar a MP aos comandos legais e constitucionais citados, colaborando para a expansão do pequeno negócio no país.

Sala da Comissão,

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCDOB-AM**



SF/18574.96337-00

**EMENDA Nº - CM**  
(à MPV nº 812, de 2017)

**Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, a seguinte redação:**

Art. 2º A [Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 4º .....

I- serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 2001; e

.....” (NR)

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I - três inteiros por cento ao ano, no exercício de 2018;

II - dois inteiros e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III - dois inteiros e seis décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV - dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – dois inteiros e dois décimos por cento ao ano, no exercício de 2022;

VI- dois inteiros por cento ao ano de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o caput, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I - os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o [art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995](#);

II - os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A;

III - os saldos das operações contratadas na forma do [art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 2001](#), conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional;



IV - os saldos das operações contratadas na forma do [art. 15-D da Lei nº 10.260, de 2001](#), com recursos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o [art. 4º da Lei nº 9.126, de 1995](#).

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o caput e o percentual de que trata o § 2º ficam limitados, em cada exercício, a vinte por cento do valor das transferências de que trata a [alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição](#), realizadas pela União a cada um dos bancos administradores.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO.” (NR)

## Justificação

A remuneração dos Bancos Operadores dos Fundos Constitucionais é dividida em duas fontes de receita, conforme determina a Lei nº 10.177/2001: 1) receita *del credere* e 2) receita da taxa de administração.

A primeira delas se destina a cobrir o risco de crédito assumido pelos Bancos ao aplicarem os recursos dos Fundos Constitucionais no financiamento de atividades produtivas e está limitado a 3% do saldo ativos em operações de risco compartilhado e 6% no montante das operações de risco integral dos Bancos Operadores.

Por esse motivo, fica claro que a remuneração a que fazem jus os Bancos Operadores se destina à cobertura das perdas financeiras decorrente do risco de crédito das operações.

Nesse contexto, é importante analisarmos o comportamento da inadimplência nas Regiões atendidas pelos Fundos com a média nacional. Especificamente na área de atuação do FNE e FNO onde as taxas de inadimplência são sempre superiores a média do País.

Por esse motivo, entendemos relevante que haja estímulo aos Bancos que operarem como inadimplência dentro de um padrão adequado do mercado na forma descrita no §4º, do art. 2º da Medida Provisória.

A redução da taxa de administração aos patamares de 1,5% ao ano impactará de forma significativa os resultados dos Bancos operadores, sobretudo, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, visto que são Bancos regionais que atuam basicamente com o foco no repasse do Fundo. A redução da remuneração obrigará estes Bancos a cada dia mais voltarem-se a atuação comercial retirando o foco de fomento tão necessário para o desenvolvimento e a aplicação dos Fundos nestas regiões.

A receita de taxa de administração é relevante e já possui o esbarro legal estabelecida pelo parágrafo único do art. 13 da Medida Provisória 2.199-14/2001, fazendo com que esta receita seja bem menor que os 3% anteriormente vigente, mas esteja com o patamar em torno de 2,1% a 2,4% entre os Bancos do Nordeste e da Amazônia. Portanto, uma redução para até 2% não teria impacto relevante aos Bancos e disciplinariam um limite menor que os atuais 3%, assim, não comprometeria a missão destes Bancos que poderiam voltar-se a sua atuação ao desenvolvimento regional com base nos Fundos Constitucionais.

Também cabe destacar que os Bancos Operadores fazem a gestão da carteira de operações compensadas, que não geram retorno direto para as instituições, exceto as de risco compartilhado em caso de liquidação, mas que estão inseridas na cadeia de custos com a administração do crédito. Portanto, ensejam vistorias periódicas, custas judiciais, reavaliações de garantias, cobrança administrativa, inclusão em dívida ativa, inclusão restritivos e estudo de capacidade de pagamento em pleitos de renegociação, além de estarem sujeitas às medidas governamentais de renegociação, o que também pode gerar novas despesas com provisão.

Dessa forma, entendendo que a redução da taxa de administração poderá ser dar nos seguintes percentuais:

- 3% ao ano de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2018;
- 2,8% ao ano no exercício de 2019;

- 2,6% ao ano no exercício de 2020;
- 2,4% ao ano no exercício de 2021;
- 2,2% ao ano no exercício de 2022;
- 2% ao ano a partir de 1º de janeiro de 2023

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN  
PCDOB-AM



SF/18082.57924-74

**EMENDA Nº - CM**  
**(à MPV nº 812, de 2017)**

**Dê-se aos art. 1º da Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, a seguinte redação:**

Art. 1º A [Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

.....” (NR)

“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão pré-fixados definidos pelo Conselho Monetário Nacional, observadas as bases da metodologia conforme fórmula abaixo:

Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC)={ (FAM) x [1+(CDR x FP x Juros Prefixados da TLP)]DU/252]-1 }

Onde:

I - o Fator de Atualização Monetária - FAM, composto pela média da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA dos últimos 12 (doze) meses, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, e a meta de inflação do Governo para os próximos 12 meses, considerando para este caso o IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo;

II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo - TLP, apurada nos termos do [art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017](#);



III - o CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator um, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões);

b) fator um inteiro e três décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e oito décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

e) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

f) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

g) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

h) fator sete décimos, para financiamento de projeto de investimento em reflorestamento, sistemas agroflorestais, manejo florestal sustentável e produção orgânica.

§ 1º Sobre os encargos de que tratam o caput deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis - DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.

§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação, de que trata a alínea “f” do inciso IV do caput,

será de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por ano, alocados entre os fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do [art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989](#), adicionado, a cada ano e para cada fundo, do seu orçamento não contratado dos exercícios anteriores.

§ 4º Os FP, nos termos do inciso IV do caput, e o limite a que se refere o § 3º estarão vigentes até 31 de dezembro de 2021, a partir de quando passarão a ser revisados, a cada quatro anos, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério da Integração Nacional, e as alterações estarão limitadas a vinte por cento dos valores vigentes.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos fundos constitucionais por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o caput serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas anualmente pelo Banco Central do Brasil passando a vigorar no período de 01/07 de um ano a 30/06 do ano seguinte.

§ 7º O disposto neste artigo não se aplica às operações de financiamento estudantil a que se refere o [15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 8º Caberá ao Ministério da Integração propor aos Conselhos Deliberativos das respectivas regiões, para deliberação, a definição dos critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do caput.” (NR)

[“Art. 1º-B.](#) Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.” (NR)

[“Art. 1º-C.](#) O del credere do banco administrador, limitado a até três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.” (NR)

[“Art. 1º-D.](#) O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os art. 1º e art. 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar per capita e da população residente apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Parágrafo único. Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.” (NR)

## Justificação

A MP 812 em trâmite no Congresso bem como sua regulamentação pela Resolução do CMN 4622 e Circular BACEN 3874 trouxeram uma nova proposta de geração de taxas aos Fundos Constitucionais, transformando-as de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas.

Considerando o cenário macroeconômico atual com IPCA baixo, a metodologia proposta reduz as taxas vigentes para os Contratos de financiamentos não rurais (comércio, serviço e indústria) e garantem que, enquanto durarem as desigualdades regionais, elas serão menores que as praticadas em modalidades não equalizadas lastreadas com recursos do BNDES.

Pela proposta da MP 812 as Taxas dos Fundos Constitucionais (TFC) seriam apuradas através da equação abaixo:

$$\text{TFC} = (\text{FAM}) \times [1 + (\text{BA} \times \text{CDR} \times \text{FP} \times \text{JPTLP})^{\text{DU}/252} - 1]$$

Onde:

FAM é um Fator de Atualização Monetária (FAM), composto pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

BA é o Bônus de Adimplência das operações e assume valor de 0,85 no caso de pagamento até a data de vencimento da obrigação e 1,00 nos demais casos;

CDR corresponde ao Coeficiente de Desequilíbrio Regional, definido pela razão do rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar per capita do País;

FP é um Fator de Programa, definido pela finalidade do crédito e porte do beneficiário; e

JPTLP corresponde à parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada nos termos do art. 3º da Lei 13.483.

A definição da metodologia busca criar uma definição específica para as taxas de juros dos Fundos Constitucionais retirando a liberalidade anual realizada atualmente através de definição da taxa pelo CMN. Entretanto ela traz alguns pontos que geram preocupações aos empreendedores:

1. O retorno da indexação aos contratos após dezessete anos, desde 2001 os contratos dos Fundos Constitucionais são pré-fixados para gerar tranquilidade e previsibilidade ao empreendedor de investimentos de longo prazo, o que insere um componente de incerteza no ato da contratação e possui potencial para gerar inflação inercial, tão combatida com a implantação do Plano Real. O viés inflacionário da medida advém do fato dos mutuários tenderem a elevar os preços de seus produtos no afã de recomprem suas margens finais, em cenário que o custo financeiro final de suas fontes se eleva em função do aumento passado dos preços, o que inicia processo em espiral danoso à economia.
2. Pelo ponto de vista da incerteza, a metodologia é bastante complexa mesmo para profissionais de finanças, quem dirá aos pequenos e médios empresários das regiões menos favorecidas do país. Não conseguirão definir claramente e poder comparar cálculos com os juros incidentes por ter uma metodologia tão específica;
3. Mensalmente terão juros distintos para novos contratos, visto que não somente a variação do IPCA alterará como também o componente de juros pré-fixados da TLP, assim, caso o tomador contrate no dia 30 de um mês terá um juro e se contratar dia 01 do mês seguinte terá outro juro, gerando uma situação incomoda de transparência da taxa;
4. Essa situação reduz a previsibilidade para os investidores quanto ao valor futuro das parcelas de seus financiamentos, principalmente aqueles destinados a implantação de projetos *greenfield*, que por natureza são de prazos mais longos. Empreendedores de maior porte farão hedge ou realizarão operações que deem tranquilidade quanto a oscilação inflacionária, mas os micro e pequenos ficarão vulneráveis as oscilações;
5. Todo esse processo é agravado, ainda, pelo fato das taxas poderem sofrer alteração durante o processo de análise da proposta (que pode levar mais de um mês em projetos de maior complexidade) e registro dos instrumentos contratuais. Tal fato pode levar clientes a postergarem (ou desistirem da) a efetivação de suas operações, em função de alterações no índice de inflação ou nos juros prefixados da TLP.
6. Outro ponto preocupante foi a alteração na sistemática de aplicação do bônus de adimplência. Embora, teoricamente ele se mantenha nos atuais 15%, analisando com maior profundidade a metodologia percebemos que há alteração. Pela metodologia proposta, o BA se torna múltiplo de termo específico da equação ( $[1 + (BA \times CDR \times FP \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{DU/252}$ ) que é ponderado pelo fator

de atualização monetária (FAM). Assim, o percentual de bônus de adimplência sobre o encargo total irá variar em função do programa de financiamento e da inflação passada. O bônus de adimplência tem como sua principal finalidade a criação de estímulo ao pagamento pontual dos empreendedores e ao mesmo tempo de penalidade aos maus pagadores, sendo que com a forma de cálculo proposta que incide exclusivamente sobre a taxa pré-fixada gerará um percentual irrelevante, retirando sua finalidade de estímulo e a penalidade prevista pela Lei nº 10.177/2001. Exemplificando com as taxas médias do IPCA de 1997 a 2017 teríamos um percentual médio de 3% a 5% sobre a taxa global, ou seja, bem inferior ao percentual original de 15%.

Nesse contexto, achamos meritória a iniciativa de definir metodologia para fixação das taxas de juros das operações lastreadas com fundos constitucionais, todavia, entendemos que a equação proposta poderia ser revisada:

- a) Fazendo o bônus de adimplência impactar linearmente os encargos totais das operações, independente do programa a que se destina o crédito.
- b) Ademais, em função da previsibilidade, defendemos que a metodologia sirva de base para definição das taxas anuais que seriam prefixadas e não se alterariam durante a vigência dos contratos.
- c) Para tanto, evitando as distorções de curto prazo que a metodologia utilizasse a média do IPCA dos últimos 12 meses e a previsão do IPCA dos próximos 12 meses para a composição da TFC, que seria conforme item “b” acima pré-fixada, tendo a metodologia como padrão de definição da taxa pré, tão somente;
- d) Ainda como contribuição, acreditamos importante que iniciativas de sustentabilidade como reflorestamento, sistemas agroflorestais, manejo florestal sustentável e produção orgânica deveriam ser beneficiadas com o mesmo fator de programa (FP) conferido diferenciado de 0,7.

Com base na nova redação, aqui proposta, da MP 812 proposta acima, sugerimos que o Ministério da Integração proponha aos CONDEL's da SUDENE, SUDAM E SUDECO os seguintes critérios na forma do inciso IV do artigo 1ª A, considerando que a PI 44 estaria automaticamente regovada:

Considera-se operação de investimento o financiamento da aquisição de bens de capital e obras voltadas à implantação, modernização, reforma, realocação ou ampliação da empresa, inclusive com capital de giro, quando exclusivamente associado ao investimento, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do valor financiado, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) desde que plenamente justificado em projeto e validado por análise do Banco.

Os gastos com a criação e legalização de empresa não estão abrangidos pela classificação estabelecida no caput deste artigo.

Considera-se operação de capital de giro o financiamento com prazo limitado a 36 (trinta e seis) meses, da continuidade das operações da empresa, tais como recursos para manutenção de estoques, máquinas e equipamentos, e para pagamento aos fornecedores (compras de matéria-prima ou mercadorias de revenda), pagamento de salários e demais custos e despesas operacionais relativos à administração do empreendimento.

Considera-se projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto o projeto de implantação, expansão, modernização e recuperação de redes de captação, adução e distribuição de água bruta e potável e de redes de interceptores e emissários de esgoto.

Os empréstimos para projetos de investimento em infraestrutura para água e esgoto poderão financiar unidades de tratamento de efluentes domésticos e não domésticos, estações de tratamento de águas residuárias, estações de tratamento de efluentes industriais e de efluentes químicos; saneamento básico, inclusive estudos, projetos e tecnologias de gerenciamento, para o aumento das áreas de cobertura dos sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário.

Considera-se projeto de investimento em logística o projeto direcionado a implantação, expansão, modernização e recuperação da infraestrutura logística do país.

Parágrafo único. Os financiamentos para projetos de investimento em logística poderão contemplar estudos e projetos, obras civis, treinamento, despesas pré-operacionais, bens de capital, desde que voltados à implantação, expansão, modernização e reforma da infraestrutura logística do país.

Considera-se projeto de investimento em inovação o projeto direcionado a implantação, expansão, modernização, reforma e realocização que viabilizem inovações em produtos, serviços, processos e métodos organizacionais nos empreendimentos, inclusive a elaboração de estudos ambientais, bem como os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais, associados ao projeto de inovação.

Considera-se inovação em produto ou serviço aquela que promove a alteração das características fundamentais (especificações técnicas, matérias-primas, componentes, software incorporado, funções ou usos pretendidos) de um produto ou serviço em relação a todos os produtos previamente produzidos ou trabalhados pela empresa. O produto ou serviço novo deve ter desempenho substancialmente incrementado ou aperfeiçoado, através de mudanças nas matérias primas, nos componentes ou em outras características que melhoram seu desempenho.

Considera-se inovação em processo a implementação de um novo ou substancialmente aperfeiçoado método de produção ou de entrega de produtos ou serviços, incluindo modificações na forma de comercialização e nos canais de distribuição e venda.

Considera-se inovação organizacional aquela que implementa um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas, visando melhorar o uso do conhecimento, a eficiência dos fluxos de trabalho ou a qualidade dos bens e serviços, devendo constituir novidade organizativa para a empresa.

Considera-se reflorestamento projeto direcionado a implantação, expansão e modernização de reflorestamento por regeneração natural ou intencional de florestas e matas em áreas de desmatamento.

Considera-se sistemas agroflorestais projeto direcionado a implantação, expansão, reforma e modernização de consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas.

Considera-se manejo florestal sustentável projeto direcionado a implantação, expansão, reforma e modernização de administração sustentável da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Considera-se produção orgânica projeto direcionado a implantação, expansão, reforma e modernização de processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos, conforme Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN  
PCDOB-AM

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**EMENDA ADITIVA N.º**

Adicione-se as alíneas "h" e "i" ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

“Art. 1º-A. ....

IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

h) fator 7 décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);



i) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

## **JUSTICATIVA**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP. No entanto, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz de formulação dos programas de financiamento dos Fundos, prevista no inciso III do art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, qual seja, de privilegiar as micro e pequenas empresas e as de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, não foi contemplada.

Tampouco, foi respeitado o princípio da ordem econômica, previsto no art. 170, IX, da Constituição Federal, de conferir tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. A diferenciação dada às empresas com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) não atende tal princípio, uma vez que esse valor extrapola e muito o limite de faturamento anual aplicável às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).



Dessa forma, a presente emenda visa a adequar a MP aos comandos legais e constitucionais citados, colaborando para a expansão do pequeno negócio no país.

Sala da Comissão, em            de            de 2018

Deputado Odorico Monteiro  
(PSB/CE)



CD/18325.63774-40

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**EMENDA ADITIVA N.º**

Adicione-se o inciso VI do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017, com o respectivo impacto na fórmula dos encargos financeiros:

“Art. 1º-A. ....

VI - o Fator Região Semiárida - FRS, calculado de acordo com a localização da operação, assim definido :

- a) fator cinco décimos, para operação de investimento no semiárido do Nordeste.” (NR)



§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o caput, será aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC} = (\text{FAM}) \times [1 + (\text{BA} \times \text{CDR} \times \text{FP} \times \text{FRS} \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{(\text{DU}/252)} - 1.$$

### **JUSTICATIVA**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

No entanto, não está sendo considerada diferenciação prevista na Constituição Federal, com relação aos financiamentos na região semiárida, e em diretriz dada pelo parágrafo 2º do art. 2º da Lei n. 7.827, de 1989, de que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste tem o dever de financiar as atividades econômicas do semiárido, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, não foi contemplada.

Apesar de haver destinação certa de metade dos recursos do Fundo da Região Nordeste ao semiárido, deve-se garantir que haja condições satisfatórias de financiamento dos empreendimentos a serem localizados nessa área, a fim de que se observe verdadeiramente um incentivo para que as empresas se instalem nessa área.



Dessa forma, apresentamos a presente emenda, que se destina a criar um redutor da taxa de juros para investimentos no semiárido.

Sala da Comissão, em        de        de 2018

Deputado Odorico Monteiro  
(PSB/CE)



**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 812 DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017.**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 812, de 2017:

Art. X Fica a União autorizada a participar no montante de até 1% (um por cento) do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que exercerá as funções de instituição financeira federal de caráter regional.

Art. XX. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) fica autorizado, em caráter suplementar ao Banco do Brasil S.A., auxiliar na administração, operações de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, como instituição financeira federal de caráter regional, até a instalação e entrada em funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme estabelece o art. 34, § 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



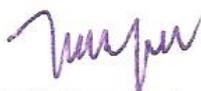
### JUSTIFICATIVA

O BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul passará a ser uma instituição financeira federal, de caráter regional, com o aporte de recursos dos Estados do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e até após a participação da União, poderá o estado do Mato Grosso do Sul, integrante do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, participar do capital acionário e utilizar a experiência do BRDE na execução dos programas com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste de maneira suplementar ao já exercido pelo Banco do Brasil S.A, mas com total competência na matéria de alavancagem do setor produtivo nacional.

Ressalte-se que o BRDE é autarquia interestadual, uma figura única na administração pública brasileira e que se tem notabilizado pela excelência de seus serviços aos brasileiros que habitam o sul do Brasil.

Por ato federal houve a autorização para funcionamento do BRDE, através do Decreto n.º 51.617, assinado pelo Presidente João Goulart, em 5 de dezembro de 1962, sendo apenas necessário o aporte financeiro de pequeno capital acionário para que haja a instituição do caráter federal a este banco regional.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2018.



ALFREDO KAEFER

Deputado Federal PSL/PR



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



CD/18478.32991-56

**EMENDA SUPRESSIVA Nº \_\_\_\_\_**

Suprime o artigo 17-A, com a redação dada pelo art. 2º da Medida Provisória 812/2017.

**JUSTIFICATIVA**

A taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO) proposta no bojo da referida MP é colocada em um contexto de uma ruptura nos rumos da economia do País. Necessário se faz compreender que um Banco de desenvolvimento possui uma missão diferenciada em relação às instituições financeiras privadas, portanto, os bancos de desenvolvimento não tem a possibilidade de praticar a mesma taxa de juros pelos custos sociais inerentes às suas atividades.

Nesse sentido, deve-se destacar que a sustentabilidade de um banco público, como o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, dentre outros, precisa passar por dispositivos institucionais que assegurem sua viabilidade financeira e não por interesses de mercado. Dessa forma, sugerimos a supressão deste artigo na íntegra, na perspectiva da manutenção da taxa de administração nos atuais patamares praticados, por entender que a forma corresponde ao papel das instituições de desenvolvimento, bem como as prerrogativas constitucionais dos respectivos fundos.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2018.

**ALFREDO KAEFER**

Deputado Federal PSL/PR

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



### **EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 812, de 2017:

“Art. XX. Terão prioridade na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de que trata desta Lei os investimentos produtivos que tenham como objetivo a geração de renda e emprego.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo ampliar o alcance regional dos Fundos Constitucionais, privilegiando o financiamento de projetos voltados para a geração de renda e emprego.

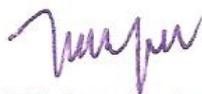
Fundos Constitucionais foram criados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-

Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Essa destinação está prevista na Constituição Federal de 1988. Assim, os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Compõem os recursos desses Fundos os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores. A ampliação do alcance se faz necessário ao Brasil como um todo. Motivo pelo qual solicito o apoio dos pares para a aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2018.



ALFREDO KAEFER

Deputado Federal PSL/PR



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



CD/18415.07242-63

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se as alíneas "h" e "i" ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

“Art. 1º-A. ....

.....

*IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:*

*h) fator 7 décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);*

*i) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);*

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as

diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP.

No entanto, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz de formulação dos programas de financiamento dos Fundos, prevista no inciso III do art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, qual seja, de privilegiar as micro e pequenas empresas e as de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, não foi contemplada.

Tampouco, foi respeitado o princípio da ordem econômica, previsto no art. 170, IX, da Constituição Federal, de conferir tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. A diferenciação dada às empresas com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) não atende tal princípio, uma vez que esse valor extrapola e muito o limite de faturamento anual aplicável às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Dessa forma, a presente emenda visa a adequar a MP aos comandos legais e constitucionais citados, colaborando para a expansão do pequeno negócio no país.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018.

Deputado **LUCIANA SANTOS**

PCdoB/PE

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se o inciso VI do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017, com o respectivo impacto na fórmula dos encargos financeiros:

“Art. 1º-A. ....

.....

*VI - o Fator Região Semiárida - FRS, calculado de acordo com a localização da operação, assim definido:*

.....

.....

*a) fator cinco décimos, para operação de investimento no semiárido do Nordeste.*

.....” (NR)

§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o caput, será aplicada a seguinte fórmula:

*Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC = (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x FRS x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.*

**JUSTIFICATIVA**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos

pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

No entanto, não está sendo considerada diferenciação prevista na Constituição Federal, com relação aos financiamentos na região semiárida, e em diretriz dada pelo parágrafo 2º do art. 2º da Lei n. 7.827, de 1989, de que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste tem o dever de financiar as atividades econômicas do semiárido, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, não foi contemplada.

Apesar de haver destinação certa de metade dos recursos do Fundo da Região Nordeste ao semiárido, deve-se garantir que haja condições satisfatórias de financiamento dos empreendimentos a serem localizados nessa área, a fim de que se observe verdadeiramente um incentivo para que as empresas se instalem nessa área. Dessa forma, apresentamos a presente emenda, que se destina a criar um redutor da taxa de juros para investimentos no semiárido.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018.

Deputado **LUCIANA SANTOS**

PCdoB/PE

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



CD/18085.52696-70

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se as alíneas "h" e "i" ao inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017:

*“Art. 1º-A. ....*

*.....*

*IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:*

*h) fator 7 décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);*

*i) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);*

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as

diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

A ponderação por tipo de atividade é realizada por meio do Fator de Programa – FP.

No entanto, na definição dos diferentes tipos de FP, a diretriz de formulação dos programas de financiamento dos Fundos, prevista no inciso III do art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, qual seja, de privilegiar as micro e pequenas empresas e as de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais, não foi contemplada.

Tampouco, foi respeitado o princípio da ordem econômica, previsto no art. 170, IX, da Constituição Federal, de conferir tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. A diferenciação dada às empresas com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) não atende tal princípio, uma vez que esse valor extrapola e muito o limite de faturamento anual aplicável às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Dessa forma, a presente emenda visa a adequar a MP aos comandos legais e constitucionais citados, colaborando para a expansão do pequeno negócio no país.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018.



Deputado **ALICE PORTUGAL**

PCdoB/BA



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Adicione-se o inciso VI do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 812/2017, com o respectivo impacto na fórmula dos encargos financeiros:

“Art. 1º-A. ....

.....

*VI - o Fator Região Semiárida - FRS, calculado de acordo com a localização da operação, assim definido:*

.....

.....

*a) fator cinco décimos, para operação de investimento no semiárido do Nordeste.*

.....” (NR)

§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o caput, será aplicada a seguinte fórmula:

*Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC = (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x FRS x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.*

**JUSTIFICATIVA**

A medida provisória (MP 812/17) muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos não rurais dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Na nova metodologia, os encargos são compostos

pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) no prazo de cinco anos. Essa taxa de juros real é modificada por multiplicadores, que levam em consideração as diferenças regionais (através do Coeficiente de Desenvolvimento Regional – CDR), a ponderação por tipo de operação e o benefício de adimplência.

No entanto, não está sendo considerada diferenciação prevista na Constituição Federal, com relação aos financiamentos na região semiárida, e em diretriz dada pelo parágrafo 2º do art. 2º da Lei n. 7.827, de 1989, de que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste tem o dever de financiar as atividades econômicas do semiárido, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, não foi contemplada.

Apesar de haver destinação certa de metade dos recursos do Fundo da Região Nordeste ao semiárido, deve-se garantir que haja condições satisfatórias de financiamento dos empreendimentos a serem localizados nessa área, a fim de que se observe verdadeiramente um incentivo para que as empresas se instalem nessa área. Dessa forma, apresentamos a presente emenda, que se destina a criar um redutor da taxa de juros para investimentos no semiárido.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2018.



Deputado **ALICE PORTUGAL**

PCdoB/BA



PARECER Nº 1, DE 2018 - CMMPV 812/2017

## COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017

(Mensagem nº 586, de 2017)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

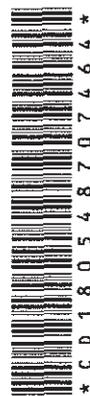
**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relatora:** Deputada SIMONE MORGADO

## I – RELATÓRIO

### I.1- Introdução

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fundamento no art. 62 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017, nos termos da Mensagem nº 586, de 2017, para alterar a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da



Constituição Federal, para instituir os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que disciplina as operações com recursos dos referidos Fundos.

Os Fundos Constitucionais foram instituídos para viabilizar o financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste<sup>1</sup> e Centro-Oeste. Estes Fundos são formados por um percentual de 3% do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), subdividindo-se o percentual entre as regiões do seguinte modo: 1,8%, para a região Nordeste e 0,6%, para cada uma das regiões Norte e Centro-Oeste.

Os Ministros de Estado da Fazenda, Henrique Campos Meirelles, da Integração Nacional, Helder Barbalho, e o Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, justificam a edição da MP sob a alegação de que os Fundos Constitucionais desempenham papel relevante na implementação de políticas públicas que visam à redução das desigualdades regionais em nosso País e que, para cumprirem sua missão, precisam oferecer taxas de juros adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas.

As mudanças trazidas pela MP, em relação aos encargos financeiros praticados nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais, vinham sendo debatidas desde a edição da MP nº 777, de 2017, convertida na Lei nº 13.483, de 2017, que promoveu a substituição da TJLP pela TLP nos empréstimos do BNDES. As alterações promovidas pela presente norma acompanham a linha, então, adotada pelo Governo Federal de emprestar os recursos dos Fundos Constitucionais a uma taxa similar à que capta no mercado, com ajustes que levam em conta as desigualdades regionais, um bônus de adimplência e a finalidade da operação financiada, com o propósito de serem mantidas condições diferenciadas de financiamento com recursos públicos para as regiões beneficiadas.

<sup>1</sup> Além dos Estados da Região Nordeste, os recursos do FNE são destinados a Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo incluídos na área de atuação da Sudene.



A MP nº 812, de 2017, que será apreciada pelos ilustres membros desta Comissão Especial, sob a presidência não menos ilustre do Senador Otto Alencar, altera: **i)** a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para introduzir nova metodologia no cálculo dos encargos financeiros incidentes nos financiamentos de operações de crédito contratadas com recursos do FNO, do FNE e do FCO, excetuadas as operações de crédito rural; e **ii)** a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com vistas a reduzir as taxas de administração das instituições financeiras responsáveis pela gestão dos mencionados fundos, respectivamente o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

## 1.2 – O que foi modificado na legislação pela MP

### 1.2.1 – Alterações na Lei nº 10.177, de 2001

Entre as inovações, o **art. 1º** da MP modifica o *caput* do **art. 1º** da Lei nº 10.177, de 2001, para estabelecer que os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes nas operações de crédito **rural** com recursos dos Fundos Constitucionais serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, em linha com o que é praticado nas operações de crédito rural no País.

A MP, **ainda no art. 1º**, introduz o **art. 1º-A** na **Lei nº 10.177, de 2001**, que trata da adoção a partir de 1º de janeiro de 2018 (**art. 4º da MP**) de nova sistemática de cálculo para a cobrança dos encargos financeiros incidentes nas operações de crédito **não rural**, com a criação da **Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC)**, apurada mensalmente, *pro rata die*, de acordo com a fórmula fixada no **§ 1º do art. 1º-A**, transcrita abaixo:

$$\text{TFC} = (\text{FAM}) \times [1 + (\text{juros prefixados da TLP} \times \text{CDR} \times \text{FP} \times \text{BA})]^{(\text{du}/252)} - 1$$

A MP, **ainda no art. 1º**, na redação dada ao **art. 1º-A** da Lei nº 10.177, de 2001, descreve os componentes da fórmula de cálculo da **Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC)**, como se vê em seguida.



O **Fator de Atualização Monetária (FAM)** é derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Os **Juros Prefixados da TLP** correspondem à taxa de juros prefixada apurada na forma prevista no art. 3º da Lei nº 13.483, de 2017.

O **Coefficiente de Desequilíbrio Regional (CDR)**, calculado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, é definido pela razão entre o rendimento domiciliar *per capita* da região de abrangência de cada Fundo e o rendimento domiciliar *per capita* do País, limitada à unidade.<sup>2</sup>

O **Fator de Programa (FP)** é fixado de acordo com o tipo de operação (Inciso IV do art. 1º-A introduzido pela MP na Lei nº 10.177, de 2001), nos termos abaixo:

Fator	Finalidade do Financiamento (Inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001)
1,0	Investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões
1,3	Investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90 milhões
1,5	Capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões
1,8	Capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90 milhões
0,8	Investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística
0,5	Investimento em inovação de até R\$ 200 mil
0,9	Investimento em inovação acima de R\$ 200 mil

No cálculo da TFC é considerado ainda o **Bônus de Adimplência (BA): 0,85**, se a parcela da dívida for paga até o vencimento, e **1,00** nos demais casos.

<sup>2</sup> Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, na redação dada pela MP nº 812, de 2017, o Banco Central (Circular nº 3.874, de 2018) informa que, para a apuração da TFC, foram utilizados os seguintes Coeficientes de Desequilíbrio Regional (CDR), calculados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2016 (última disponível): para a Região Nordeste, 0,62; para a Região Norte, 0,62; e para a Região Centro-Oeste, 1,00.



No cálculo da **TFC** considera-se o número de dias úteis (**DU**) em que incidem os encargos financeiros sobre as operações de crédito, nos termos do § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, na redação da MP.

Os §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º-A, da Lei nº 10.177, de 2001, na redação da MP, disciplinam as linhas de crédito para inovação. O § 3º fixa o limite anual de R\$ 100 milhões para financiamento de inovação de até R\$ 200 mil, distribuídos entre os Fundos Constitucionais na proporção a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 1989. O § 4º fixa a periodicidade quadrienal para a revisão dos fatores de programa e do limite mencionado no § 3º, ao passo que o § 5º define as condições para que essa revisão possa ser feita em prazo distinto do fixado no § 4º.

Já o § 6º do art. 1º-A, da Lei nº 10.177, de 2001, na redação da MP, delega ao CMN (e ao Banco Central) a responsabilidade pela apuração e divulgação dos encargos financeiros calculados de acordo com a metodologia proposta e as datas de sua divulgação.

Finalmente, o § 8º do art. 1º-A, da Lei nº 10.177, de 2001, na redação dada pela MP, prevê que os Ministros da Fazenda e da Integração Nacional definirão os critérios para a identificação das modalidades utilizadas na determinação dos fatores de programa usados no cálculo da TFC.

O art. 1º da MP acrescenta, ainda, à Lei nº 10.177, de 2001, os arts. 1º-B, 1º-C e 1º-D. O primeiro determina que o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus nos casos de desvio na aplicação dos recursos. O art. 1º-C estabelece que o *del credere* do Banco Administrador (limitado a 3,0% a.a.) está contido nos encargos financeiros cobrados nos empréstimos com recursos dos Fundos Constitucionais, sendo reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por Fundos de aval. Por fim, o art. 1º-D delega ao IBGE a apuração do CDR referente às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo a sistemática de cálculo e de atualização regulamentada em ato do Presidente da República.



### **I.2.2 – Alterações na Lei nº 7.827, de 1989**

O art. 2º da MP altera a Lei nº 7.827, de 1989, para disciplinar o cálculo da taxa de administração que é apropriada mensalmente pelos Bancos Administradores do FNO, do FNE e do FCO, até então regulada pelo art. 13 da MP nº 2.199-14, de 2001.<sup>3</sup>

A MP incluiu o art. 17-A na Lei nº 7.827, de 1989, para definir que a taxa de administração devida aos bancos administradores ficará mantida em **3,0% a.a.**, sobre o **patrimônio líquido** dos Fundos Constitucionais, em 2018; reduzida para **2,7% a.a.**, em 2019, **2,4% a.a.**, em 2020, **2,1% a.a.**, em 2021, **1,8% a.a.**, em 2022, e **1,5% a.a.**, a partir de 2023.<sup>4</sup>

O § 1º do art. 17-A prevê que no cálculo da taxa de administração são deduzidos do patrimônio líquido de cada Fundo, apurado para o mês de referência<sup>5</sup>:

i) os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 1995<sup>6</sup>;

ii) os valores repassados aos bancos administradores nos termos do § 11 do art. 9º-A da própria Lei nº 7.827, de 1989<sup>7</sup>;

iii) os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 2001 (Pronaf-Semiárido e Pronaf-Floresta, nos quais o risco é de cada Fundo); e

3 O referido artigo 13 e seu parágrafo único estabeleciam que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais fariam jus, a partir de 1º de janeiro de 2001, à taxa de administração de 3% a.a. sobre o patrimônio líquido dos Fundos, apropriada mensalmente. A citada taxa de administração ficaria limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências do Tesouro Nacional a cada um dos bancos administradores.

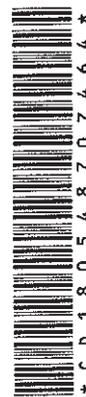
4 A Exposição de Motivos que acompanha a MP esclarece que os bancos administradores não recebem a taxa de administração de 3% por força de um redutor, previsto em lei, que faz com que o percentual fique pouco acima de 2% sobre o PL dos Fundos.

5 As exclusões previstas no § 1º são justificadas como um incentivo para a concessão de financiamentos pelos bancos administradores, porque os recursos aplicados passam a ter remuneração superior àquela dos recursos não aplicados.

6 “Os saldos diários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, enquanto não desembolsados pelos bancos, serão remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil”, que se situa em torno de 95% da SELIC.

7 “Art. 9º-A. Os recursos dos Fundos Constitucionais poderão ser repassados aos próprios bancos administradores, para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realizem as operações de crédito autorizadas por esta Lei e pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

§ 11. Para efeito do cálculo da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais os valores repassados às instituições financeiras, nos termos deste artigo.”



iv) os saldos das operações associadas ao Programa de Financiamento Estudantil, contratadas na forma do art. 15-D da Lei nº 10.260, de 2001, com recursos do FNO, do FNE ou do FCO.

O § 2º do art. 17-A estabelece que os bancos administradores farão jus, anualmente, a 0,35% dos saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 1995.<sup>8</sup>

O § 3º do art. 17-A determina que o montante recebido em razão da taxa de administração, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido de até 20%, com base no fator de adimplência, regulamentado, em ato conjunto, pelos Ministros da Fazenda e da Integração Nacional (§ 5º do artigo), referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo Fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e os respectivos Fundos.<sup>9</sup>

Segundo o § 4º do art. 17-A a taxa de administração e o percentual de que trata o § 2º do citado artigo ficam limitados a 20% do valor das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do *caput* do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores.

### 1.2.3 – Disposições Finais da MP

O art. 3º da MP diz que os encargos financeiros incidentes nas operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos dos Fundos Constitucionais serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

Por derradeiro, o art. 5º da MP revoga:

I - o art. 8º e §§ da Lei nº 9.126, de 1995, que previam que os Fundos Constitucionais poderiam aplicar até 20% dos recursos no financiamento

<sup>8</sup> Vide n. 8

<sup>9</sup> Trata-se de um incentivo para que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais elevem sua governança para controlar as taxas de inadimplência nas respectivas áreas de atuação.



de investimentos em projetos do setor produtivo, para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação;

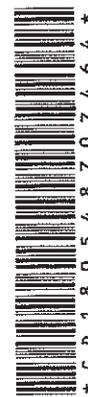
II - o art. 13 da MP nº 2.199-14, de 2001, que disciplinava o pagamento das taxas de administração dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais;

III - o § 5º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001, que estabelecia que, em caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderia, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência (convertido pela MP no art. 1º-B da referida Lei); e

IV - o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001, que estabelecia que o *del credere* do banco administrador, limitado a 3% a.a., estaria contido nos encargos financeiros cobrados nos empréstimos e seria reduzido em percentual idêntico ao garantido por fundos de aval (convertido, agora, no art. 1º-C da mesma Lei, na redação dada pela MP).

### I.3 - Audiência Pública na Comissão Especial

Em 04 de abril de 2017, realizou-se uma Audiência pública na Comissão Mista, cujos trabalhos foram conduzidos por esta Relatora, em parceria com a Relatora Revisora, Senadora Lúcia Vania. Participaram os seguintes convidados: **MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES** - Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – **SUDENE**; **MARCIO SCATENA VILLAR** - Superintendente Substituto da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - **SUDECO**; **ENIO MATHIAS FERREIRA** - Gerente Executivo da Diretoria de Governo do **Banco do Brasil**; **VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE** - Diretor de Infraestrutura de Negócios do **Banco da Amazônia**; **TULIO LUIS MAURO BARATA** – Economista da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - **SUDAM**; **TIAGO BERRIEL** – Diretor de Assuntos Internacionais do **Banco Central**; **HENRIQUE JORGE TINÔCO DE AGUIAR** - Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do **Banco do Nordeste**; **ÊNIO MEINEN** - Representante da Organização das Cooperativas



Brasileiras – **OCB**, do Banco Cooperativo do Brasil – **Bancoob** e do **Sicredi**; **MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR** - Vice-Presidente de Finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA** e Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas; e **ISABEL MENDES** – Especialista de Política e Indústria da Unidade de Política Econômica da **CNI**.

Inicialmente, o Sr. **MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES** lembrou que o Nordeste tem participação no PIB brasileiro estagnada na casa dos 14% já há uma década. Em sua opinião, assim, cumpre reconhecer que a região precisa de tratamento diferenciado. Por sua vez, o Sr. **MARCIO SCATENA VILLAR** registrou a importância da região Centro-Oeste, inclusive do ponto de vista ambiental e ressaltou a necessidade de manutenção dos investimentos e do desenvolvimento.

Em seguida, o Sr. **ENIO MATHIAS FERREIRA** efetuou uma apresentação do papel do Banco do Brasil como banco administrador do FCO. Apontou o marco regulatório dessas operações e as atribuições do BB. Mostrou, ainda, dados sobre as fontes e aplicações dos recursos – com a distribuição geográfica, por porte do mutuário e dos setores contemplados – e informações relativas ao saldo da carteira de financiamentos, à inadimplência, à geração de empregos, às metas de desembolso e às taxas de juros praticadas, antes e depois da vigência da Medida Provisória.

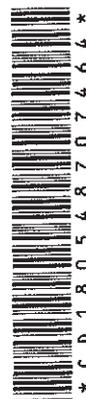
Na sequência, o Sr. **VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE** efetuou reparos a algumas das determinações da MP nº 812/17. Observou, em particular, o que lhe parece ser a impropriedade de que o bônus de adimplência seja aplicado apenas à parte real da taxa de juros dos financiamentos. Manifestou-se, ainda, contrário à redução da taxa de administração que cabe aos bancos administradores e ao compartilhamento do risco das operações entre os bancos e os fundos. Argumentou que, no caso específico do Banco da Amazônia, a implementação dessas medidas, tendo em vista o histórico de elevada inadimplência observada na região Norte, poderá levar a dificuldades para o cumprimento dos requisitos de que trata o Acordo de Basileia, com um impacto da ordem de até R\$ 200 milhões sobre o resultado do Basa. Assinalou, por fim,



perda de autonomia decisória dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional em decorrência da Medida Provisória.

O Sr. **TULIO LUIS MAURO BARATA** defendeu o refinamento do Coeficiente de Desigualdade Regional, de maneira a contemplar diferenças intrarregionais. Com relação a este ponto, apresentou sugestões de definição de CDR distintos, a serem aplicados no território da Região Norte, a depender da vocação econômica de cada microrregião. Considerou, por sua vez, que a forma de determinação da taxa de juros aplicável aos financiamentos dos fundos constitucionais introduzirá considerável imprevisibilidade para os mutuários, dado que a parte nominal dessa taxa será pós-fixada. Nesse sentido, sugeriu que se introduzisse a possibilidade de opção por uma taxa de juros inteiramente pré-fixada, mesmo que superior à TFC prevista pela Medida Provisória. Por fim, ponderou que se deveria atribuir aos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional a autonomia de definição quando ao caráter prioritário de investimentos.

Na continuação da audiência pública, o Sr. **TIAGO BERRIEL** ressaltou que um dos pilares da Medida Provisória é a expansão da lógica da reforma da taxa de juros administradas, iniciada com a criação da TLP. A seu ver, a ampliação para os fundos constitucionais do emprego dessa modalidade de taxas de juros aprofundará a eficácia da política monetária, contribuindo para a redução da volatilidade dos juros na economia. Observou, além disso, que a adoção da TFC evitará a repetição de situações esdrúxulas como aquelas em que as taxas de juros praticadas pelo BNDES eram inferiores às dos fundos constitucionais. Ponderou, ainda, que o fato de a parte nominal da TFC ser pós-fixada incentivará a sociedade a ser sócia da inflação baixa, ressaltando que o custo efetivo para o tomador dos financiamentos é representado pela parte real da taxa de juros. Registrou, ademais, que a Medida Provisória foi construída tendo como balizamento o objetivo de reduzir as taxas dos financiamentos para o tomador final, restrito a um determinado impacto fiscal. Assim, em suas palavras, qualquer alteração em dispositivos da Medida Provisória – a exemplo de elevação das taxas de administração dos bancos administradores dos fundos – exigiria ajustes em outros pontos, para que o impacto fiscal fosse mantido constante.



O Sr. **HENRIQUE JORGE TINÔCO DE AGUIAR** lembrou que o Banco do Nordeste oferece financiamentos no âmbito do FIES. Ressaltou, porém, que a Medida Provisória determinou que o risco dessa modalidade de financiamentos recaia totalmente sobre os bancos operadores, quando, em sua opinião, deveria dar-se o oposto. Ponderou, também, que o fato de o bônus de adimplência incidir apenas sobre o componente real da taxa de juros reduz a eficácia dos correspondentes incentivos. Registrou, ainda, que a taxa de administração é o sustentáculo dos bancos, fazendo com que sua redução afete as instituições financeiras.

Prosseguindo a reunião, o Sr. **ÊNIO MEINEN** destacou o papel do cooperativismo financeiro e sugeriu que as cooperativas de crédito possam também desempenhar a função de agentes repassadores dos recursos dos fundos constitucionais.

Por seu turno, o Sr. **MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR** declarou que, conquanto indiretamente, a MP também prejudica o setor agropecuário brasileiro, especificamente pelo aumento dos custos dos insumos de elos da cadeia industrial do agronegócio. Manifestou, ademais, sua preocupação pelo que lhe parece ser a imprevisibilidade da TFC para o tomador final em financiamentos de médio e longo prazos, pelo fato de apenas o componente real da taxa ser pré-fixado. Posicionou-se contrariamente também aos dispositivos da Medida Provisória relativos à redução dos prazos para financiamento de capital de giro e à redução do bônus de adimplência.

Por fim, a Sr<sup>a</sup> **ISABEL MENDES** observou que, a seu ver, a sistemática de determinação da TFC embute um risco considerável de impossibilidade de quitação dos financiamentos, no caso de piora da situação da economia do País, com o conseqüente aumento dos passivos a descoberto dos fundos. Sugeriu, ainda, que o bônus de adimplência incida sobre a totalidade da taxa de juros.

Concluídas as exposições, os Parlamentares presentes à reunião de audiência pública fizeram uso da palavra.



A **Senadora LÚCIA VÂNIA** efetuou uma análise geral da MP, destacando pontos que lhe parecem preocupantes. Mencionou, em particular, a imprevisibilidade, em sua opinião, intrínseca à TFC, dado o fato de que a parcela nominal desta taxa de juros é pós-fixada. Manifestou-se, ademais, favorável à aplicação do bônus de adimplência sobre a totalidade dos juros. Lamentou, ainda, a perda de importância dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento trazida pela proposição em tela.

Por seu turno, o **Deputado JÚLIO CÉSAR** ratificou a última observação da Senadora Lúcia Vânia. Reforçou também sua preocupação com a possibilidade de cobrança de juros exorbitantes nos financiamentos com recursos dos fundos constitucionais.

#### I.4 - Emendas à MP nº 812, de 2017

No prazo regimental (art. 4º da Res. nº 1/2002-CN), foram apresentadas **35** emendas à MP, que estão relacionadas em seguida.

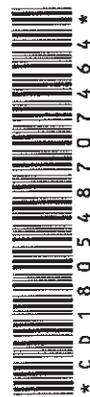
Nº	Autor	Partido	Descrição da Emenda
01	Dep. Gorete Pereira	PR/CE	Revoga os arts. 20-B a 20-E da Lei nº 10.522, de 19/07/02 (procedimentos decorrentes da inscrição de crédito em dívida ativa da União).
02	Dep. José Guimarães	PT/CE	Introdução de alínea ao inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, com nova categorização para o FP: fator 0,5, para operação de investimento no semiárido do Nordeste.
03	Dep. José Guimarães	PT/CE	Introdução de alínea ao inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, com nova categorização para o FP: fator 0,5, para financiamento de atividades produtivas de micro e pequenas empresas, de uso intensivo de matérias-primas e de mão-de-obra locais (OBS: as Emendas 02 e 03 introduzem, ambas uma alínea <u>h</u> ao inciso IV do Art. 1º-A da Lei nº 10.177/01).
04	Dep. André Figueiredo	PDT/CE	Suprime o § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01 (que prevê que a TFC será proporcional ao número de dias úteis transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais).
05	Dep. André	PDT/CE	Suprime as alíneas <u>a</u> a <u>d</u> do inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01



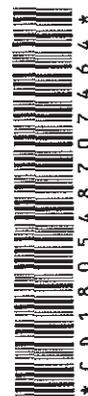
	<b>Figueiredo</b>		(quatro categorizações para o FP: (a) fator 1,0, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões; (b) fator 1,3, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90 milhões; (c) fator 1,5, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões; e (d) fator 1,8, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90 milhões.
06	<b>Sen. Lúcia Vânia</b>	<b>PSB/GO</b>	Altera a redação da alínea <u>e</u> do inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, passando a categorização do FP para fator 0,6, no lugar de 0,8, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística.
07	<b>Sen. Lindbergh Farias</b>	<b>PT/RJ</b>	Suprime o inciso I do art. 5º (suprime a revogação do art. 8º da Lei nº 9.126/95, que determina o limite de 20% para aplicação dos recursos dos Fundos no financiamento de investimentos em projetos do setor produtivo, para a produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação).
08	<b>Sen. Cidinho Santos</b>	<b>PR/MT</b>	Introduz parágrafo ao art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, prevendo que a TFC vigente no mês da contratação da operação de financiamento se manterá fixa, para cada operação individual, durante todo o período do contrato de crédito, ressalvada a incidência ou não do BA.
09	<b>Dep. Dagoberto Nogueira</b>	<b>PDT/MS</b>	Altera dispositivos da Lei nº 7.827/89: (i) art. 7º, suprimindo a possibilidade de o MIN repassar os recursos dos Fundos diretamente em favor do BNDES; (ii) inciso III do art. 13, incluindo o BNDES no rol dos órgãos que exercem a administração dos Fundos; (iii) caput do art. 15, estendendo ao BNDES as atribuições já cominadas às instituições financeiras de caráter regional a ao BB; e (iv) caput e § 1º do art. 16, atribuindo ao BNDES a administração do FCO em conjunto com o BB.
10	<b>Dep. Dagoberto Nogueira</b>	<b>PDT/MS</b>	Altera dispositivos da Lei nº 7.827/89: (i) caput do art. 9º, determinando a obrigatoriedade (no lugar da possibilidade hoje vigente) de repasse pelos bancos administradores dos Fundos a outras instituições com autorização de financiamento; (ii) introdução de um § 1º ao art. 9º, cominando aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a definição do montante de recursos a serem repassados; (iii) introdução de um § 2º ao art. 9º, determinando a obrigatoriedade de que as instituições beneficiárias dos repasses devolvam aos bancos administradores os valores relativos às prestações vencidas.



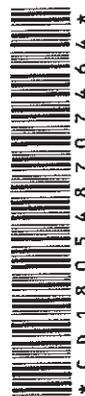
			<p>independentemente do pagamento pelo tomador final;</p> <p>(iv) introdução de um § 3º ao art. 9º, assegurando o repasse aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito de 10% dos recursos previstos para cada exercício;</p> <p>(v) introdução de um § 4º ao art. 9º, estipulando como teto dos repasses de que trata o artigo o limite de crédito da instituição beneficiária junto ao banco administrador dos recursos dos Fundos;</p> <p>(vi) introdução de um § 2º ao art. 14, determinando que até 30/10 as instituições financeiras administradoras deverão informar àquelas de que trata o art. 9º os limites disponíveis para repasse a cada uma; e</p> <p>(vii) alteração do inciso IV do art. 15, acrescentando a ressalva de que os contratos de repasses de recursos deverão respeitar os limites previstos no § 3º do art. 9º.</p>
11	Dep. Izalci Lucas	PSDB/DF	<p>Altera o § 3º do art. 7º da Lei nº 10.260/01, determinando que as decisões no âmbito do Fies que apresentem impacto fiscal deverão ser tomadas por unanimidade entre (todos) os representantes no CG-Fies, e não apenas por unanimidade dos representantes da União no CG-Fies.</p>
12	Sen. Roberto Rocha	PSDB/MA	<p>Acrescenta artigo, determinando que os recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do FAT e dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES que tenham a TJLP como remuneração, quando aplicados no financiamento de projetos de investimento para água e esgoto, energia e logística das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, poderão ser remunerados na forma do art. 1º-A (aplicação da TFC) e art. 1º-B (perda de benefícios em decorrência de desvio na aplicação dos recursos) da Lei nº 10.177/01, concedendo-se às instituições financeiras a isenção tributária a que se refere o art. 8º da Lei nº 7.827/89.</p>
13	Dep. Izalci Lucas	PSDB/DF	<p>Altera dispositivos da Lei nº 10.177/01:</p> <p>(i) introdução de alínea ao inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, com nova categorização para o FP: fator 1,4, para financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260/01;</p> <p>(ii) supressão do § 7º do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, que veda a aplicação do disposto no artigo às operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260/01 (estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação) contratadas com recursos oriundos dos Fundos; e</p> <p>(iii) introdução de art. 6º-C, preconizando que nas operações dos Fundos para financiamento estudantil, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º da Lei (50% para o banco e 50% para o Fundo), cabendo aos bancos administradores fazer a opção pela</p>



			<p>operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827/89 (este dispositivo trata do repasse dos recursos dos Fundos aos próprios bancos administradores, para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realizem as operações de crédito autorizadas pelas Leis nº 7.827/89 e nº 10.177/01)</p> <p>Altera dispositivo da Lei nº 7.827/89:</p> <p>(i) supressão do inciso IV do § 1º do art. 17-A, de modo a não mais deduzir do patrimônio líquido dos respectivos Fundos, para determinação da base de cálculo da taxa de administração devida aos bancos administradores, os saldos das operações contratadas com recursos dos Fundos na forma do art. 15-D da Lei nº 10.260/01 (estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação).</p>
14	Dep. Moises Rodrigues	PMDB/CE	Emenda idêntica à Emenda nº 13.
15	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	A emenda acrescenta § 8º ao art. 2º da Lei nº 13.483, de 2017, para estabelecer que a TLP ficará limitada à Libor (London Interbank Offered Rate), para o prazo de seis meses, e para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América, vigente no último dia útil do mês precedente, acrescida de um ponto percentual.
16	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	A Emenda reúne numa só proposição o disposto nas Emendas 15, 17 e 19.
17	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	A emenda propõe que "BA" na fórmula inscrita no inciso V do caput do art.1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, introduzido pelo art. 1º da MP, que disciplina o cálculo dos encargos incidentes sobre financiamentos não-rurais com recursos dos Fundos Constitucionais, seja definido como "bônus de assinatura". Além disto, altera a redação do § 6º do artigo para que a apuração dos encargos financeiros alusivos aos financiamentos seja feita mensalmente pelo CMN.
18	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	A emenda restaura a eficácia do art. 8º da Lei nº 9.126, de 1995, revogado pelo inciso I do art. 5º da MP. O dispositivo autorizava os bancos administradores dos Fundos a aplicarem até 20% dos recursos no financiamento de projetos voltados para a produção de bens (manufaturados e semimanufaturados) destinados à exportação.
19	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	A emenda dá nova redação ao § 4º do art. 1º-A da Lei nº 10.177/2001, introduzido pelo art.1º da MP, para que o limite para investimentos em inovação (R\$ 100 milhões), de que trata o § 3º do art.1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, seja revisto em 31 de dezembro de 2019 e não em 31 de dezembro de 2021.
20	Dep. Paulo Pimenta	PT/RS	Emenda idêntica à Emenda nº 15 do mesmo autor.



21	Dep. Giuseppe Vecci	PSDB/GO	A emenda altera a Lei nº 7.827, de 1989, para permitir que as atividades ligadas à economia criativa, em áreas como turismo, artesanato, moda, arquitetura, entre outras, tenham tratamento preferencial na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, como nos casos das atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais, das pequenas e microempresas. A emenda estabelece que os interessados terão que se organizar como microempreendedores individuais, em associações, cooperativas, sociedades empresariais, fundações de direito privado e empresas individuais de responsabilidade limitada, além de comprovar junto à instituição financeira capacidade para aplicar os recursos e viabilizar o pagamento dos encargos contratuais com o financiamento.
22	Dep. Giuseppe Vecci	PSDB/GO	A emenda altera o caput do art. 1º-A, introduzido pela MP à Lei nº 10.177, de 2001, substituindo o período de apuração dos encargos financeiros referentes aos financiamentos de mensal para semestral, sob o argumento de que o processo de acesso às linhas de crédito junto as instituições financeiras, dura em torno de 90 dias para sua aprovação. A emenda altera o inciso III do art. 1º-A introduzido pela MP à citada norma legal, para que se tenha como referência a renda domiciliar per capita de cada unidade da federação em substituição à da região em relação à renda domiciliar per capita do País, destacando no cálculo do Coeficiente de Desenvolvimento Regional da Região Centro-Oeste a distorção provocada pelo rendimento domiciliar per capita de Brasília, bem acima do rendimento domiciliar per capita dos demais Estados. As alterações processadas no inciso IV do mesmo art. 1º-A, segundo o proponente, buscam oferecer tratamento mais vantajoso para as pequenas e médias empresas, além de incentivo creditício para as empresas investirem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da adoção de encargos financeiros mais atrativos que os encargos cobrados pelo BNDES nas demais regiões.
23	Dep. Danilo Cabral	PSB/PE	A emenda permite que os encargos financeiros nos financiamentos de operações de crédito não rural, com recursos do FNO, do FNE e do FCO, que de acordo com a Medida Provisória, passarão a ser apurados mensalmente, pro rata die, deverão ser aplicados aos recursos do Fundo de Participação PIS PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, se destinados para financiamento ao setor produtivo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste
24	Sen. Vanessa Graziotin	PC do B/AM	A Emenda altera a redação do inciso IV do art. 1º-A da Lei n. 10.177, de 2001, na redação dada pelo art. 1º da MP, que trata do Fator de Programa (FP), para adicionar a alínea "h" para introduzir o Fator 0,7 (sétimo décimos), para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões, e a alínea "i" para introduzir o Fator 1,2 (um inteiro e dois décimos), para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual também de



			até R\$ 4,8 milhões.
25	Sen. Vanessa Grazziotin	PC do B/AM	A Emenda altera os percentuais da taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais a que fazem jus os bancos administradores: mantém 3%, em 2018, e estabelece 2,8%, em 2019; 2,6%, em 2020; 2,4%, em 2021; 2,2%, em 2022; e 2% em 2023.
26	Sen. Vanessa Grazziotin	PC do B/AM	<p>A Emenda faz uma série de alterações no texto original da MP. Inicialmente modifica a redação do caput art. 1º-A a que se refere o art. 1º da MP, para estabelecer que os encargos financeiros nos financiamentos com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão pré-fixados (e não apurados) pelo CMN, observada a fórmula abaixo (da qual não consta o BA):</p> $(TFC) = \{(FAM) \times [1 + (CDR \times FP \times \text{Juros Prefixados da TLP})]DU/252\} - 1,$ <p>onde:</p> <p>I - FAM, composto pela média da variação do IPCA/IBGE dos últimos 12 meses, e a meta de inflação do Governo para os próximos 12 meses, considerando-se o mesmo IPCA/IBGE;</p> <p>Não há mudanças propostas nos incisos II e III do caput do artigo.</p> <p>IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:</p> <p>Não há alteração da redação das alíneas, sendo que a novidade é o acréscimo da alínea "h" com o seguinte teor:</p> <p><b>h) fator sete décimos, para financiamento de projeto de investimento em reflorestamento, sistemas agroflorestais, manejo florestal sustentável e produção orgânica.</b></p> <p>No § 1º do citado art. 1º-A, a Emenda estabelece que sobre os encargos financeiros serão concedidos bônus de adimplência (BA) de 25% para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino e de 15% para mutuários das demais regiões.</p> <p>A Emenda mantém inalterada a redação do § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, referido pelo art. 1º da MP.</p> <p>No § 3º do citado art. 1º-A, a Emenda eleva o volume máximo de recursos dos Fundos Constitucionais alocados para inovação para até R\$ 300 milhões.</p> <p>Não há alteração na redação dos §§ 4º, 5º e 7º do citado art. 1º-A da MP.</p> <p>A Emenda altera a redação do § 6º do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, referido no art. 1º da MP para estabelecer que os encargos financeiros nos contratos de financiamento serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo CMN e as taxas resultantes serão divulgadas anualmente pelo BACEN, passando a vigorar no período de 01/07 de um ano a 30/06 do ano seguinte.</p> <p>Finalmente, a Emenda prescreve no § 8º do mesmo artigo que caberá</p>



			apenas ao Ministério da Integração (sem a participação do Ministro da Fazenda) propor aos Conselhos Deliberativos das respectivas regiões, para deliberação, a definição dos critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do caput do mencionado artigo.
27	Dep. Odorico Monteiro	PSB/CE	A Emenda é idêntica à Emenda nº 24.
28	Dep. Odorico Monteiro	PSB/CE	A Emenda adiciona inciso VI ao art. 1º-A da Lei n 10.177, de 2001, referido no art. 1º da MP, para criar o Fator Região Semiárida – FRS (0,5 cinco décimos), para operação de investimento no semiárido do Nordeste. Com isto, a emenda propõe nova metodologia de cálculo da TFC com a seguinte fórmula:  TFC = (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x FRS x Juros Prefixados da TLP)](DU/252) - 1.
29	Dep. Alfredo Kaefer	PSL/PR	A Emenda autoriza a União a participar no montante de até 1% do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que exercerá as funções de instituição financeira federal de caráter regional. A Emenda estabelece ainda que o BRDE ficará autorizado, em caráter suplementar ao Banco do Brasil S.A., auxiliar na administração, nas operações de crédito com recursos do FCO, como instituição financeira federal de caráter regional, até a instalação e entrada em funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, nos termos do art. 34, § 11, do ADCT.
30	Dep. Alfredo Kaefer	PSL/PR	A Emenda suprime o artigo 17-A acrescentado à Lei nº 7.827, de 1989, pelo art. 2º da MP, que regulamenta os novos valores da taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais devida aos bancos administradores.
31	Dep. Alfredo Kaefer	PSL/PR	A Emenda acrescenta um artigo à proposição para que seja dada prioridade na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais aos investimentos que tenham como objetivo a geração de renda e emprego.
32	Dep. Luciana Santos	PC do B/PE	A Emenda é idêntica à Emenda nº 24.
33	Dep. Luciana Santos	PC do B/PE	A Emenda é idêntica à Emenda nº 28.



34	Dep. Alice Portugal	PC do B/BA	A Emenda é idêntica à Emenda nº 24.
35	Dep. Alice Portugal	PC do B/BA	A Emenda é idêntica à Emenda nº 28.



## II – VOTO DA RELATORA

### II.1 – Da Admissibilidade, Relevância e Urgência da MP

O primeiro aspecto examinado por esta relatoria concerne à admissibilidade da MP à luz dos pressupostos de urgência e relevância exigidos pelo **caput** do art. 62 da Constituição Federal.

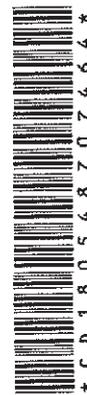
Por seu turno, o § 1º do art. 2º da Res. nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece que, no dia da publicação da MP no Diário Oficial da União, o texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado de Mensagem expondo a motivação do ato nos termos do citado dispositivo constitucional.

O Poder Executivo arrolou as razões para a adoção da MP por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 00053/2017 – MF BACEN MIR, de 15 de dezembro de 2017, assinada pelos Ministros de Estado da Fazenda, Henrique Campos Meirelles, Integração Nacional, Helder Barbalho, e pelo Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

Concordamos com a oportunidade da medida e com as premissas arroladas na exposição de motivos acima quanto à mudança nos critérios de cobrança dos encargos financeiros incidentes nos empréstimos com recursos dos Fundos Constitucionais, que não devem continuar dissociados da tendência dos juros praticados no restante da economia.

Consentimos com o disposto na MP ao permitir que tais encargos nas operações de crédito não rurais (e, ainda, com exceção do financiamento estudantil) tenham regra de formação referenciada à Taxa de Longo Prazo (TLP), sem descuidar dos ajustes às peculiaridades regionais, como vimos nos parâmetros empregados no cálculo da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC).

Por fim, a urgência em se aprovar a medida decorre do esforço de consolidação fiscal, que visa à reversão do déficit primário, de mais de 2,5% do PIB, sem descuidar do alinhamento das taxas às necessidades dos tomadores



finais dos recursos, permitindo a retomada do crédito e do investimento e contribuindo para o crescimento econômico nas regiões de menor renda do País.

Estão, pois, cumpridas as condições preliminares listadas na Constituição Federal e na Resolução CN nº 1, de 2002, para a edição e encaminhamento da matéria ao exame das duas Casas Legislativas.

Somos, conclusivamente, pela admissibilidade da Medida Provisória nº 812, de 2017.

## **II.2 – Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa**

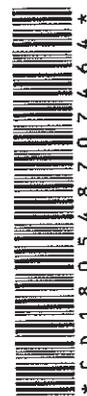
Da análise da matéria principal não se depreende vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade ou má técnica legislativa. A proposição atende às normas relativas à competência legislativa da União (art. 24, I) e às atribuições do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, I). Além disso, a Medida Provisória não se reporta a matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 da CF.

Não encontramos, em princípio, vícios de constitucionalidade ou juridicidade que nos impeçam de apreciar o mérito das emendas apresentadas. Cabe salientar que as emendas descritas em nosso relatório, caso destacadas para votação nesta Comissão Mista ou nos Plenários das duas Casas do Congresso Nacional, demandarão reparos na redação final do texto para adequá-lo à técnica legislativa mais apurada.

Somos forçados, no entanto, a informar que a **Emenda nº 11 perdeu oportunidade** já foi acatada integralmente no projeto de lei de conversão referente à MP 785, de 2017, que deu origem à Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, mais precisamente no § 7º de seu art. 3º, reproduzido abaixo *in verbis*:

“Art. 3º .....

§ 7º *As decisões que apresentem impacto fiscal serão tomadas por unanimidade entre os representantes no CG-Fies.”*



Cabe, por último, ressaltar que quanto à constitucionalidade das emendas, nenhuma delas agride diretamente o Texto Constitucional e que não houve afastamento preliminar por tratar de matéria estranha, nos termos do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN, atribuição que, como sabemos, é da competência da Presidência desta Comissão Mista. Registramos que em nosso voto levaremos em conta a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.127 - DF, que veda a inserção de “conteúdo temático distinto daquele originário da medida provisória”.

Em virtude do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP nº822, de 2018, e das emendas a ela apresentadas, exceção feita à **Emenda nº 11**, pelas razões já arroladas.

### **II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária**

No que tange à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória e das emendas, há que se proceder à análise da repercussão do teor da matéria sobre a receita ou a despesa pública da União e de sua implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias vigentes, em especial o art. 114 do ADCT (Teto dos Gastos), com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a Lei do Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Nota Técnica nº 57, de 2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, subsidia o exame de adequação orçamentária e financeira da MP nº 812, de 2017, nos termos do art. 19 da Res. nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

A MP nº 812, de 2017, promoveu uma reformulação na metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes nas operações de crédito não rurais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), excluídas ainda as operações destinadas ao financiamento estudantil.



Os encargos financeiros dos créditos não rurais contratados com os recursos dos Fundos Constitucionais passam a ser apurados mensalmente, **pro rata die**, a partir do cálculo da **Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC)**, cujos componentes e alcance já foram abordados neste parecer.

A norma propõe a revogação do art. 13 da MP nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a inclusão de artigo na Lei nº 7.827, de 1989, visando a reduzir gradualmente a taxa de administração cobrada pelos bancos administradores dos Fundos dos atuais 3% a.a. para 1,5% a.a. a partir de 2023. Esta medida permite, segundo o proponente, a redução das taxas de juros para os tomadores finais.

Do ponto de vista da adequação financeira e orçamentária, as duas medidas destacadas são positivas porque contribuem para melhorar o resultado patrimonial líquido dos Fundos Constitucionais, o que, por sua vez, afeta diretamente o resultado primário do Tesouro Nacional em cada exercício financeiro.

Cabe-nos destacar que o resultado primário dos Fundos está submetido ao “teto de gastos” instituído pela EC nº 95, de 2016, conforme estabelece o § 10 do art. 107 do ADCT.

Este resultado tem sido negativo ao longo do tempo,<sup>10</sup> o que acaba afetando a receita líquida do Tesouro Nacional, reduzindo assim o grau de liberdade do Executivo para abrigar os gastos públicos em um cenário já bastante restritivo imposto pelo Teto dos Gastos.

Para ilustrar o que estamos descrevendo, destacamos, na **Tabela 1**, apresentada em seguida, o impacto negativo do resultado patrimonial líquido

---

10 A Nota Técnica Conjunta nº 48/2017/STN/SPE/MF (pág. 2), que acompanhou a Exposição de Motivos sobre a MP, destaca que a política de financiamento promovida pelos Fundos Constitucionais tem custos para o Governo Central que se traduzem em impacto deficitário sobre o resultado primário. Segundo a citada Nota, ao longo da década os Fundos Constitucionais apresentaram impactos deficitários crescentes, passando de R\$ 2,2 bilhões, em 2007, para R\$ 7,5 bilhões, em 2016.



dos Fundos Constitucionais sobre a receita líquida no resultado primário do Tesouro Nacional nos exercícios financeiros de 2016 e 2017.

**Tabela 1 – Receita Líquida e o Resultado Primário do Tesouro Nacional  
- 2016 e 2017 -**

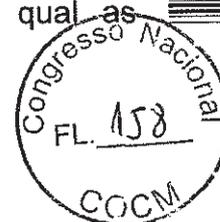
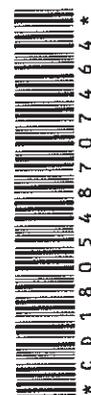
Discriminação dos Itens	2016	2017
	R\$ Milhões	R\$ Milhões
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.314.952,9</b>	<b>1.383.081,6</b>
I.1. Receita Administrada pela SRF (Impostos e Contribuições)	819.751,9	835.563,5
I.2. RGPS (INSS)	358.137,3	374.784,8
I.3. Receitas Não Administradas pela SRF	137.226,9	174.112,2
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>226.835,3</b>	<b>228.335,3</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EXPORTAÇÃO	189.849,2	183.123,0
<b>II.2 Fundos Constitucionais (Repasso - Superávit)</b>	<b>7.530,111</b>	<b>7.838,6</b>
<b>II.2.1 Repasse Anual</b>	<b>12.193,7</b>	<b>11.598,9</b>
<b>II.2.2 Superávit dos Fundos</b>	<b>4.663,7</b>	<b>3.760,2</b>
II.3 Contribuição do Salário Educação	11.685,3	12.018,8
II.4 Compensações Financeiras	15.240,7	22.184,8
II.5 CIDE - Combustíveis	1.239,3	1.698,7
II.6 Demais	1.290,7	1.471,5
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.088.117,6</b>	<b>1.154.746,3</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Como vimos, a busca do equilíbrio patrimonial dos Fundos Constitucionais tem um efeito positivo não só na própria gestão destes Fundos, ampliando sua capacidade de financiamento, como também melhora as condições de expansão do financiamento das demais despesas públicas.

Além disso, tratando-se de geração de despesas públicas há que observar o disposto no art. 112 da LDO para 2018, segundo o qual as

11 Vide Nota n.12



proposições que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

A Exposição de Motivos que acompanha a referida MP, em atenção à legislação aplicável e, reconhecendo o potencial impacto fiscal da medida, ressalta que seu impacto primário seja próximo da neutralidade, com os custos decorrentes dos redutores de taxas ao tomador final sendo compensados pelas reduções nas taxas de administração dos fundos, dentre outros ajustes.

Nesse sentido, as providências adotadas na MP que alteram o cálculo dos encargos financeiros das operações não rurais, bem como a redução da taxa de administração devida aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais, devem gerar superávit de R\$ 16 milhões em 2018, R\$ 54 milhões em 2019 e R\$ 106 milhões em 2020.

Dessa forma, nota-se que, apesar de não ser apresentada a memória de cálculo da projeção dos resultados fiscais, estima o Poder Executivo que a medida terá repercussão fiscal muito positiva nos próximos anos.

No que diz respeito às Emendas, impende registrar que não há maiores óbices em relação à sua adequação às normas legais que regem a atividade financeira no âmbito da União, o que não significa necessariamente que haja concordância com o seu teor no que concerne ao mérito.

Dessa forma, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória, assim como pela compatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas apresentadas à referida norma.

## **II.4 – Do Mérito da Matéria**

### **II.4.1 – Importância dos Fundos Constitucionais**



Os Fundos Constitucionais do Norte – FCO, do Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO, objeto da MP sob exame, contribuem para o desenvolvimento econômico e social daquelas Regiões. São um valioso instrumento para implementação da política de desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades regionais e intrarregionais de renda, representando, atualmente, a mais expressiva fonte de financiamento da política regional brasileira.

Os recursos destinados aos Fundos Constitucionais são transferidos pelo Tesouro Nacional, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, aos bancos que efetuam operações de empréstimos com vistas à geração de emprego e renda. Nos termos da Lei nº 7.827/89, o FNO é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa), o FNE, pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e o FCO, pelo Banco do Brasil S.A.

Podem ser beneficiários dos financiamentos concedidos pelos Fundos as pessoas físicas; os produtores rurais, as firmas individuais, as pessoas jurídicas e as associações e cooperativas de produção que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços. Recebem tratamento preferencial os projetos de atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas; as atividades que utilizem intensivamente matérias-primas e mão de obra locais; e a produção de alimentos básicos para a população.

A análise dos pedidos de empréstimos leva ainda em conta a preservação do meio ambiente e busca incentivar a criação de novos centros, atividades e polos de desenvolvimento capazes de reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões. Os financiamentos concedidos pelos Fundos Constitucionais vêm possibilitando a melhoria na qualidade de vida dos habitantes daquelas regiões e contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, para o aumento da arrecadação de tributos e para a redução do êxodo rural.

Alguns dados revelam a importância dos Fundos Constitucionais.



Em fevereiro último, o saldo das carteiras de aplicações dos Fundos atingiu o expressivo montante de R\$ 98,4 bilhões, dos quais R\$ 50,2 bilhões do FNE, R\$ 26,8 bilhões do FCO e R\$ 21,4 bilhões do FNO<sup>12</sup>. Os patrimônios líquidos somaram R\$ 127,9 bilhões em dezembro de 2017, cabendo R\$ 74,4 bilhões ao FNE, R\$ 27,7 bilhões ao FCO e R\$ 25,8 bilhões ao FNO<sup>13</sup>. O montante agregado de desembolsos atingiu R\$ 26,7 bilhões no ano passado, em 644 mil operações de financiamento nas três Regiões. Prevê-se que mais R\$ 38,4 bilhões estejam disponíveis em 2018<sup>14</sup>.

A par da relevância econômica, a atuação dos Fundos contempla inequívoca dimensão social. Em dezembro de 2017, às Tipologias Prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (a saber, Baixa Renda, Dinâmica e Estagnada) eram destinados nada menos de 79,9% das aplicações do FNE, 71,5% das do FNO e 57,9% das do FCO<sup>15</sup>. Também digno de nota é o fato de que no ano passado 77% das aplicações do FCO beneficiaram mini, micro, pequenas e pequeno-médias empresas, com as parcelas correspondentes de 65% no FNE e 62% do FNO<sup>16</sup>.

Esse significativo enfoque social nos investimentos dos Fundos Constitucionais de Financiamento vem acompanhado de taxas de inadimplência relativamente baixas: 0,6% no FCO, 3,3% no FNO e 3,5% no FNE, na posição de dezembro de 2017<sup>17</sup>.

## **II.4.2 – Objetivo principal da MP nº 812/17**

### **II.4.2.1 – A relevância macroeconômica da TFC**

A Taxa dos Fundos Constitucionais – TFC, nos termos definidos

12 Fonte: Ministério da Integração Nacional. Acompanhamento Mensal dos Fundos Regionais. Fevereiro de 2018. Disponível em <http://mi.gov.br/documents/10157/4327550/Acompanhamento+dos+Fundos+-+Fevereiro-2018.pdf/631ae449-f066-4196-9d47-eb746538923a>. Consultado em 21/04/18.

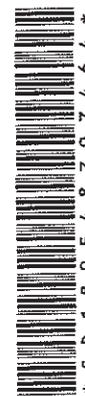
<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Fonte: Ministério da Integração Nacional. Disponível em [http://www.integracao.gov.br/ultimas-noticias/-/asset\\_publisher/ZSVlyvx09vib/content/investimentos-dos-fundos-constitucionais-crescem-49-e-tem-volume-recorde-em-2017?inheritRedirect=false](http://www.integracao.gov.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/ZSVlyvx09vib/content/investimentos-dos-fundos-constitucionais-crescem-49-e-tem-volume-recorde-em-2017?inheritRedirect=false). Consultado em 21/04/18.

<sup>15</sup> Fonte: Ministério da Integração Nacional. Acompanhamento Mensal dos Fundos Regionais. Março de 2017. Disponível em <http://mi.gov.br/documents/10157/4156259/Acompanhamento+dos+Fundos+-+Dezembro-2017.pdf/8ecee46b-32e8-4fb5-b258-aa1dd460a2c1>. Consultado em 21/04/18.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.



na MP nº 812/17, é derivada da Taxa de Longo Prazo – TLP, estabelecida na Lei nº 13.483, de 21/09/17.

De fato, a TFC é uma taxa de juros nominal, cuja parte real – isto é, a parcela excedente à inflação, aferida pela variação do IPCA – está atrelada à parte real da TLP, dela diferindo pela aplicação dos três fatores multiplicativos – o BA, o CDR e o FP – introduzidos pelo art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, contido no art. 1º da MP nº 812/17.

Além disso, da mesma forma que na TLP, a parte real da TFC é prefixada, permanecendo constante ao longo de todo o prazo da correspondente operação de financiamento.

Essa relação estreita entre as duas taxas de juros não é episódica e representa, na verdade, o cerne da proposição em análise. Busca-se com a introdução da TFC prosseguir no esforço de reforma dos fundamentos do sistema de crédito direcionado do País, em direção a maior racionalidade na execução das políticas de incentivos à atividade econômica, cujo primeiro e fundamental passo foi a criação da TLP.

A vinculação do componente real da TLP às taxas de juros reais incidentes sobre a dívida pública teve, como um de seus objetivos, a redução do montante de subsídios implícitos decorrentes das operações do BNDES baseadas na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Outras consequências esperadas da substituição da TJLP pela TLP nos financiamentos do BNDES eram o aumento da transparência dessas operações, a diminuição de sua regressividade e a desconcentração regional na concessão de crédito por este Banco de Desenvolvimento.

A par desses aspectos específicos relacionados ao papel do BNDES, no entanto, tem-se a expectativa de que a gradual aplicação da TLP, ou de taxas a ela vinculadas, em outras modalidades de crédito direcionado trará profundas mudanças positivas no funcionamento da economia brasileira. A introdução da TFC como elemento basilar nas operações dos Fundos Constitucionais é, assim, elemento fundamental para a reorientação de nossa economia em direção a maior estabilidade e a maior crescimento no longo prazo.



especialmente por sua influência no desempenho da política monetária.

Deve-se lembrar que o principal canal de transmissão das decisões de política monetária do Banco Central é o crédito. Espera-se que elevações na taxa de juros básica levem a elevações nas taxas de juros disponíveis para empresas e pessoas, reduzindo a demanda por crédito para investimento e consumo.

O Brasil apresenta uma particularidade, no entanto, que diminui a efetividade da execução da política monetária: a elevada participação, no volume total, do crédito direcionado, com taxas de juros insensíveis à política monetária. Gera-se, então, um efeito “meia entrada”, segundo o qual o fato de uma parte substancial da economia não responder às flutuações da taxa Selic leva à necessidade de que aquelas flutuações sejam mais pronunciadas, para que se façam sentir pela outra parte.

Assim, a presença de elevados volumes de crédito subsidiado no estoque global de crédito na economia diminui a potência da política monetária, isto é, os movimentos de política monetária têm de ser intensificados para terem o mesmo efeito sobre a inflação. Neste cenário, a prevalência do crédito subsidiado aumenta a taxa de juros necessária para estabilizar a inflação, fazendo com que a taxa Selic fique mais elevada do que precisaria ser e com que os juros em geral também se tornem mais altos.

Desta forma, a introdução da TLP e taxas a ela vinculadas, como a TFC, ligadas a uma taxa de mercado, tornará o crédito – mesmo o incentivado – mais sensível às ações da política monetária e aperfeiçoará a eficácia da atuação da autoridade monetária. Em consequência, a gradual introdução dessas novas taxas de juros levará o Banco Central a precisar de aumentos menores na taxa Selic e de ciclos menos intensos de elevação da taxa Selic para controlar a inflação. Como resultado, haverá menos volatilidade das taxas de juros, menores prêmios de risco e menores juros de longo prazo para todas as empresas e famílias.

#### II.4.2.2 – A TFC e os objetivos de desenvolvimento regional



Independentemente da relevância macroeconômica da TFC, sua principal dimensão é o atendimento aos imperativos da execução da política de desenvolvimento regional por meio das operações dos Fundos Constitucionais. Não se podem perder de vista os benefícios que a nova sistemática de financiamento trará para tomadores finais desses recursos. Destacamos, em particular, dois aspectos que nos parecem muito positivos para as pessoas e empresas que doravante recorrerem ao FNE, ao FNO e ao FCO.

Em primeiro lugar, deve-se registrar que a adoção da TFC eliminará a discricionariedade que até o final do ano passado caracterizava a definição das taxas de juros cobradas nas operações de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento, como pode ser constatado pelo exame da legislação vigente nos últimos anos.

A MP nº 1988-16, de 2000, estabeleceu a sistemática de cobrança de juros fixos, de 5% a.a. para agricultores familiares e entre 9% a 16% a.a. para os demais beneficiários, de acordo com a atividade financiada e o porte do tomador dos recursos. Posteriormente, com a vigência da Lei nº 10.177, de 2001, os juros fixos deveriam ser especificados na faixa de 6% a.a. a 14% a.a., de acordo com a atividade financiada e o porte do tomador dos recursos. Para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por sua vez, os encargos passaram a ser definidos na legislação e regulamento do Programa. A mesma Lei estipulava que, no mês de janeiro de cada ano, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderia realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período, sempre que esta taxa apresentasse variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%. Por fim a Lei nº 10.177/01 estabelecia bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros para os mutuários que desenvolvessem suas atividades na região do semiárido nordestino e de 15% para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida fosse paga até a data do respectivo vencimento. Nos exercícios de 2007 e 2008, decretos determinaram a redução da faixa admissível das taxas de juros.



Desde a vigência da Lei nº 12.793, de 2013, a fixação dos encargos financeiros e dos bônus de adimplência dos Fundos passou ao CMN, por intermédio de proposta do Ministério da Integração Nacional. A partir de 2013, então, o CMN passou a definir, anualmente, as taxas vigentes para os exercícios seguintes. De 2015 em diante, os encargos para o setor rural passaram a acompanhar o ano agrícola (Plano Safra).

A título de ilustração da discricionariedade das taxas de juros das operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais decorrente da sistemática anteriormente vigente, o quadro abaixo apresenta as taxas de juros praticadas no ano de 2017.

Taxas de juros das operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento no exercício de 2017 (% a.a.)

Finalidade	Porta	Encargos Financeiros							
		Setor Rural				Demais Setores			
		1º Semestre							
		Região Centro-Oeste		Regiões Norte e Nordeste		Região Centro-Oeste		Regiões Norte e Nordeste	
Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus		
Investimentos em Bens de Capital e Demais Investimentos, inclusive com custeio ou capital de giro associado	Micro, Pequeno, Pequeno-Médio	8,50	7,23	7,65	6,50	10,00	8,50	9,00	7,65
	Médio	9,50	8,08	8,53	7,25	10,00	8,50	9,00	7,65
	Grande	11,00	9,35	10,00	8,50	11,76	10,00	10,59	9,00
Custeio e/ou Capital de Giro Isolados, inclusive operações de comercialização	Micro, Pequeno, Pequeno-Médio	9,50	8,08	8,82	7,50	15,29	13,00	13,75	11,69
	Médio	11,25	9,56	10,29	8,75	15,29	13,00	13,75	11,69
	Grande	13,25	11,26	12,35	10,50	17,65	15,00	15,90	13,52
ATIVIDADES INCENTIVADAS		1º Semestre				Região Centro-Oeste		Regiões Norte e Nordeste	
		Região Centro-Oeste		Regiões Norte e Nordeste		Região Centro-Oeste		Regiões Norte e Nordeste	
		Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus	Integrais	Com Bônus
Operações florestais destinadas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis	Micro, Pequeno, Pequeno-Médio	9,50	8,08	8,53	7,25	-	-	-	-
	Médio	9,50	8,08	8,53	7,25	-	-	-	-
	Grande	9,50	8,08	8,53	7,25	-	-	-	-
Financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação	Micro, Pequeno, Pequeno-Médio, Médio	-	-	-	-	9,00	7,65	8,10	6,89
	Grande	-	-	-	-	10,59	9,00	9,50	8,08

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. "Fundos Constitucionais de Financiamento: Histórico das taxas de juros". 2017.

Ao contrário, a nova metodologia trazida pela MP nº 812, de 2017, prefixará o componente real da TFC, a taxa de juros contratada quando da concessão do financiamento. Além disso, os fatores multiplicativos aplicados sobre o componente real da TLP estarão fixados na Lei, sendo de pleno e prévio conhecimento de mutuários e administradores dos Fundos. Mais ainda, a definição da TFC nos termos propostos garante que a maior parte dos tomadores

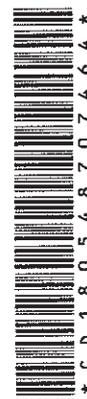


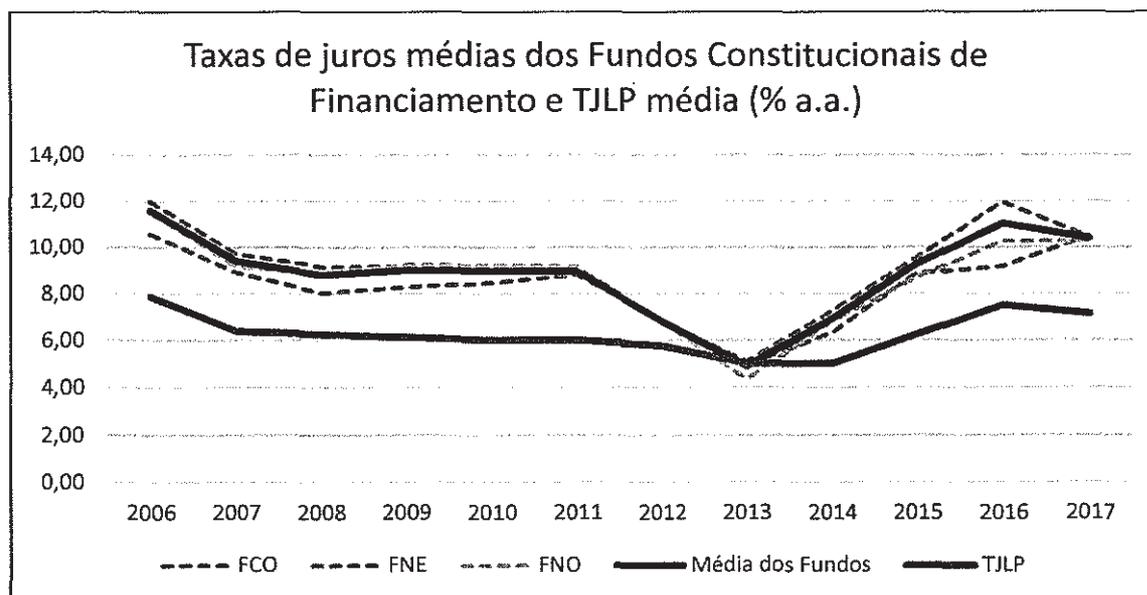
será contemplada com taxa de juros real inferior à cobrada do próprio Tesouro Nacional, que vem a ser o mutuário com o menor risco do mercado.

A substituição de taxas de juros **nominais** prefixadas, situação vigente até o ano passado, por taxas de juros **reais** prefixadas evitará a ocorrência de episódios em que taxas de juros praticadas nas operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento se revelavam da mesma ordem de grandeza ou, até mesmo, inferiores a taxas cobradas nas operações de crédito do BNDES, majoritariamente destinadas a grandes empresas nas regiões mais ricas do País.

A **Figura 1** mostra as taxas de juros médias praticadas nas operações de crédito com recursos dos Fundos, tanto para cada Fundo, individualmente, quanto para a média dos três Fundos, e a TJLP vigente entre 2006 e 2017. Sabe-se que as taxas de juros cobradas pelo BNDES eram superiores à TJLP, em decorrência do *spread* do Banco. Mesmo assim, o mero fato de a taxa de referência de empréstimos a grandes empresas do Sul e do Sudeste ter sido permanentemente inferior às taxas cobradas nas regiões mais pobres do Brasil ao longo de todo esse período demonstra que a discricionariedade na fixação das taxas de juros do crédito direcionado observada até o ano passado e a desvinculação entre essas diversas taxas redundou em políticas de incentivo econômico regressivas e iníquas. A definição de um mesmo núcleo de taxas de juros reais prefixadas para os diferentes instrumentos de crédito subsidiado e a proteção explícita aos tomadores dos financiamentos dos Fundos Constitucionais por meio dos fatores multiplicativos evitarão a continuidade deste verdadeiro absurdo econômico e social.

**Figura 1 – Taxas de juros dos Fundos Constitucionais de Financiamento e TJLP (% a.a.) – 2006 a 2017**





Fontes: Ministério da Integração Nacional e BNDES

#### II.4.2.3 – O atendimento aos imperativos de desenvolvimento regional

Importante ressaltar que o fulcro das mudanças promovidas pela MP nº 812, de 2017 é o atendimento aos imperativos da redução das desigualdades regionais, especificamente pela ação dos Fundos Constitucionais. Pretende-se aperfeiçoar o funcionamento da economia brasileira, sim, mas tendo como norte os beneficiários desses Fundos, os tomadores dos empréstimos, as brasileiras e os brasileiros ainda presos aos grilhões do menor dinamismo econômico no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Deve-se frisar, em especial, que a introdução da TFC NÃO TEM como dimensão principal questões de natureza fiscal, ao contrário do que sucedeu com a criação da TLP, que buscava eliminar as distorções causadas pelos subsídios implícitos do BNDES. Ao contrário, os aportes fiscais para os Fundos Constitucionais são incorporados aos respectivos patrimônios, sendo tais transferências deduzidas da receita bruta da União. Além disso, a evolução mais rápida ou mais lenta dos patrimônios dos Fundos decorrente de maior ou menor liberação de empréstimos afetará o resultado primário dos Fundos. Ademais, o resultado primário dos Fundos Constitucionais de Financiamento está incluído no limite da evolução dos gastos públicos, definido pela EC do Teto dos Gastos.



Desta forma, o tratamento contábil dos subsídios associados aos Fundos é significativamente diferente daquele dos subsídios implícitos do BNDES anteriormente à introdução da TLP.

Assim, a reformulação da sistemática de definição dos encargos financeiros nas operações de crédito dos Fundos Constitucionais tem o objetivo primeiro de racionalizar a definição das taxas de juros praticadas, aumentar a previsibilidade dos tomadores finais quanto às suas obrigações, reduzir a cunha decorrente da ação dos bancos administradores, prover mecanismos de incentivos para o aumento da eficiência nas operações dos Fundos e, em última análise, tornar eficaz a concessão de créditos direcionados às atividades produtivas no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, consoante a diretriz constitucional.

Observe-se, nesse sentido, que são integralmente mantidos os incentivos e os subsídios associados ao funcionamento dos Fundos.

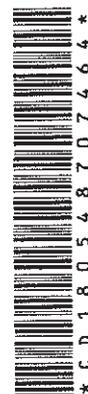
Interessante notar que os financiamentos rurais não sofrem alteração em decorrência da introdução da TFC, tendo-lhes sido direcionado nada menos que 76,1% das aplicações do FCO, 68,5% das do FNO e 51,6% das do FNE, na posição de dezembro de 2017<sup>18</sup>.

Toma-se, ainda, o cuidado de determinar que o *del credere* do banco fica contido nos encargos financeiros.

Acima de tudo, a TFC, da forma como definida na MP, é calibrada para cumprir os ditames de equanimidade e de progressividade que devem presidir a oferta subsidiada de recursos públicos, inevitavelmente escassos. Com efeito, prevê-se, pela aplicação dos fatores multiplicativos CDR, FP e BA que a taxa de juros real cobrada nas operações de crédito dos Fundos Constitucionais será tão menor quanto menor a renda média da região, quanto maior a adimplência, quanto menor o porte e quanto maior o impacto econômico e social do empreendimento financiado.

#### **II.4.3 – Avaliação das principais preocupações relativas à MP**

<sup>18</sup> V. nota 17.



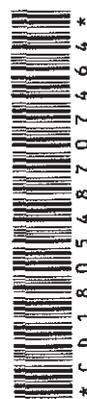
Nos debates travados em audiência pública nesta Comissão Especial Mista e em manifestações trazidas a esta Relatora por representantes de variados segmentos sociais e empresariais, levantaram-se objeções a alguns dos dispositivos da MP. Algumas das questões apontadas pareceram-nos apropriadas, sendo incorporadas no nosso projeto de lei de conversão que apresentamos a este Colegiado, como se verá no item II.5. Duas preocupações, no entanto, afiguraram-se-nos improcedentes. Tendo em vista a frequência com que foram mencionadas, julgamos interessante analisá-las mais detidamente e apresentar as razões pelas quais não as acolhemos.

#### II.4.3.1 – *Imprevisibilidade da TFC*

A primeira delas identifica na forma com que foi definida a TFC uma fonte de pretensa imprevisibilidade dos encargos assumidos pelo tomador do financiamento. Por esse raciocínio, o fato de não se terem taxas de juros nominais prefixadas introduziria enorme incerteza quanto às obrigações financeiras dos mutuários.

A nosso ver, essa preocupação ampara-se em uma premissa errônea: a de que são os juros nominais a variável relevante para a avaliação financeira de um financiamento de médio ou longo prazos. Na verdade, o custo que verdadeiramente importa para um empresário ou pessoa física que recorre a uma operação de crédito é a taxa de juros REAL. De fato, é a taxa de juros real que pode ser comparada ao custo de oportunidade e, portanto, permite estimar a atratividade de um empréstimo.

Assim, a prefixação – válida para toda a duração do financiamento – da taxa de juros real das operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais é, ao contrário do que argumentam os críticos da proposta, um elemento que fornece extrema previsibilidade para os mutuários. A prefixação dos juros reais é particularmente interessante no caso de financiamentos de projetos que, por corresponderem a ativos econômicos reais, representam proteção natural diante de movimentos inflacionários. Assim, nessas condições, o tomador do empréstimo estará protegido do risco da volatilidade do custo real do seu projeto e, por conseguinte, protegido de evoluções imprevistas



do risco da economia no longo prazo. A considerar, ainda, que a taxa de juros real contratada será da ordem de grandeza ou, até mesmo, inferior à taxa de juros real paga pelo devedor de melhor risco de crédito existente no mercado: o Tesouro Nacional.

Além de tudo, sob um ponto de vista mais amplo, a prefixação da parte real das taxas de juros dos financiamentos convidará a sociedade a ser sócia da inflação baixa. Contribuirá, assim, para a ancoragem mais expedita das expectativas de estabilidade, reduzindo as oscilações da inflação e reforçando, conseqüentemente, os benefícios de previsibilidade a elas associados.

#### II.4.3.2 – Perda de receita dos bancos administradores

Outra das preocupações recorrentes a nós apresentada diz respeito à perspectiva de receita operacional dos bancos administradores, decorrente da gradual redução da proporção do patrimônio líquido do respectivo Fundo apropriada a título de taxa de administração. Como observado no Relatório, o art. 2º da MP introduz um art. 17-A à Lei nº 7.827, de 1989, por meio do qual se reduzem gradualmente esses percentuais, dos 3% por ano atualmente vigentes (por força do art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/01) até o nível de 1,5% por ano, a partir de 2023.

As objeções a este dispositivo não consideram, porém, o fato de que, dado o teto da receita de taxa de administração correspondente a 20% do montante dos repasses da União aos Fundos Constitucionais, a arrecadação observada já é inferior a 3% ao ano. Com efeito, entre 2014 e 2017, a receita anual do Banco da Amazônia com a taxa de administração do FNO variou de 2,15% (em 2014) a 1,80% (em 2017) do patrimônio líquido, sendo 2,27% e 1,87% os números correspondentes do Banco do Nordeste com relação ao FNE.

Adicionalmente, esquece-se que a arquitetura montada pela MP para a operação dos Fundos Constitucionais prevê incentivos para o aumento das receitas operacionais dos bancos administradores, como forma de compensação de eventual redução de suas receitas de taxa de administração.

É o caso do prêmio de adimplência, relativo à possibilidade de acréscimo de até 20% no montante a ser recebido pelos bancos a título de taxa



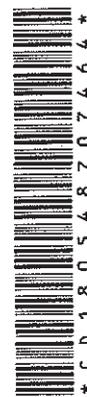
de administração em recompensa pela queda dos níveis de inadimplência das respectivas carteiras, nos termos do § 3º do art. 17-A da Lei nº 7.827/89 introduzido pelo art. 2º da MP. Estimula-se, assim, o esforço de melhoria da qualidade dos financiamentos concedidos. É igualmente o caso da fixação do rendimento dos bancos em 0,35% ao ano sobre o saldo dos os recursos dos Fundos não desembolsados, determinado pelo § 2º do art. 17-A da Lei nº 7.827/89 introduzido pelo art. 2º da MP. Como estes saldos são descontados do patrimônio líquido para determinação da base de cálculo da taxa de administração (conforme o inciso I do § 1º do art. 17-A da Lei nº 7.827/89 introduzido pelo art. 2º da MP), incentiva-se a concessão de financiamento pelos bancos, dado que os recursos efetivamente aplicados terão remuneração superior à daqueles não aplicados.

## **II.5 – Das alterações ao texto da MP propostas por esta Relatoria**

Conquanto sejamos favoráveis às grandes linhas da MP, julgamos conveniente aproveitar algumas sugestões para seu aperfeiçoamento trazidas a nosso conhecimento durante as discussões sobre a matéria, dado que, a nosso ver, elas ampliam o alcance dos efeitos deste novo desenho da política de desenvolvimento regional pela via dos Fundos Constitucionais e aumentam sua eficácia e sua eficiência, sem modificar os alicerces da proposição. Sugerimos, então, as seguintes alterações:

### **II.5.1 – Inclusão das pessoas físicas e das microempresas e empresas de pequeno porte**

A Lei nº 7.827, de 1989, no art. 4º, inclui dentre os beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais as pessoas físicas que, de acordo com as prioridades fixadas nos planos regionais de desenvolvimento, exerçam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços. A MP, porém, ao especificar, no inciso IV do art. 1º-A introduzido na Lei nº 10.177/01, os diferentes fatores de produção de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, adotou a expressão “empreendedores”, que está associada à ideia de pessoa jurídica



qualquer que seja o porte. Assim, decidimo-nos por fazer constar da Lei, de maneira explícita, a referência a pessoas físicas como uma classe de mutuários, classificados pelo rendimento bruto anual informado na Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF.

Cumpramos notar ainda que as microempresas e empresas de pequeno porte deixaram de ser contempladas pela MP nº 812, de 2017, como uma categoria específica de beneficiários dos recursos dos Fundos, em desatenção ao mandamento constitucional de tratamento diferenciado e favorecido para esse conjunto de pessoas jurídicas. Desta forma, consideramos oportuno mencioná-las claramente no texto da Lei que resultar da conversão desta MP.

Para tanto, introduzimos duas novas alíneas e modificamos a redação de três alíneas já presentes no **inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01**, introduzido pelo **art. 1º da MP**.

Acrescentamos a alínea **“a”**, que atribui o Fator de Programa (FP) de sete décimos para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de **até R\$ 50 mil**, conforme informado na DIRPF, e para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da LC nº 123, de 2006. A alínea **“b”**, por seu turno, passa a conferir o FP de um à operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de **R\$ 50 mil a R\$ 100 mil**, conforme informado na DIRPF, e para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte com receita bruta anual **de até R\$ 90 milhões**.

A nova redação da alínea **“c”** altera para **1,5** o FP associado a empreendedores com receita bruta anual **acima de R\$ 90 milhões**, adicionando a este nível de Fator de Produção a operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual **de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil**, conforme DIRPF.

Introduzimos a alínea **“d”**, que atribui o FP de **1,2** para operação de capital de giro para empreendedores classificados como microempresa



empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da LC nº 123, de 2006. A alínea “e” mantém o FP de **1,5** para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual **de até R\$ 90 milhões**, ressalvada, agora, a restrição de não serem classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da referida LC nº 123, de 2006. Por sua vez, a nova redação da alínea “f” eleva para **2** o FP para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual **acima de R\$ 90 milhões** e operações de investimento para pessoas físicas com **rendimento bruto anual superior a R\$ 150 mil**, conforme informado na DIRPF.

Por fim, as novas alíneas “g”, “h” e “i” são idênticas às alíneas “e”, “f” e “g” do texto original da MP.

Nota-se, assim, que tomamos o cuidado de fazer com que a introdução de novas faixas de fator de programa e de novos beneficiários fosse compensada pela elevação do FP para empreendedores com receita bruta anual mais elevada, com o objetivo de tornar neutro o impacto fiscal de nossa iniciativa.

A **Tabela 2**, apresentada em seguida, permite uma comparação entre a especificação dos Fatores de Programa do texto original da Medida Provisória nº 812/17 com a que resultou de nossas alterações, que podem ser conferidas na leitura de nosso projeto de lei de conversão.

**Tabela 2** – Comparação das alíneas do inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01 no texto da MP nº 812/17 e no texto do PLV

Texto da MP nº 812/17			Texto do PLV desta Relatora		
Alínea	FP	Beneficiários	Alínea	FP	Beneficiários
---	---	-----	a	0,7	Investimento: PF: RBA < R\$ 50 mil PJ: MPE
a	1,0	Investimento PJ: RBA < R\$ 90 milhões	b	1,0	Investimento PF: R\$ 50 mil < RBA < R\$ 100 mil PJ não MPE: RBA < R\$ 90 M
b	1,3	Investimento	c	1,5	Investimento



		PJ: RBA > R\$ 90 milhões			PF: R\$ 100 mil < RBA < R\$ 150 mil PJ: RBA > R\$ 90 milhões
----	----	-----	d	1,2	Capital de giro: PJ: MPE
c	1,5	Capital de giro: PF: RBA < R\$ 90 milhões	e	1,5	Capital de giro: PF não MPE: RBA < R\$ 90 M
d	1,8	Capital de giro: PF: RBA > R\$ 90 milhões	f	2,0	Capital de giro: PJ: RBA > R\$ 90 milhões Investimento: PF: RBA > R\$ 150 mil
e	0,8	Inv. infraestrutura e logística	g	0,8	Inv. infraestrutura e logística
f	0,5	Investimento em inovação: < R\$ 200 mil	h	0,5	Investimento em inovação: < R\$ 200 mil
g	0,9	Investimento em inovação: > R\$ 200 mil	i	0,9	Investimento em inovação: > R\$ 200 mil

### II.5.2 – Inclusão do FL

Os debates travados nos últimos meses sobre a MP evidenciaram uma preocupação recorrente com as desigualdades intrarregionais nas regiões de abrangência dos Fundos Constitucionais. De fato, se considerarmos o Estado do Amazonas, por exemplo, com seus mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados de superfície, ou, então, o nosso Pará, com seus 1,25 milhão de quilômetros quadrados. No território de um mesmo Estado gigantesco como estes, bem maiores que muitos países europeus reunidos, verificam-se gritantes diferenças em termos de renda, acesso a saúde e educação, infraestrutura de transportes e de telecomunicações e atividade econômica. Não se pode, pois, reduzir o mosaico de tantas e tão distintas realidades a um único indicador. No Pará, que tão bem conhecemos, coexistem numerosas sub-regiões, cada uma com necessidades diversas quanto a incentivos para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, pareceu-nos que a aplicação do CDR, na forma definida na MP, pouco ajudaria a correta dosimetria dos encargos dos financiamentos dos Fundos, consoante a diretriz de que empréstimos a atividades localizadas em regiões mais pobres devem estar associados a taxas de juros



menores. Com efeito, a comparação entre a renda *per capita* de toda uma região e a do País, promovida pelo CDR, não permite distinguir as sub-regiões mais carentes daquelas mais aquinhoadas com o progresso e as oportunidades econômicas.

Por este motivo, propomos a introdução, em um novo **inciso V no art. 1º-A da Lei nº 10.177/01**, na redação do **art. 1º da MP nº 812/17**, de um fator multiplicativo adicional incidente sobre a parte real da TLP na formação da TFC, que reflita de maneira mais precisa a disparidade de condições econômicas e sociais no interior de cada região.

Damos ao referido fator adicional o nome de **Fator de Localização – FL** e atribuímos-lhe dois valores possíveis. De um lado, o fator 0,9, a ser aplicado no financiamento de empreendimentos localizados em Municípios considerados prioritários pelos respectivos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, respeitadas as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Nas demais situações, o TL receberá o valor 1,1. Em assim procedendo, garantimos a compensação financeira para que a inovação aqui sugerida não apresente impacto fiscal.

### **II.5.3 – Nova sistemática para a determinação do teto da receita da taxa de administração dos bancos administradores**

Acatamos a sugestão de alterar a sistemática de definição do teto da receita de taxa de administração pelos bancos. Mediante nova redação para o **§ 4º do art. 17-A da Lei nº 7.827/89**, introduzido pelo **art. 2º da MP** em tela, estipulamos que a receita de taxa de administração passa a ser limitada, em cada mês, a 20% das transferências da União para os Fundos Constitucionais de Financiamento acumuladas no ano até aquele mês, descontada a receita com a taxa auferida nos meses anteriores. Assim, garante-se aos bancos que flutuações mensais no fluxo dos repasses dos recursos dos Fundos não interferirão com a possibilidade de o teto de 20% ser atingido ao final de cada ano.



#### **II.5.4 – Inclusão do oeste do Estado do Maranhão na região de abrangência do FNO**

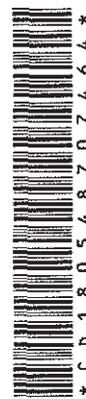
O art. 2º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, determinou que a parte do Estado do Maranhão a oeste do meridiano 44 graus oeste passava a integrar a Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, instituído por aquela Lei. Este entendimento foi mantido na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Vê-se, portanto, que há mais de 65 anos a região ocidental do Maranhão é considerada parte da Amazônia em termos econômicos, fruto da realidade geográfica e social local. O fato de a totalidade do Estado pertencer à área de abrangência do FNE não elide o reconhecimento de que o oeste maranhense está situado na interseção das Regiões Norte e Nordeste e, como tal, deve também estar contido na área de atuação do FNO.

Acrescentamos assim ao art. 2º da MP nº 812/17, então, a correspondente alteração do inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827/89, preconizando que a parte do Estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44 graus Oeste passa a integrar também a Região Norte, para fins de aplicação dos recursos dos Fundos, mantida a inclusão da totalidade do Estado na Região Nordeste, nos termos do inciso II do mesmo artigo.

#### **II.5.5 – Possibilidade de aplicação do BA e do CDR nos encargos do Programa de Financiamento Estudantil**

O texto original da MP excepciona da aplicação da TFC as operações do Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12/07/01. Permanece vigente, portanto, a atribuição ao Conselho Monetário Nacional, pelo art. 15-I da mesma Lei, da definição dos critérios e das condições gerais das operações de crédito desta modalidade de financiamento.



Muito embora concordemos com a ideia geral de a TFC não se aplicar a este programa de financiamento estudantil, não podemos nos olvidar de que ele pode receber recursos dos Fundos Constitucionais. Assim, em nossa opinião, caberia introduzir nessas operações de crédito alguma medida da ação mitigadora das desigualdades regionais própria dos Fundos. Sugerimos, assim, que se permita a possibilidade de que a definição dos respectivos encargos contemple a aplicação do BA e do CDR. Para tanto, alteramos a redação do **§ 7º do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01**, introduzido pelo **art. 1º da MP nº 812/17**.

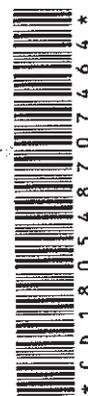
#### **II.5.6 – Compartilhamento do risco de crédito nos financiamentos do Programa de Financiamento Estudantil**

Ainda com relação ao Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo art. 15-D da Lei nº 10.260, de 2001, propomos que o risco das correspondentes operações de crédito passe a ser compartilhado em proporções iguais entre os Fundos e os respectivos bancos administradores, prevista a determinação desse risco pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil – CG-FIES em 2022. Facultamos aos bancos a opção de efetuar esses financiamentos em nome próprio e com seu risco exclusivo.

A apoiar esta iniciativa está o fato de que se espera que o risco de crédito associado ao Programa de Financiamento Estudantil seja menor que as modalidades anteriormente praticadas, dado que nestas operações a inadimplência é limitada a seis meses e que não há mais carência para o início dos pagamentos. Assim, consideramos que se tem uma conjuntura favorável para esta inovação. Nós a concretizamos mediante a introdução no **art. 1º da Medida Provisória de um art. 6º-C na Lei nº 10.177/01**.

#### **II.5.7 – Nova periodicidade de apresentação dos relatórios dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais.**

Sugerimos a mudança de periodicidade, de semestral para anual, da apresentação ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais, de relatório circunstanciado sobre as atividades



desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos. A nova frequência é mais compatível com a natureza desses relatórios além de reduzir a burocracia inerente a tais documentos. Para tanto, modificamos a redação do **caput do art. 20 da Lei nº 7.827/89**, por meio da alteração do **art. 2º da MP nº 812/18**.

**II.5.8 – Fonte de financiamento dos trabalhos de avaliação dos impactos econômicos e sociais dos Fundos Constitucionais**

Propomos, ainda, a destinação da parcela de 0,01% dos retornos e resultados das aplicações dos Fundos Constitucionais para a contratação e o pagamento, pelas respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos desses Fundos, a fim de permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade na aplicação desses recursos. Para tanto, introduzimos um **§ 6º ao art. 20 da Lei nº 7.827/89**, mediante a correspondente alteração do **art. 2º da MP**.

Adicionalmente, introduzimos um **§ 7º ao mesmo art. 20 da Lei nº 7.827/89**, por meio do qual se estipula que o conjunto mínimo de informações que deve constar no relatório a que se refere o *caput* e sua estrutura serão definidos em ato conjunto do Ministério da Integração Nacional e do Ministério da Fazenda, contendo indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a mensuração do desempenho consoante os propósitos e os resultados da política de aplicação dos recursos dos Fundos.

**II.5.9 – Fonte de financiamento para atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento**

No âmbito dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO), sugerimos que se preveja a destinação, para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, da parcela de 1,5% sobre o produto do



retorno dos financiamentos concedidos por estes Fundos, sendo o montante custodiado e operacionalizado pelos respectivos bancos administradores e aplicado na forma regulamentada pelos respectivos Conselhos Deliberativos.

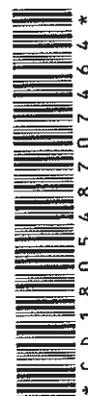
Desta forma, pretendemos que se retorne à sistemática introduzida pela Lei nº 12.712, de 2012, que foi substituída pela determinação da Lei nº 13.530, de 2017, de que esses recursos provenham da parcela de 5% sobre as dotações consignadas pelo Tesouro Nacional para os Fundos de Desenvolvimento. A prática vigente torna o apoio às atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia dependentes dos humores da autoridade fiscal e, portanto, traz grande incerteza para a continuidade de uma atividade extremamente importante para as regiões mais carentes do País.

As alterações por nós efetuadas correspondem, no caso do FDNE, ao **art. 5º do PLV**, em que se procede à alteração no **§ 2º do art. 3º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24/08/01**. No caso do FDA, ao **art. 6º do PLV**, em que se procede à alteração no **§ 2º do art. 3º da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24/08/01**. No caso do FDCO, ao **art. 7º do PLV**, em que se procede à alteração no **§ 7º do art. 17 da Lei Complementar nº 129, de 08/01/09**.

#### **II.5.10 – Bancos operadores dos financiamentos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento**

Sugerimos em nosso PLV que se permita que as instituições financeiras com funcionamento autorizado pelo Banco Central possam ser também agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO). Acreditamos a medida fortalece a ação dos Fundos, pela ampliação do rol de instituições aptas a canalizar os recursos para os beneficiários.

As alterações por nós efetuadas correspondem, no caso do FDNE, à alteração no **caput do art. 6º da Medida Provisória nº 2.156-5/01**, promovido pelo **art. 5º do PLV**. No caso do FDA, à alteração no **caput do art. 6º da Medida Provisória nº 2.157-5/01**, promovido pelo **art. 6º do PLV**. No caso do FDCO, à alteração do **§ 6º do art. 16 da Lei Complementar nº 129/09**, promovido pelo **art. 7º do PLV**.



**II.5.11 – Aumento da parcela correspondente ao custo de administração do projeto, no âmbito do incentivo fiscal de que trata a Lei nº 8.167/91**

Por fim, sugerimos que se aumente de 2% para 3% a proporção de cada parcela liberada associada ao incentivo fiscal de que trata o art. 19 da Lei nº 8.167, de 16/01/91<sup>19</sup>, a título de custo de administração do projeto.

Paralelamente a este acréscimo, propomos que a respectiva superintendência de desenvolvimento regional receba 2% desses 3% e que o restante 1% caiba ao correspondente banco administrador. Para tanto, alteramos o § 2º do art. 19 da Lei nº 8.167/91 mediante o art. 8º do PLV.

**II.6 – Das emendas apresentadas na Comissão Especial Mista**

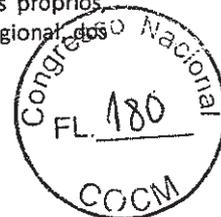
**II.6.1 – Emendas parcialmente acatadas:**

Acatamos em parte as **Emendas nºs 2, 28, 33 e 35** que oferecem um tratamento diferenciado ao semiárido nordestino na sistemática de cálculo da TFC. Em nosso PLV conseguimos encontrar solução bastante razoável para abrigar parcialmente a proposta ao criarmos o Fator de Localização para oferecer tratamento favorável para os tomadores de empréstimos em regiões menos desenvolvidas, nas quais se situam os Municípios do semiárido nordestino.

Acolhemos em parte as **Emendas nºs 3, 24, 27, 32 e 34**, que defendem tratamento favorecido para o financiamento de atividades produtivas de micro e pequenas empresas. As micro e pequenas empresas foram, a nosso ver, bem aquinhoadas em nosso PLV, tanto na contratação de financiamentos para investimentos, como para capital de giro.

Estamos acolhendo parcialmente as **Emendas nºs 13 e 14**, ao estabelecer que as operações do Programa de Financiamento Estudantil terão

<sup>19</sup> Art. 19, *caput*: "As empresas que tenham empreendimentos industriais e agroindustriais, em operação nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S.A. e no Banco da Amazônia S.A., respectivamente, para reinvestimento, quarenta por cento do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de cinquenta por cento de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pelas agências do desenvolvimento regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento."



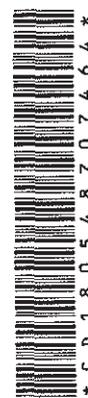
risco compartilhado entre os Fundos e os bancos administradores, permitida a estes a opção de receberem os recursos dos Fundos, assumindo todo o risco. Nestes casos, inclui-se a carteira do Programa na base de cálculo da taxa de administração.

Acatamos parcialmente a **Emenda nº 31**, dado que a geração de renda e emprego é objetivo geral já contemplado em nosso PLV.

### **II.6.2 – Emendas rejeitadas**

Estamos rejeitando a **Emenda nº 1** que suprime os arts. 20-B, 20-C, 20-D e 20-E, da Lei nº 10.522, de 2002, introduzidos pela Lei nº 13.606, de 2018. A inovação trazida por estes dispositivos legais aumenta a eficácia da cobrança da dívida ativa da União, visando à recuperação mais ágil dos créditos tributários e de outra natureza pela PGFN. Ela permite a averbação pré-executória de bens e direitos do devedor, com o inafastável respeito aos precedentes e aos direitos reconhecidos judicialmente aos contribuintes. Ademais, a Emenda nº 1 não guarda estrita pertinência temática com a MP nº 812, de 2017, já que não são inscritos em dívida ativa os débitos vencidos de terceiros com as instituições financeiras que operam com recursos dos Fundos Constitucionais. Em suma, desatende os limites traçados pelo STF, que afastou dispositivos legais decorrentes de emendas parlamentares apresentadas em projeto de lei de conversão de medida provisória, cujo *“conteúdo temático [seja] distinto daquele originário da medida provisória...”* (ADI 5.127 - DF).

Rejeitamos as **Emendas nºs 4 e 19** que tratam do limite para inovação. A Emenda nº 19 antecipa para 2019, e não 2021, o prazo para rever o limite para financiamento de inovação. A Emenda nº 4 tem o objetivo de suprimir o § 3º do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, introduzido pelo art. 1º da MP, que fixa um limite de cem milhões de reais por ano dos recursos dos Fundos para crédito para inovação. Na verdade, como não há limites para a aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais para financiamento de investimentos, entendemos que, indiretamente, já se estão financiando novas tecnologias e processos, restando o montante acima para as ações de pesquisa geralmente a cargo de universidades e outras instituições para as quais já existem outras fontes, como as oriundas da



Finep, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A FINEP promove o fomento à Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, com especial atenção para o financiamento de inovação nas regiões Norte e Nordeste.

Estamos rejeitando a **Emenda nº 5** porque a supressão das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso IV do art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 2001, na redação dada MP, acabaria por aumentar os encargos financeiros para os tomadores de crédito.

Rejeitamos a **Emenda nº 6**, apenas devido à mudança de ponderação sugerida, conquanto partilhemos das mesmas preocupações quanto ao tratamento especial que deve ser dado ao financiamento dos investimentos em infraestrutura, água e esgoto e em logística.

Estamos rejeitando as **Emendas nºs 7 e 18** que se colocam contrárias à revogação do art. 8º da Lei nº 9.126, de 1995, que fixava um limite de 20% dos recursos dos Fundos para financiamento de investimentos do setor produtivo para a produção de bens destinados exclusivamente para o exterior, por ter se mostrado uma medida contraproducente e de difícil controle.

Estamos rejeitando a **Emenda nº 8**, pelos motivos já assinalados em nosso parecer: o custo que verdadeiramente importa para um empresário ou pessoa física que recorre a uma operação de crédito é a taxa de juros real, já que é ela que pode ser comparada ao custo de oportunidade e, portanto, permite estimar a atratividade de um empréstimo.

Estamos rejeitando as **Emendas nºs 9 e 10** que pretendem colocar o BNDES e outras instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito, na condição também de administradores dos recursos dos Fundos Constitucionais, medida incompatível com o disposto a alínea “c” do inciso I do art. 159, da CF que delega tal responsabilidade às instituições financeiras de caráter regional controladas pela União.

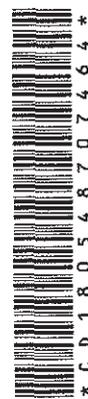
Estamos considerando como **prejudicada** a **Emenda nº 11** por já constar da Lei nº 13.530, de 2017, diploma legal em seu exato teor.



Estamos rejeitando a **Emenda nº 16**, que propõe: (i) a limitação da parcela prefixada da TLP à Libor de seis meses em US\$ mais 1 p.p.; e (ii) a antecipação para 2020 do início do prazo para a revisão quadrienal dos Fatores de Produção e do limite máximo de recursos dos Fundos alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação. Com relação ao primeiro item, cabe lembrar que a parte real da TLP é função das condições da economia brasileira, não cabendo vinculá-la a uma taxa de juros estrangeira e, portanto, exógena à nossa realidade. Quanto à antecipação daqueles prazos, consideramos exíguo um período inferior a dois anos, a partir da vigência da Lei, para a avaliação das novas medidas. Em consequência, rejeitamos também as **Emendas nºs 15, 17 e 20** que propõem, entre outras alterações, que nas operações de financiamento reguladas pela Lei nº 13.483, de 2017, o valor da TLP, para efeito de cálculo dos encargos financeiros, fica limitado à taxa Libor (*London Interbank Offered Rate*), ou ao Euro ou ao Dólar, e mais um adicional que considere a especificidade do Brasil.

Estamos rejeitando a **Emenda nº 21** que dá tratamento preferencial na aplicação dos recursos dos Fundos para o financiamento das atividades ligadas à economia criativa, tendo em vista que a Lei nº 7.827, de 1989, já dispensa tratamento diferenciado em função dos aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos. Também não estamos de acordo com a supressão dos condicionantes para a concessão de financiamento estudantil, estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.260/01, medida também constante da referida Emenda.

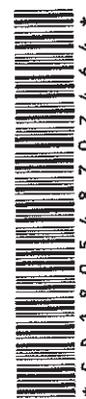
Estamos rejeitando a **Emenda nº 23**, que trata da extensão da aplicação da TFC: (i) aos recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep e do FAT, quando destinados pelas instituições financeiras oficiais federais – especialmente o BNDES – a programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e (ii) à repactuação das condições contratuais dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, quando os recursos estiverem aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo nas três Regiões. Com relação à primeira destinação, lembramos que o Fundo de Participação PIS/Pasep e o FAT sofreram um longo histórico



subremuneração, só corrigido com o advento da Lei nº 13.483/17, que determinou que os empréstimos destes Fundos ao BNDES passassem a ser remunerados pela TLP. Assim, é de se esperar que a determinação de que recursos destes Fundos, quando destinados a programas de financiamento ao setor produtivo das três Regiões, fossem remunerados pela TFC leve a perda de patrimônio do Fundo de Participação PIS/Pasep e, em especial, do FAT. Quanto à segunda destinação, cremos ser inexecutável a identificação dos recursos do Tesouro emprestados ao BNDES e por este aplicados em programas específicos, em particular, em programas de financiamento ao setor produtivo nas três Regiões. A **Emenda nº 12** é rejeitada pelos mesmos motivos, dado que seu objetivo está contido no da Emenda nº 23.

Estamos rejeitando as **Emendas nº 25 e 30** que tratam da fixação da taxa de administração dos Bancos em níveis superiores aos preconizados pela Medida Provisória, ao passo que a segunda simplesmente mantém o percentual de 3% sobre o patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais para os referidos Bancos. Preferimos manter no PLV os percentuais do texto original, já que, assim, abre-se espaço para a redução do custo dos financiamentos para o tomador final.

Estamos rejeitando a **Emenda nº 26**, nos seguintes pontos: (i) a supressão da competência do CMN na definição do BA, dado que é este Conselho que define as taxas de juros praticadas em todos os financiamentos associados ao crédito rural; (ii) alterações na fórmula ou nos valores dos fatores da TFC, tendo em vista que a correspondente sistemática foi pensada de modo a se oferecerem taxas de juros adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas pelos Fundos Constitucionais, além do fato de que se tem a preocupação de incentivar o aumento do patrimônio líquido desses Fundos; (iii) a divulgação anual da TFC seria incompatível com os termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21/09/17, que estipula a vigência mensal da parte real desta taxa; e (iv) a definição dos fatores de produção pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, visto que este fator está relacionado às especificidades do tipo de operação e da finalidade do projeto, não cabendo, assim, diferenciações regionais em seus valores.



Estamos rejeitando a **Emenda nº 29** que autoriza a União a participar no montante de até 1% do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, medida que não só invade a competência privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, “e” da CF, como se apresenta desnecessária uma vez que o BRDE já tem autorização do Banco do Brasil para operar com os recursos do FCO.

### **II.7 – Voto**

Pelos motivos acima expostos, **VOTAMOS:**

I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 812, de 2017;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas;

III - pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs \*\*\*, e pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 812, de 2017, e das demais emendas a ela apresentadas; e

IV - no mérito, pela **aprovação parcial das Emendas nºs 2, 3, 13, 14, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 35**, pela **aprovação da Medida Provisória nº 812, de 2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo**, e pela **rejeição das Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30**.



Sala da Comissão, em 24 de abril de 2018.



Deputada SIMONE MORGADO  
Relatora

2018\_Parecer



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER  
SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE  
DEZEMBRO DE 2017**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2018**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei modifica a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e altera a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores.

**Art. 2º** A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

..... (NR)”

“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I – o Fator de Atualização Monetária – FAM, derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo;

II – a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo – TLP, apurada e divulgada nos termos dos arts. 3º e 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III – o Coeficiente de Desequilíbrio Regional – CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV – o Fator de Programa – FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator sete décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto



Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) fator um, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

f) fator dois inteiros, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto



Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

g) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

h) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

i) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

V – o Fator de Localização – FL, assim definido:

a) fator nove décimos, para financiamento de empreendimentos localizados em Municípios considerados prioritários pelos respectivos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, respeitadas as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

b) fator um inteiro e um décimo, nos demais casos.

VI – o Bônus de Adimplência – BA, assim definido:

a) fator oitenta e cinco centésimos, nos casos em que a parcela da dívida for paga até a data do respectivo vencimento; e

b) fator um, nos demais casos.

§ 1º Os encargos financeiros de que trata o **caput** corresponderão à Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TFC = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times FL \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{(DU/252)} - 1$$

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis – DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.



§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação de que trata a alínea "h" do inciso IV do **caput** será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os Fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, podendo ser adicionado, a cada ano e para cada Fundo, do montante não contratado nas respectivas linhas de crédito nos exercícios anteriores.

§ 4º Os fatores definidos pelos incisos IV e V do **caput** e o limite a que se refere o § 3º terão vigência até 31 de dezembro de 2021, a partir de quando passarão a ser revisados a cada quatro anos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, limitadas as alterações, para mais ou para menos, à variação de vinte por cento.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

§ 7º As operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO terão seus encargos financeiros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta



do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil – CG-FIES e poderão contemplar bônus de adimplência e aplicação do CDR.

§ 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput**.”

“Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.”

“Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.”

“Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os arts. 1º e 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente, apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

§ 1º Para fim exclusivo do cálculo do CDR a ser aplicado nos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento serão considerados os seguintes entes federativos:

I – FNO: Estados de Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;

II – FNE: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

III – FCO: Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e o Distrito Federal.



§ 2º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.”

“Art. 6º-C Nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento para financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas até 31 de dezembro de 2021, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei, facultada aos bancos administradores a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2022, o risco de crédito do banco administrador será aquele definido pelo CG-FIES, a partir de quando será revisto a cada dois anos.”

**Art. 3º** A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

I – Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e a parte do Estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44 graus Oeste;

..... (NR)”

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 4º .....

I – serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e

..... (NR)”

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos



respectivos Fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I – três por cento ao ano, no exercício de 2018;

II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022; e

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

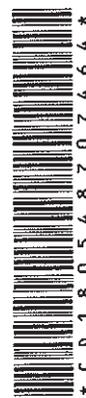
I – os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II – os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A; e

III – os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os



valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo Fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** somada à remuneração de que trata o § 2º ficam limitados, em cada mês, a vinte por cento do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores, descontados os valores pagos nos meses anteriores referentes à taxa de administração de que trata o **caput** e ao percentual de que trata o § 2º.

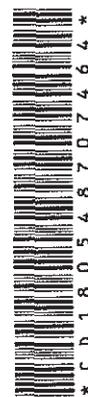
§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO."

"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos.

.....

§ 6º Do montante de recursos a que se refere o inciso II do art. 6º, será destinada anualmente a parcela de até um centésimo por cento para contratação e pagamento, pelas respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação



dos recursos dos Fundos, de forma a permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade desses recursos, de acordo com as diretrizes definidas conjuntamente pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Fazenda, a ser descontada de cada Fundo Constitucional de Financiamento na proporção definida no parágrafo único do referido art. 6º.

§ 7º O conjunto mínimo de informações que deve constar no relatório a que se refere o **caput** e sua estrutura serão definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Integração Nacional e da Fazenda, contendo indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a mensuração do desempenho, consoante os propósitos e os resultados da política de aplicação dos recursos dos Fundos. (NR)”

**Art. 4º** Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

**Art. 5º** A Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Nordeste S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”



“Art. 6º O FDNE terá como agentes operadores o Banco do Nordeste S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 6º** A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDA terá como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 7º** A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.16. ....

.....

§ 6º O FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (NR)”

“Art. 17. ....

.....



§ 7º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso V do art. 18 será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo. (NR)”

**Art. 8º** A Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 .....

§ 2º Poderá ser deduzida a quantia correspondente a três por cento do valor de cada parcela de recursos liberada, a título de custo de administração do projeto, a ser dividida da seguinte forma:

I – dois por cento para a superintendência de desenvolvimento regional; e

II – um por cento para o banco operador.

..... (NR)”

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Ficam revogados:

I – o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II – o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os §§ 5º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

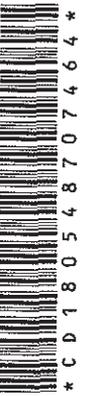
Sala da Comissão, em 24 de abril de 2018.





Deputada SIMONE MORGADO

Relatora



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

(Mensagem nº 586, de 2017)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**ERRATA**

No item **II.7 – Voto**, onde se lê:

*“III - pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs \*\*\*, e pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 812, de 2017, e das demais emendas a ela apresentadas; e”*

Leia-se:

*“III – pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas; e”*

Sala da Comissão, em                      de abril de 2018.

  
Deputada SIMONE MORGADO  
Relatora



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

(Mensagem nº 586, de 2017)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

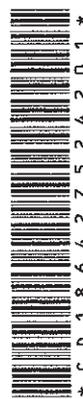
**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relatora:** Deputada SIMONE MORGADO

**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Na reunião desta Comissão Especial em 24 de abril de 2018, foi concedido vistas coletivas aos ilustres membros deste Colegiado. Antes do prosseguimento da reunião, decidimos apresentar as modificações em nosso projeto de lei de conversão original especificadas abaixo.

1 – Ecoamos a preocupação do nobre Senador Fernando Bezerra Coelho com o fato de que os Fundos Constitucionais de Financiamento, malgrado



sua inquestionável relevância para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não têm condições de prover recursos para financiamento de longo prazo para projetos intensivos em capital, como os de infraestrutura, no volume demandado pelas três Regiões. Assim, acrescentamos os **§§ 9º a 13 ao art. 1º-A da Lei nº 10.177/01**, introduzido pelo art. 2º de nosso projeto de lei de conversão, por meio dos quais fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a partir de 2019, ao BNDES, nas operações de financiamento de infraestrutura contratadas para programas de financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, respeitadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

**2** – Recebemos um pleito do Ministério da Educação relativo ao refinanciamento das dívidas de estudantes para com o Fies nas operações pactuadas até o segundo semestre de 2017. Para esse grupo de estudantes, a previsão legislativa que permitiria a renegociação de suas dívidas com o Fies está contida no § 1º do art. 5º-A da Lei nº 10.260/01. Este dispositivo possibilitava o pagamento de dívidas em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017. Contudo, a conversão da MP nº 785/17 na Lei nº 13.530/17, que introduziu essa previsão, só se deu ao final do ano passado, o que impossibilitou as correspondentes renegociações.

Como os métodos de renegociação de dívidas, a exemplo do Refis, são muito mais eficazes do que sua cobrança judicial – dados os elevados custos da execução e o fato de que a recuperação de créditos é muito mais provável –, cremos ser oportuno, concordando com o pleito do MEC, estender aos contratos pactuados até 2017 a possibilidade de renegociação das dívidas junto ao Fies que já é oferecida no caso dos contratos pactuados a partir de 2018, definida pelo § 5º do art. 5º-C da Lei nº 10.260/01.

Desse modo, defendemos a alteração do **§ 1º do art. 5º-A da Lei nº 10.260/01**, para que acompanhe o mesmo tratamento do §5º do art. 5º-C da Lei nº 10.260/01, ou seja, para que tanto os estudantes que firmaram seus contratos de financiamento no primeiro semestre de 2018 quanto aqueles que



contrataram até o segundo semestre de 2017 tenham o mesmo tratamento na renegociação de eventuais dívidas. Para tanto, estamos introduzindo um novo **art. 9º** ao nosso projeto de lei de conversão, renumerando os seguintes.

**3** – O art. 2º da Lei nº 5.173, de 27/10/66, que criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), determinou que a parte do Estado do Mato Grosso a norte do paralelo 16 graus Sul passava a integrar a Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Posteriormente, o art. 45 da Lei Complementar nº 31, de 11/10/77, incluiu na Amazônia brasileira todo o Estado do Mato Grosso.

Vê-se, portanto, que há mais de 65 anos o Mato Grosso é considerado parte da Amazônia em termos econômicos, fruto da realidade geográfica e social local. O Estado está situado na interseção das Regiões Norte e Centro-Oeste e, como tal, deve também estar contido na área de atuação do FNO.

Acrescentamos, assim, ao **art. 3º de nosso projeto de lei de conversão**, a correspondente alteração do **inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827/89**, preconizando que o Estado do Mato Grosso passa a integrar também a Região Norte, para fins de aplicação dos recursos dos Fundos, mantida a inclusão da totalidade do Estado na Região Centro-Oeste, nos termos do inciso III do mesmo artigo.

Pelos motivos expostos, **votamos:**

I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 812, de 2017;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas;

III - pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas; e

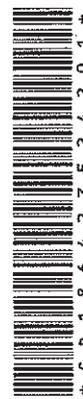


IV - no mérito, pela **aprovação parcial das Emendas n<sup>os</sup> 2, 3, 13, 14, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 35**, pela **aprovação da Medida Provisória n<sup>o</sup> 812, de 2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo a esta complementação de voto**, e pela **rejeição das Emendas n<sup>os</sup> 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30**.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2018.

Deputada SIMONE MORGADO  
Relatora

2018\_



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER  
SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE  
DEZEMBRO DE 2017**

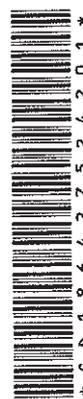
**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2018**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei modifica a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e altera a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores.

**Art. 2º** A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

..... (NR)”

“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I – o Fator de Atualização Monetária – FAM, derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo;

II – a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo – TLP, apurada e divulgada nos termos dos arts. 3º e 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III – o Coeficiente de Desequilíbrio Regional – CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV – o Fator de Programa – FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator sete décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda



da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) fator um, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

f) fator dois inteiros, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto



Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

g) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

h) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

i) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

V – o Fator de Localização – FL, assim definido:

a) fator nove décimos, para financiamento de empreendimentos localizados em Municípios considerados prioritários pelos respectivos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, respeitadas as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

b) fator um inteiro e um décimo, nos demais casos.

VI – o Bônus de Adimplência – BA, assim definido:

a) fator oitenta e cinco centésimos, nos casos em que a parcela da dívida for paga até a data do respectivo vencimento; e

b) fator um, nos demais casos.

§ 1º Os encargos financeiros de que trata o **caput** corresponderão à Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TFC = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times FL \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{(DU/252)} - 1$$

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis – DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.



§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação de que trata a alínea "h" do inciso IV do **caput** será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os Fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, podendo ser adicionado, a cada ano e para cada Fundo, do montante não contratado nas respectivas linhas de crédito nos exercícios anteriores.

§ 4º Os fatores definidos pelos incisos IV e V do **caput** e o limite a que se refere o § 3º terão vigência até 31 de dezembro de 2021, a partir de quando passarão a ser revisados a cada quatro anos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, limitadas as alterações, para mais ou para menos, à variação de vinte por cento.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

§ 7º As operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO terão seus encargos financeiros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta



do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil – CG-Fies e poderão contemplar bônus de adimplência e aplicação do CDR.

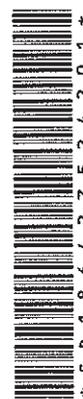
§ 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput** e no § 9º deste artigo.

§ 9º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a partir de 1º de janeiro de 2019, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nas operações de financiamento de infraestrutura contratadas para programas de financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, respeitadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

§ 10. A equalização de juros de que trata o § 9º deste artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final, a ser calculado nos termos do que preveem o **caput** e os §§ 1º a 8º deste artigo, e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da Finep.

§ 11. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação dos financiamentos de que trata o § 9º deste artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da respectiva subvenção econômica, entre elas, a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros a que se refere o seu § 10.

§ 12. A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos a que se refere o § 9º ficará a critério do BNDES, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento das operações contratadas.



§ 13. O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, quanto ao disposto no § 9º deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - do impacto fiscal das operações, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido pela União; e

II - dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros, no último exercício financeiro e no acumulado total.”

“Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.”

“Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.”

“Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os arts. 1º e 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente, apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

§ 1º Para fim exclusivo do cálculo do CDR a ser aplicado nos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento serão considerados os seguintes entes federativos:

I – FNO: Estados de Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;



II – FNE: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

III – FCO: Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e o Distrito Federal.

§ 2º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.”

“Art. 6º-C. Nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento para financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas até 31 de dezembro de 2021, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei, facultada aos bancos administradores a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2022, o risco de crédito do banco administrador será aquele definido pelo CG-Fies, a partir de quando será revisto a cada dois anos.”

**Art. 3º** A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

I – Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e a parte do Estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44 graus Oeste;

..... (NR)”

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 4º .....



I – serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e

..... (NR)”

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I – três por cento ao ano, no exercício de 2018;

II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022; e

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I – os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II – os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A; e

III – os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.



§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

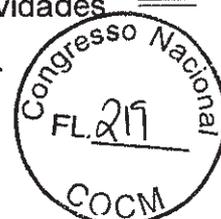
§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo Fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** somada à remuneração de que trata o § 2º ficam limitados, em cada mês, a vinte por cento do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores, descontados os valores pagos nos meses anteriores referentes à taxa de administração de que trata o **caput** e ao percentual de que trata o § 2º.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO."

"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos.



.....

§ 6º Do montante de recursos a que se refere o inciso II do art. 6º, será destinada anualmente a parcela de até um centésimo por cento para contratação e pagamento, pelas respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos, de forma a permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade desses recursos, de acordo com as diretrizes definidas conjuntamente pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Fazenda, a ser descontada de cada Fundo Constitucional de Financiamento na proporção definida no parágrafo único do referido art. 6º.

§ 7º O conjunto mínimo de informações que deve constar no relatório a que se refere o **caput** e sua estrutura serão definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Integração Nacional e da Fazenda, contendo indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a mensuração do desempenho, consoante os propósitos e os resultados da política de aplicação dos recursos dos Fundos. (NR)”

**Art. 4º** Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

**Art. 5º** A Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do



desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Nordeste S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDNE terá como agentes operadores o Banco do Nordeste S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 6º** A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDA terá como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 7º** A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.16. ....

.....



§ 6º O FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (NR)”

“Art. 17. ....

§ 7º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso V do art. 18 será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo. (NR)”

**Art. 8º** A Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 .....

§ 2º Poderá ser deduzida a quantia correspondente a três por cento do valor de cada parcela de recursos liberada, a título de custo de administração do projeto, a ser dividida da seguinte forma:

I – dois por cento para a superintendência de desenvolvimento regional; e

II – um por cento para o banco operador.

..... (NR)”

**Art. 9º** A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º-A. ....

§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de estímulos



liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

..... (NR)”

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

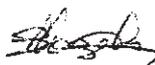
**Art. 11.** Ficam revogados:

I – o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II – o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os §§ 5º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2018.



Deputada SIMONE MORGADO

Relatora



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017**

(Mensagem nº 586, de 2017)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relatora:** Deputada SIMONE MORGADO

**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Na reunião desta Comissão Especial em 25 de abril de 2018, quando apresentamos nossa complementação de voto, recebemos duas sugestões que decidimos acatar, especificadas abaixo.

1 – Atendemos a sugestão do ilustre Senador Waldemir Moka, no sentido de que, no caso exclusivo do FCO, assegura-se aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, no seu conjunto, sob seu risco



exclusivo, o repasse de 10% dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

Para tanto, introduzimos os <sup>Ac. e §4º?</sup> §§ 1º a 3º ao art. 9º e os §§ 2º a 4º ao art. 14 e modificamos o inciso IV do art. 15 da Lei nº 7.827/89, no art. 3º de nosso projeto de lei de conversão apresentado em anexo a esta complementação de voto. Resta parcialmente aceita, então, a **Emenda nº 10**.

**2** – Acatamos, igualmente, a **Emenda nº 19**, que antecipa de 01/01/22 para 01/01/20 o início do prazo para a revisão quadrienal dos fatores de produção e do limite máximo de recursos dos Fundos alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação.

Para tanto, alteramos de maneira correspondente o § 4º do art. 1º-A da Lei nº 10.177/01, introduzido pelo art. 2º de nosso projeto de lei de conversão apresentado em anexo a esta complementação de voto.

Pelos motivos expostos, **votamos**:

I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 812, de 2017;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas;

III - pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 812, de 2017, e de todas as emendas a ela apresentadas; e

IV - no mérito, pela **aprovação parcial das Emendas nºs 2, 3, 10, 13, 14, 19, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 35**, pela aprovação da Medida



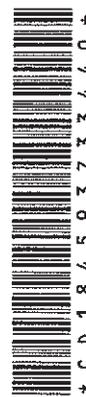
Provisória nº 812, de 2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo a esta complementação de voto, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2018.



Deputada SIMONE MORGADO  
Relatora

2018\_



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER  
SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE  
DEZEMBRO DE 2017**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2018**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei modifica a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e altera a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores.

**Art. 2º** A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:



"Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

..... (NR)"

"Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I – o Fator de Atualização Monetária – FAM, derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo;

II – a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo – TLP, apurada e divulgada nos termos dos arts. 3º e 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III – o Coeficiente de Desequilíbrio Regional – CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV – o Fator de Programa – FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator sete décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda



da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) fator um, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

f) fator dois inteiros, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto



Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

g) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

h) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

i) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

V – o Fator de Localização – FL, assim definido:

a) fator nove décimos, para financiamento de empreendimentos localizados em Municípios considerados prioritários pelos respectivos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, respeitadas as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

b) fator um inteiro e um décimo, nos demais casos.

VI – o Bônus de Adimplência – BA, assim definido:

a) fator oitenta e cinco centésimos, nos casos em que a parcela da dívida for paga até a data do respectivo vencimento; e

b) fator um, nos demais casos.

§ 1º Os encargos financeiros de que trata o **caput** corresponderão à Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TFC = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times FL \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{(DU/252)} - 1$$

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis – DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.



§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação de que trata a alínea "h" do inciso IV do **caput** será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os Fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, podendo ser adicionado, a cada ano e para cada Fundo, do montante não contratado nas respectivas linhas de crédito nos exercícios anteriores.

§ 4º Os fatores definidos pelos incisos IV e V do **caput** e o limite a que se refere o § 3º terão vigência até 31 de dezembro de 2019, a partir de quando passarão a ser revisados a cada quatro anos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, limitadas as alterações, para mais ou para menos, à variação de vinte por cento.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

§ 7º As operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO terão seus encargos financeiros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta



do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil – CG-Fies e poderão contemplar bônus de adimplência e aplicação do CDR.

§ 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput** e no § 9º deste artigo.

§ 9º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a partir de 1º de janeiro de 2019, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nas operações de financiamento de infraestrutura contratadas para programas de financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, respeitadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

§ 10. A equalização de juros de que trata o § 9º deste artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final, a ser calculado nos termos do que preveem o **caput** e os §§ 1º a 8º deste artigo, e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da Finep.

§ 11. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação dos financiamentos de que trata o § 9º deste artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da respectiva subvenção econômica, entre elas, a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros a que se refere o seu § 10.

§ 12. A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos a que se refere o § 9º ficará a critério do BNDES, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento das operações contratadas.



§ 13. O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, quanto ao disposto no § 9º deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - do impacto fiscal das operações, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido pela União; e

II - dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros, no último exercício financeiro e no acumulado total.”

“Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.”

“Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.”

“Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os arts. 1º e 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente, apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

§ 1º Para fim exclusivo do cálculo do CDR a ser aplicado nos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento serão considerados os seguintes entes federativos:

I – FNO: Estados de Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;



II – FNE: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

III – FCO: Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e o Distrito Federal.

§ 2º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.”

“Art. 6º-C. Nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento para financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas até 31 de dezembro de 2021, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei, facultada aos bancos administradores a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2022, o risco de crédito do banco administrador será aquele definido pelo CG-Fies, a partir de quando será revisto a cada dois anos.”

**Art. 3º** A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

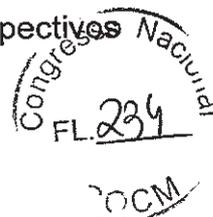
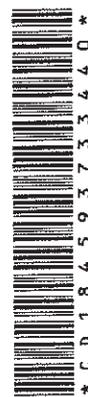
“Art. 5º .....

I – Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e a parte do Estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44 graus Oeste;

..... (NR)”

“Art. 9º .....

§ 1º Respeitado o disposto no **caput** deste artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos



Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento de cada Região, os valores relativos às prestações vencidas, independentemente do pagamento pelo tomador final.

§ 3º Aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, em conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no seu conjunto, sob seu risco exclusivo, fica assegurado, exclusivamente no caso do FCO, o repasse de dez por cento dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

§ 4º O montante do repasse de que trata este artigo terá como teto o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse junto ao banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias (NR)”

“Art. 9º-A. ....

.....

§ 4º .....

I – serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e

..... (NR)”

“Art. 14. ....

§ 1º .....



§ 2º Na mesma data do parágrafo anterior, as instituições financeiras administradoras deverão informar àquelas previstas no art. 9º os limites disponíveis para repasse a cada uma, cujos valores deverão ser apurados segundo critérios de avaliação fornecidos previamente pelas instituições administradoras às instituições tomadoras dos recursos.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, as instituições beneficiárias dos repasses deverão se habilitar até a data prevista no § 1º perante as instituições financeiras administradoras.

§ 4º As instituições financeiras administradoras somente reservarão a parcela de que trata o § 3º do art. 9º às instituições financeiras beneficiárias que cumprirem a exigência do § 3º deste artigo. (NR)”

“Art. 15. ....

.....

IV – formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º, respeitados os limites previstos em seu § 3º;

.....

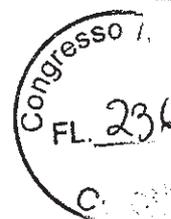
..... (NR)”

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I – três por cento ao ano, no exercício de 2018;

II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;



IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022; e

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I – os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

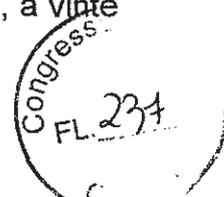
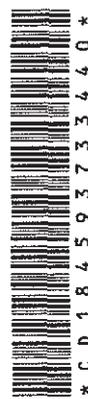
II – os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A; e

III – os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo Fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** somada à remuneração de que trata o § 2º ficam limitados, em cada mês, a vinte



por cento do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores, descontados os valores pagos nos meses anteriores referentes à taxa de administração de que trata o **caput** e ao percentual de que trata o § 2º.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO."

"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos.

.....

§ 6º Do montante de recursos a que se refere o inciso II do art. 6º, será destinada anualmente a parcela de até um centésimo por cento para contratação e pagamento, pelas respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos, de forma a permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade desses recursos, de acordo com as diretrizes definidas conjuntamente pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Fazenda, a ser descontada de cada Fundo Constitucional de Financiamento na proporção definida no parágrafo único do referido art. 6º.

§ 7º O conjunto mínimo de informações que deve constar no relatório a que se refere o **caput** e sua estrutura serão definidos em ato



conjunto dos Ministros de Estado da Integração Nacional e da Fazenda, contendo indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a mensuração do desempenho, consoante os propósitos e os resultados da política de aplicação dos recursos dos Fundos. (NR)”

**Art. 4º** Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

**Art. 5º** A Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Nordeste S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDNE terá como agentes operadores o Banco do Nordeste S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 6º** A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....



§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDA terá como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 7º** A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. ....

.....

§ 6º O FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (NR)”

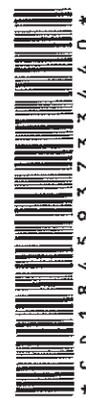
“Art. 17. ....

.....

§ 7º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso V do art. 18 será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo. (NR)”

**Art. 8º** A Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 .....



.....

§ 2º Poderá ser deduzida a quantia correspondente a três por cento do valor de cada parcela de recursos liberada, a título de custo de administração do projeto, a ser dividida da seguinte forma:

I – dois por cento para a superintendência de desenvolvimento regional; e

II – um por cento para o banco operador.

..... (NR)”

**Art. 9º** A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º-A. ....

§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

..... (NR)”

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Ficam revogados:

I – o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;



II – o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os §§ 5º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2018.

  
Deputada SIMONE MORGADO  
Relatora





CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista da Medida Provisória nº 812/2017

## DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nos dias 24 e 25 de abril a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 812, de 2017, foi aprovado, por unanimidade, o relatório da Deputada Simone Morgado, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 812, de 2017; pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, e de todas as emendas a ela apresentadas; pela sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e de todas as emendas a ela apresentadas; e, no mérito, pela aprovação parcial das Emendas nºs 2, 3, 10, 13, 14, 19, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 35, pela aprovação da Medida Provisória nº 812, de 2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas nos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30.

Brasília, 25 de abril de 2018.

  
Senador Otto Alencar  
Presidente da Comissão Mista



# PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 812, de 2017)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei modifica a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e altera a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores.

**Art. 2º** A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO



serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

..... (NR)”

“Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I – o Fator de Atualização Monetária – FAM, derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo;

II – a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo – TLP, apurada e divulgada nos termos dos arts. 3º e 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III – o Coeficiente de Desequilíbrio Regional – CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV – o Fator de Programa – FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator sete décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) fator um, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento bruto anual acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil



reais) a até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e dois décimos, para operação de capital de giro para empreendedores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores não classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com receita bruta anual de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

f) fator dois inteiros, para operação de investimento para pessoas físicas com rendimento anual acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme informado na Declaração do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, e para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

g) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;



h) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

e

i) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

V – o Fator de Localização – FL, assim definido:

a) fator nove décimos, para financiamento de empreendimentos localizados em Municípios considerados prioritários pelos respectivos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, respeitadas as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

b) fator um inteiro e um décimo, nos demais casos.

VI – o Bônus de Adimplência – BA, assim definido:

a) fator oitenta e cinco centésimos, nos casos em que a parcela da dívida for paga até a data do respectivo vencimento; e

b) fator um, nos demais casos.

§ 1º Os encargos financeiros de que trata o **caput** corresponderão à Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TFC = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times FL \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{(DU/252)} - 1$$

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis – DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.

§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação de que trata a alínea “h” do inciso IV do **caput** será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os Fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere



o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, podendo ser adicionado, a cada ano e para cada Fundo, do montante não contratado nas respectivas linhas de crédito nos exercícios anteriores.

§ 4º Os fatores definidos pelos incisos IV e V do **caput** e o limite a que se refere o § 3º terão vigência até 31 de dezembro de 2019, a partir de quando passarão a ser revisados a cada quatro anos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, limitadas as alterações, para mais ou para menos, à variação de vinte por cento.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

§ 7º As operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO terão seus encargos financeiros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil – CG-Fies e poderão contemplar bônus de adimplência e aplicação do CDR.

§ 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput** e no § 9º deste artigo.



§ 9º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a partir de 1º de janeiro de 2019, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nas operações de financiamento de infraestrutura contratadas para programas de financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, respeitadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

§ 10. A equalização de juros de que trata o § 9º deste artigo corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final, a ser calculado nos termos do que preveem o **caput** e os §§ 1º a 8º deste artigo, e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da Finep.

§ 11. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação dos financiamentos de que trata o § 9º deste artigo, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da respectiva subvenção econômica, entre elas, a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros a que se refere o seu § 10.

§ 12. A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos a que se refere o § 9º ficará a critério do BNDES, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento das operações contratadas.

§ 13. O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, quanto ao disposto no § 9º deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - do impacto fiscal das operações, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido pela União; e



II - dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros, no último exercício financeiro e no acumulado total.”

“Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória.”

“Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.”

“Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os arts. 1º e 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente, apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

§ 1º Para fim exclusivo do cálculo do CDR a ser aplicado nos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento serão considerados os seguintes entes federativos:

I – FNO: Estados de Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;

II – FNE: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

III – FCO: Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e o Distrito Federal.

§ 2º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR.”

“Art. 6º-C. Nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento para financiamento estudantil a que se refere o art. 15-



D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas até 31 de dezembro de 2021, o risco de crédito assumido pelos bancos administradores será na forma do art. 6º desta Lei, facultada aos bancos administradores a opção pela operação de financiamento estudantil nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2022, o risco de crédito do banco administrador será aquele definido pelo CG-Fies, a partir de quando será revisto a cada dois anos.”

**Art. 3º** A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

I – Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e a parte do Estado do Maranhão situada a oeste do meridiano 44 graus Oeste;

..... (NR)”

“Art. 9º .....

§ 1º Respeitado o disposto no **caput** deste artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento de cada Região, os valores relativos às prestações vencidas, independentemente do pagamento pelo tomador final.



§ 3º Aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, em conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no seu conjunto, sob seu risco exclusivo, fica assegurado, exclusivamente no caso do FCO, o repasse de dez por cento dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

§ 4º O montante do repasse de que trata este artigo terá como teto o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse junto ao banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias (NR)”

“Art. 9º-A. ....

§ 4º .....

I – serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e

..... (NR)”

“Art. 14. ....

§ 1º .....

§ 2º Na mesma data do parágrafo anterior, as instituições financeiras administradoras deverão informar àquelas previstas no art. 9º os limites disponíveis para repasse a cada uma, cujos valores deverão ser apurados segundo critérios de avaliação fornecidos previamente pelas instituições administradoras às instituições tomadoras dos recursos.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, as instituições beneficiárias dos repasses deverão se habilitar até a data prevista no § 1º perante as instituições financeiras administradoras.

§ 4º As instituições financeiras administradoras somente reservarão a parcela de que trata o § 3º do art. 9º às instituições



financeiras beneficiárias que cumprirem a exigência do § 3º deste artigo. (NR)”

“Art. 15. ....

IV – formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º, respeitados os limites previstos em seu § 3º;

..... (NR)”

“Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I – três por cento ao ano, no exercício de 2018;

II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022; e

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I – os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;



II – os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A; e

III – os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo Fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** somada à remuneração de que trata o § 2º ficam limitados, em cada mês, a vinte por cento do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores, descontados os valores pagos nos meses anteriores referentes à taxa de administração de que trata o **caput** e ao percentual de que trata o § 2º.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO."



“Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos.

.....

§ 6º Do montante de recursos a que se refere o inciso II do art. 6º, será destinada anualmente a parcela de até um centésimo por cento para contratação e pagamento, pelas respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos, de forma a permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade desses recursos, de acordo com as diretrizes definidas conjuntamente pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Fazenda, a ser descontada de cada Fundo Constitucional de Financiamento na proporção definida no parágrafo único do referido art. 6º.

§ 7º O conjunto mínimo de informações que deve constar no relatório a que se refere o **caput** e sua estrutura serão definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Integração Nacional e da Fazenda, contendo indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a mensuração do desempenho, consoante os propósitos e os resultados da política de aplicação dos recursos dos Fundos. (NR)”

**Art. 4º** Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

**Art. 5º** A Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º .....

.....  
§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Nordeste S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDNE terá como agentes operadores o Banco do Nordeste S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 6º** A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

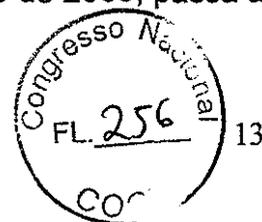
§ 2º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso VI do art. 4º será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

.....(NR)”

“Art. 6º O FDA terá como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes competências:

..... (NR)”

**Art. 7º** A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art.16. ....

.....

§ 6º O FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (NR)”

“Art. 17. ....

.....

§ 7º A parcela de um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso V do art. 18 será destinada para apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo. (NR)”

**Art. 8º** A Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 :.....

.....

§ 2º Poderá ser deduzida a quantia correspondente a três por cento do valor de cada parcela de recursos liberada, a título de custo de administração do projeto, a ser dividida da seguinte forma:

I – dois por cento para a superintendência de desenvolvimento regional; e

II – um por cento para o banco operador.

..... (NR)”

**Art. 9º** A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º-A. ....



§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

..... (NR)”

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Ficam revogados:

I – o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II – o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os §§ 5º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2018.

  
Senador OTTO ALENCAR  
Presidente da Comissão

